



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANDRÉA ESMERALDO CÂMARA

**OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM
MARACANAÚ**

FORTALEZA

2019

ANDRÉA ESMERALDO CÂMARA

OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verônica Moraes Ximenes

FORTALEZA

2019

ANDRÉA ESMERALDO CÂMARA

OS MODOS DE VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Verônica Morais Ximenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Cândida Maria Bezerra Dantas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C172m Câmara, Andréa Esmeraldo.
Os Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua em Maracanaú / Andréa Esmeraldo Câmara. – 2019.
147 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.
1. Moradores de Rua. 2. Mulheres. 3. Modos de Vida. 4. Opressão. 5. Resistência. I. Título.
- CDD 150
-

AGRADECIMENTOS

*Agradecer apenas me parece tão pequeno
Precisava ser de peito Aberto com alegria
Tinha que ter um doce perfume de poesia*

Cristina Gaspar

Agradecer, o faço de peito aberto e com imensa alegria. Nesse momento em que posso demonstrar minha gratidão busco mostrar um pouco do afeto que me sustentou e me acompanhou nos acertos e tropeços dessa caminhada que ganha novos significados a cada passo, a cada pegada que fica como marca. Olho para o lado e estou certa de que sempre estive acompanhada, agradeço imensamente.

Agradeço aos meus pais, à minha mãe Inês, minha Tíbei, uma mulher que me inspira pela força feminina, por sempre me impulsionar e confiar na minha capacidade de ir além, muito mais do que eu sou capaz de acreditar. Ao meu pai Rômulo, Beíinho, que me deu suporte para enfrentar o mundo, e para quem o conhecimento é o maior bem, que nesses dois anos sempre teve um cafezinho para começar as manhãs.

Agradeço a oportunidade de ser mãe da Clara, por você tudo vale à pena, meu amor! Por você quero ser melhor! Agradeço a mulher que você tem se tornado. Agradeço a grande companheira que tenho em você. Você tem relevado minhas ausências, as noites concentradas no processo de escrita e até meus momentos de impaciência, tem compensado

tudo isso com um grande amadurecimento e com mais carinho. Por mais que eu faça, nunca conseguirei agradecer suficientemente. Te amo!

Agradeço aos meus que já não estão mais aqui: aos meus avós Timótheo e Nildes, quanto afeto, quantos ensinamentos, entre eles a respeitar e ser feliz com as diferenças, a acolher e manter o coração de portas abertas; Vovô Evangelista e vovó Judith, juntos fizeram os filhos acreditarem no valor da educação, ainda guardo o cheiro do mingau e o toque da massagem da vovó; à Idinha (tia Laís), quanta capacidade de acreditar no amor! Quantos cuidados dedicados aos sobrinhos, queria que você estivesse aqui para me ver feliz. Tia Mauri (Maurinete Lima), quanta falta faz nossas horas e horas de conversa, quantos ensinamentos tive em suas palavras, mas principalmente, quanto carinho em cada hora compartilhada, um bolo de rolo, e a lição – escreva, escreva Dedéa, nunca pare de escrever. Heráclito Câmara que sempre vibrou com minhas pequenas vitórias.

Agradeço aos meus irmãos, Manu, minha pequena guerreira, te admiro desde sempre, essa determinação que trazes contigo e que me faz querer ser um pouco assim também; e Guga, é todo desajeitado, mas pleno em carinho, nesses últimos dois anos não faltou um boa noite sem palavras. Sempre me achei no dever de proteger vocês, mas nunca falei como me sinto grata e forte por ter vocês na minha vida.

Às minhas sobrinhas Lívia e Bianca, obrigada pelo carinho.

Sou uma típica nordestina de família grande e gregária, não posso deixar de reverenciar e agradecer aos meus tios e tias, minha tia-comadre (tia Nilse), e todos os Ferreira Lima, quanta alegria e quantos aprendizados compartilhados; aos tios Esmeraldo, tia Norma e tia Narda, que vibram com os sobrinhos. E primos, os tenho como irmãos, então, muito obrigada por existirem na minha vida.

Não posso deixar de agradecer a todos os meus professores, mestres de vida. Tenho muito do que vocês me ensinaram e das janelas que se abriram ao meu olhar, gratidão para sempre.

Agradeço a algumas pessoas que me incentivaram a organizar minhas inquietações com a realidade por meio dos conhecimentos acadêmicos, Hermano Machado, um tio querido que sempre me incentiva; à profa. Cecília Barroso, não faltam assuntos; às Professoras Luciana Maia e Luana Souza e todas e todos que fazem o LEPES e me ensinaram muito.

Sempre presentes estão as conversas e trabalhos desenvolvidos com quem dividi aprendizagens cotidianas, Jefferson Cândido (CV), Alessandra Lis, Germana, Vanessa, Lilianny e Francisca, com vocês fui tateando outras formas de ver a psicologia na Assistência Social,

sempre com um posicionamento crítico. À equipe que me acompanhou no início desse processo e sempre me deu força, Flávia, Dallila, Socorro, Glória, Lenilúcia, Fran, Alessandra, Régia e todos que estiveram no Centro Pop de Maracanaú antes de mim.

Com muito orgulho agradeço à equipe que partilha os dias e constrói possibilidades de reinvenção cotidiana, minha gratidão aos profissionais que fazem o Centro Pop Dona Socorro, Vilani, Seu Hulk, Ely, André, Herson, Eliane, Keyla, Luana, Luaninha, Drieli, Fernanda, Ana Virgínia, Marília; os extensionistas do NUCOM e as nossas visitantes estrangeiras Maria, Ohiane e Alba, todas essas pessoas, de alguma forma se vêm implicadas com a vida e a dignidade das pessoas em situação de rua.

Agradeço à gestão da SASC por contribuir para que eu possa estar realizando as atividades deste mestrado, ao propiciar condições para que o conhecimento acadêmico e a vivência prática se encontrem para que minha atuação como psicóloga seja qualificada.

Com um imenso respeito, agradeço às pessoas que vivem em situação de rua e frequentam o Centro Pop de Maracanaú, compartilhando vivências, dores e potências. Em especial agradeço as mulheres que fazem da rua seu espaço de sobrevivência, minha admiração pelas mulheres que vocês são, pelas lutas diárias, em especial às sete mulheres que se disponibilizaram a dividir algumas de suas histórias comigo e com esta pesquisa, me sinto grata pelo carinho que esteve envolvido nesse processo. Quanta dignidade no viver!

Nessa estrada o afeto permeou as veredas dos dias de alegria e de angústia (sim, os caminhos são feitos com todas as cores), agradeço aos amigos de longa data e que permanecem presentes no meu cotidiano Camile, Alódia, Lucila Volnya, Martír, Fernando, Newton, Francisco Sales (Dedé), Carla, Sérgio Leal, Roxane, Gió, Sinval, Sândalo e Moisés juntos desde que os sonhos de transformar a sociedade nos uniram, pois quando estamos juntos o Socialismo Vive!

Àqueles que escutam minhas dúvidas, comemoram e me tranquilizam quando é preciso, obrigada por tudo, o carinho pode vir em forma de riso, cuidado, um sushi ou uma cerveja, uma mensagem privada ou só pela certeza de que vocês estarão comigo Theo, Eneida, Aline, Adriano, Cláudia e Cris, muito obrigada.

Agradeço ao plenário do Conselho Federal de Psicologia, quanto aprendido! Vocês me ensinam a cada bate papo, a cada vez que o momento nos chama a uma psicologia que se faz comprometida com a sociedade, a cada vez que nos posicionamos de modo corajoso, é muito bom ter vocês. Meu agradecimento aos profissionais do CFP, em especial Rafael, Lissane, Cibele, Miraci, Daniel, Marília e Fabiana.

Agradeço à Marina que me escuta e que tem uma paciência gigante, que de longe procura me incentivar e me tranquilizar, que por vezes distrai a minha atenção e com isso arranca um sorriso. Obrigada por cada abraço e pelo seu afeto.

Uma parceria construída a partir da atuação da psicologia na Assistência Social e que se transformou num encontro que transcende as artes da profissão, Célia Zenaide, Fabiana Itaci, Solange, Rafa, Larissa, Sheila, Poly, Verena, Léo, Joari, Déborah. Obrigada pelas partilhas e pela coragem, ainda temos muito pela frente!

Grata por encontrar uma turma cheia de gente bacana que se mostrou colaborativa nas dores e delícias do mestrado. Um especial agradecimento à Iara, Jéssica, Lívia, Chico, Mário, Rafael, é muito bom poder dividir com vocês os momentos de construção dessa dissertação. Vocês têm cheiro de café, agonia, risos e cerveja. Havemos de celebrar!

O carinho fraterno que encontrei nesse mestrado tem nome: Carlos Eduardo, o Cadu, e Natacha. Essa dissertação foi construída junto com vocês! Não sei como seria viver esses momentos sem o acolhimento que tive em cada página, nos risos, e no compromisso transformador. Quero mais e mais misturar o conhecimento com esse bem querer!

Agradeço, imensamente, a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Verônica Moraes Ximenes! O compromisso com a pesquisa se reflete num processo de orientação cuidadoso, pelo qual sou muito grata. Vevé, você tem sido uma grande companheira, que nunca se furtou a emprestar o seu olhar e a se disponibilizar de forma muito sensível para construir esse trabalho da maneira mais coerente com a dignidade de cada mulher que vive na rua. Sua dedicação e compromisso com a produção de um conhecimento voltado à transformação social são inspiradores, grata pelos novos horizontes. Mas estar ao seu lado nesta pesquisa é perceber que construímos uma relação de amizade que não se encerra com a conclusão desta etapa do meu conhecimento. Sou muito grata por sua generosidade!

Aos professores Prof.^a Dr.^a Cândida Maria Bezerra Dantas, e James Ferreira Moura Júnior, minha gratidão pelas contribuições na minha Banca Examinadora, mas sobretudo por me apresentarem novos olhares e novos desafios de maneira tão afetuosa. A cada passo dado minha admiração e minha vontade de poder retribuir com minha dedicação o desprendimento de cada um de vocês. Desejo que tenhamos muitos e novos encontros.

Sou grata ao NUCOM, que como núcleo tem sido um lugar de acolhida para alguém que como eu se inquieta e que produz uma psicologia que não se contenta com a comodidade do que está posto. Esse NUCOM que está sempre se renovando e dando significado à formação de muita gente.

O abraço caloroso que recebo das pessoas que fazem o NUCOM, a isto sou muito grata! Um jeito de aprender que é colaborativamente partilhado. Davi, Natália, Fran. Júlia, Thaís, Herick, Francis, Marina, Kevin vocês são alegria, obrigada pelas vezes que vocês estiveram partilhando o tempo e a sabedoria de vocês. Minhas queridas parceiras de pesquisa Elívia, Bárbara, Aparecida, Márcia quanto encantamento vocês produzem com o seu saber! Uma amizade que tem sido um presente, Lelé, um encontro para a vida, obrigada!

Quero expressar minha gratidão a cada um e cada uma que estiveram comigo ao longo da construção deste conhecimento, na certeza de que ele não se encerra. As inquietações que me mobilizam ainda são muitas, obrigada por viverem isso comigo.

Das Pedras
Ajuntei todas as pedras
que vieram sobre mim.
Levantei uma escada muito alta
e no alto subi.
Teci um tapete floreado
e no sonho me perdi.
Uma estrada,
um leito,
uma casa,
um companheiro.
Tudo de pedra.
Entre pedras
cresceu a minha poesia.
Minha vida...
Quebrando pedras
e plantando flores.
Entre pedras que me esmagavam
levantei a pedra rude
dos meus versos...

Cora Coralina

RESUMO

A rua, tomada como espaço de moradia, é campo de expressão das opressões do modelo de produção capitalista. Ser mulher neste cenário evoca relações de poder inseridas no conceito de gênero considerado, enquanto construção social, e calcado nas relações patriarcais, que condicionam a mulher ao espaço privado. Parte-se de estudos das relações de gênero que sejam pautados em análise e intervenções interseccionais, e de desvelar as relações de subalternidade nas quais a mulher está colocada. Na perspectiva de concretização deste pressuposto, se questiona como se constituem os modos de vida das mulheres em situação de rua? Tem como objetivo geral compreender os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano no espaço público, e como objetivos específicos descrever os modos de vida de mulheres em situação de rua em Maracanaú; analisar os preconceitos e estigmas na vida das mulheres; analisar os processos de resistências no enfrentamento aos estigmas e preconceitos vivenciados por mulheres em situação de rua. Foi realizada uma investigação qualitativa, que se instrumentaliza por meio de pesquisa qualitativa com realização de entrevistas com 7 mulheres no Centro Pop de Maracanaú, cujo material foi submetido à Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin, e auxílio do software Atlas Ti 5.2. Como resultados verificou-se a relação de sistemas opressivos, em especial estigmas e preconceitos, e de processos de resistências na construção dos modos de vida das mulheres em situação de rua. Dessa forma, tem-se que nos modos de vida das mulheres em situação de rua a pobreza é um marcador significativo para a manutenção desta situação, a qual advém de uma diversidade de trajetórias e motivos de rompimento com o espaço doméstico. Isto acarreta uma ampliação da noção de território que passa pela relação com as forças de uma política que pode se dar à margem da lei. A violência se apresentou como uma vivência significativa que marca o modo de vida das mulheres na rua, e a categoria de opressão este presente nos estigmas e nos preconceitos, que atuam pela desqualificação e descrédito conduzindo a sentimentos de humilhação e vergonha. Os modos de vida contêm modos de resistência, mesmo que as políticas públicas sejam limitadas para essas mulheres, e que elas priorizem solução individualizadas para suas necessidades.

Palavras-chave: Moradores de Rua. Mulheres. Modos de Vida. Opressão. Resistência.

ABSTRACT

The street, taken as a living space, is a field of expression of the oppressions of the capitalist mode of production. Being a woman in this scenario evokes power relations inserted in the concept of gender considered, as a social construction, and based on patriarchal relations, which condition women to private space. It starts from studies of gender relations that are based on analysis and intersectional interventions, and from unveiling the relations of subalternity in which the woman is placed. In the perspective of concretizing this presupposition, is questioned the way of living of the women in street situation are constituted? Its general objective is to understand the way of living of street women from their daily lives in the public space, and as specific objectives to describe the way of living of street women in Maracanaú; analyze prejudices and stigmata in women's lives; to analyze the processes of resistances in the confrontation with the stigmas and prejudices experienced by women in the street situation. A qualitative research was carried out using qualitative research, with interviews with 7 women in the Pop Center of Maracanaú, whose material was submitted to Content Analysis from Bardin's perspective, and Atlas Ti 5.2 software. The results showed the relationship of oppressive systems, especially stigmas and prejudices, and of resistance processes in the construction of the livelihoods of women in the street situation. Thus, it is observed that in the livelihood of women in the street, poverty is a significant marker for the maintenance of this situation, which comes from a diversity of trajectories and reasons for breaking with the domestic space. This entails an extension of the notion of territory that goes through the relationship with the forces of a policy that can take place outside the law. The Violence has presented itself as a significant experience that marks the way of life of women on the street, and the category of oppression is present in the stigmas and prejudices that act by disqualification and discredit leading to feelings of humiliation and shame. Livelihoods contain modes of resistance, even though public policies are limited to these women, and they prioritize individualized solutions to their needs.

Key words: Homeless. Women. Lifestyle. Oppression. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação de Bairros de Maracanaú	23
Figura 2	Relações entre Estigma, Humilhação e Vergonha	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das mulheres entrevistadas.....	24
Tabela 2 – Elementos mais característicos do Fatalismo Latinoamericano.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASA	Central de Abastecimentos do Ceará S/A
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PSE	Proteção Social Especial
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1 Tipo de pesquisa	19
2.2 O local da Pesquisa.....	23
2.3 Participantes da Pesquisa.....	27
2.4 Construção das informações	34
2.5 Análise das informações	38
2.6 Compromisso Ético	40
3 MODOS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	42
3.1. Modos de vida	43
3.2. A Rua como lugar de moradia e sobrevivência	47
3.3. Mulher	58
3.4. O cotidiano das mulheres no contexto das ruas.....	64
3.5 A violência no cotidiano das mulheres em situação de rua	73
4. ESTIGMAS E PRECONCEITOS VIVIDOS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	79
4.1. Processos de opressão – rua e mulher	79
4.2. Estigmas e Preconceitos: a realidade opressora de mulheres que vivem nas ruas	88
4.3. Processos de Resistência: a luta cotidiana das mulheres em situação de rua	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	137
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)	138
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	141

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do meu interesse em conhecer e dar conhecimento à realidade das mulheres que vivem nas ruas. Nasceu como necessidade de investigar a partir da minha prática profissional que, como psicóloga, se voltou às famílias e indivíduos em vulnerabilidade social ou na condição de violação de direitos. Ao atuar na Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú – SASC, exercendo a função de Coordenadora da Proteção Social Especial¹ (PSE), entre 2014 e 2015 sob o anúncio que o Centro Pop iria fechar. Para enfrentar a situação e buscar formas de resistir foram feitas caminhadas, audiências públicas, e muitas reuniões com as pessoas que precisavam dos serviços do Centro Pop, o que me aproximou de suas histórias e suas necessidades. Passados os anos, em fevereiro de 2019, agora na qualidade de coordenadora deste equipamento social, tomo conhecimento que a decisão governamental de fechar o Centro Pop é retomada, dessa vez com mais assertividade.

No processo de aproximação das ações com a população em situação de rua foi possível conhecer as histórias de enfrentamentos que a condição feminina impunha às mulheres nesse contexto, histórias de perdas e sofrimento, mas também de muita força. Uma história mobilizou minha atenção. Uma jovem mulher que, vindo de outra cidade passou a viver nas ruas de Maracanaú com o companheiro e a filha, mas ao vivenciar uma situação de violência doméstica optou por efetivar uma denúncia à polícia, o que levou à prisão do companheiro e, estando só com a filha nas ruas, e à despeito do forte vínculo afetivo que mantinha com a criança, percebe-se sem condições de proteger a si e a menina, chegando a solicitar, não sem sofrimento, o acolhimento institucional criança. A violência atravessava o seu cotidiano de tal forma que o companheiro, que figurava como autor de uma violência, era quem a protegia de tantas outras. Essa história me inquietou pelo seu conteúdo, mas igualmente porque todo o sofrimento vivido por essas mulheres passa ao largo da sociedade e, mesmo dos profissionais que, como eu, atuam em políticas públicas.

Assim percebo que as vivências das mulheres nas ruas são cercadas de invisibilidades,

¹ A Política de Assistência social se organiza por níveis de Proteção: Proteção Social Básica, cuja finalidade é prevenir riscos através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; a Proteção Social Especial, que se destina a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social por violações de direitos, e divide-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade, que se volta às situações onde não se efetivou o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, e a Proteção social Especial de Alta Complexidade, que efetiva o acompanhamento das famílias e indivíduos que foram submetidos a situações de rompimento de vínculos familiares e comunitários.

que se por um lado, podem fazer supor um espaço de proteção frente aos olhares estigmatizados de maior parte da sociedade, conduzem ao obscurantismo diante de políticas públicas e intervenções assistenciais das quais necessitam. A partir de um levantamento de produções científicas dos últimos 10 anos, a temática sobre população em situação de rua tem sido ampliada, contudo o número de estudos que se concentram na parcela feminina dessa população é reduzido, haja vista que num processo de revisão sistemática, no qual foi utilizado o termo *homeless* como descritor, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, o resultado apresenta 71 artigos, dos quais 7 dedicam-se à mulher.

Desta forma, o encontro com mulheres em situação de rua reivindicou a necessidade de voltar o olhar para suas singularidades, demandando que as categorias relativas à situação de rua e gênero sejam relacionadas a partir do entrelaçamento que operam nos modos como tais mulheres vivenciam e organizam seu cotidiano. Fazendo emergir, então, a categoria modos de vida, que neste estudo pretendo abordar por meio das proposições de Borsoi (2005), que evidencia que os modos de vida dizem respeito a como os sujeitos conduzem seu cotidiano; a partir da concepção adotada por Bourdier (1996), que aborda esta categoria apoiado no conceito de *habitus*, que é diferente de hábito, e constitui um cabedal formador da experiências e permite incorporar a reinvenção e capacidade criativa do sujeito, assim constrói sua proposição assinalando a relação dialética entre experiência e consciência social. Ainda numa perspectiva que supera a noção de padrão de comportamento, Kunz, Heckert e Carvalho (2014, p. 88) apontam para “maneiras de viver que são tecidas em meio aos exercícios éticos e aos valores morais. O modo de viver é fabricado nas relações sociais, e é processo de construção sempre coletiva”

No que se refere à rua como espaço de moradia e sobrevivência, busquei suporte nos estudos de Rosa, Bezerra e Vieira (1992), que descrevem a pessoa em situação de rua, principalmente, como remanescente do processo produtivo, tendo inserções precárias no mercado de trabalho, o que a coloca na condição de sobrance e interpela outros campos da existência desses sujeitos. É na relação com o mercado de trabalho que se constroem as condições para que a auto percepção, a relação com o ambiente e as relações familiares, sejam fragmentadas. Já Escorel (1999) aborda a situação de rua a partir do conceito de Exclusão Social, ressalta que a ocorrência de pessoas vivendo nas ruas é a manifestação desse processo de exclusão e que ao realizar atividades da vida privada no espaço público tais sujeitos rompem com princípios de organização social que são demarcados nitidamente e em oposição os espaços casa e rua. Ao evidenciar a ocorrência de pessoas em situação de rua na sua relação com a pobreza, utilizo o horizonte da Abordagem das Capacitações (Sen, 2000), que

considera a multidimensionalidade do fenômeno, e um limitador das liberdades humanas.

Em princípio é fundamental reconhecer que ao eleger a mulher como foco investigativo, prioriza-se um conceito de gênero que evoca relações de poder. Este pressuposto está ancorado na elucidação de Scott (1990) que edifica seu pensamento a partir da análise crítica das elaborações historicamente produzidas em torno do termo gênero, e para quem esta é uma categoria que se faz nas relações sociais constituídas em razão de diferenças sexuais percebidas, e é, portanto, uma forma de significar correlações de poder. A autora ressalta que, nesta condição, o termo pressupõe a disposição de construções simbólicas, normativas, noções políticas e de identidade subjetiva, elementos que operam necessariamente em conjunto. Ressalta que o gênero é constituído e constituinte de relações de poder e lhes dá significado.

Ao utilizar o conceito de gênero como categoria de análise, Saffioti (2015) enfatiza seu caráter histórico, mas aponta como crítica, que este não é capaz de explicitar as desigualdades entre homens e mulheres. Pontua a atualidade do conceito de patriarcado como um regime de exploração e dominação que homens exercem sobre as mulheres, e que ordena as relações sociais. Destaca a compreensão de mecanismos que estabelecem padrões normativos calcados nas diferenças sociais e situam homens e mulheres na organização social, de maneira que define tanto as relações homens-mulheres, quanto relações mulheres-mulheres e relações homens-homens. Lanço mão das contribuições de Biroli (2018), que demonstra como as diferenças sexuais e de gênero, sobretudo as diferenças decorrentes da divisão sexual do trabalho, se constituem em desvantagens para as mulheres.

Estas mulheres, vivendo nos espaços da rua, são compelidas a lidar com as necessidades cotidianas de sobrevivência. O que nos coloca como problema de pesquisa o fato de que o entrelaçamento entre as categorias situação de rua e gênero posiciona as mulheres que vivem esta condição num *locus* de opressão e exclusão extremamente pungentes. Para compreender estes processos o trabalho foi orientado de forma a evidenciar o conceito de opressão que se situa na perspectiva da Psicologia da Libertação (Martin-Baró, 2017), como resultante de uma organização econômica política e social que se sustenta no binômio dominação-opressão. Nestas circunstâncias, repercute no cotidiano das pessoas sob diversas formas, dentre elas, Freire (2004) destaca a possibilidade de que o oprimido, em determinadas situações assume uma posição de opressor, conta também com a contribuição de Gois (2003) que traz os conceitos de ideologia de submissão e resignação, como marca que se inscreve nesse contexto de opressão. E faz uma apreciação do fatalismo presente no cotidiano das mulheres em situação de rua.

São anunciados os conceitos de estigmas e preconceitos, como categoria de opressão marcante na vida das mulheres em situação de rua, com suporte nos estudos de Goffman (2013), para quem o estigma é efeito das relações sociais e se refere a uma marca distintiva de um indivíduo que causa descrédito; e Allport (1971) que apresenta o conceito de preconceito como hostilidade dirigida ao grupo no qual está inscrita a marca do descrédito. Neste trabalho entendo que estigmas e preconceitos são materializados por práticas discriminatórias que incorrem na manutenção do *status* dos grupos dominantes. A partir de então é feita uma relação entre as vivências de estigma e preconceito com os sentimentos de vergonha e humilhação.

Assim é preciso reconhecer que as mulheres trazem em seus modos de vida estratégias de resistências como enfrentamento às categorias de opressão supramencionadas. Para tanto, situo a resistência dentro da compreensão de uma categoria feminina que se efetiva, como apontado por Bandeira (2009) como capaz de ir ao encontro de padrões e hierarquizações de gênero socialmente estabelecidos. Neste caso, as resistências são apresentadas a partir das vivências e estratégias empreendidas pelas mulheres em suas relações no universo das ruas. Por fim procuro dar visibilidade ao apoio social como categoria de resistência no enfrentamento aos estigmas e preconceitos.

Então, este estudo será dedicado a elucidar a seguinte pergunta de partida: Como se constituem os modos de vida das mulheres em situação de rua a partir do seu cotidiano no espaço público? A partir da qual foram construídos como objetivo geral compreender os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir do seu cotidiano no espaço público e como objetivos específicos descrever modos de vida de mulheres em situação de rua em Maracanaú – Ceará, analisar as implicações dos preconceitos e dos estigmas na vida das mulheres, analisar os processos de resistências no enfrentamento aos estigmas e preconceitos vivenciados por mulheres em situação de rua.

Para tanto a pesquisa foi estruturada em torno de três capítulos. No primeiro faço uma apresentação do percurso da pesquisa, onde trago os seus fundamentos metodológicos. Trata de uma abordagem qualitativa no campo da pesquisa social, desenvolvida no Cento Pop de Maracanaú, junto às mulheres que vivem em situação de rua e fazem uso dos serviços ofertados nesta unidade de atendimento social. O processo de construção das informações da pesquisa se fez por meio de entrevistas em profundidade, que foi aplicada entre setembro e novembro de 2018. As informações oriundas do processo investigativo foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo, de Bardin, com auxílio de software de análise qualitativa Atlas Ti 5.2.

Os capítulos seguintes foram organizados de forma a apresentar dimensões teóricas articuladas a elementos que emergiram do processo de entrevista. O segundo capítulo com o título *Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua*, apresenta uma articulação entre as categorias modos de vida rua e gênero, para isto expõe a perspectiva de modos de vida adotada nesta pesquisa, e situa a vida nas ruas e o cotidiano das mulheres que vivem neste contexto, e traz um destaque para a violência como marca perene neste cotidiano destas mulheres. Com isto, são apresentados conceitos que permitem apreender e questionar os papéis sociais destinados às mulheres, e problematizados traços distintivos do cotidiano das mulheres nas ruas. E o entrelaçamento de discriminações que incidem sobre essa mulher que conjuga a sua condição feminina, com a pobreza e o espaço da rua, o que a coloca numa forma específica de opressão.

No terceiro capítulo, intitulado *Estigmas e Preconceitos Vividos por Mulheres em Situação de Rua* estão situadas as categorias de opressão, especificamente estigmas e preconceitos e a relação com a vivência das mulheres em situação de rua. Em seguida, tece considerações sobre as estratégias de resistência utilizadas pelas mulheres em situação de rua, além de apresentar o apoio social como categoria potente no enfrentamento aos estigmas e preconceitos.

Por fim, as considerações finais trazem os resultados encontrados que são discutidos a partir dos objetivos da pesquisa e do percurso investigativo proposto. Além de tecer reflexões sobre as dificuldades enfrentadas e novas questões que emergem a partir de então.

Do ponto de vista ético, por considerar a neutralidade epistemológica como construção ficcional, este trabalho apoia-se no compromisso de desvelar assimetrias sociais nas quais estão inseridas as mulheres pesquisadas ao assumir a posição de construir a pesquisa ao lado destas mulheres, bem como de socializar os conhecimentos que dela decorrerem. Intenta incidir sobre a política pública de Assistência Social local, a fim de que suas demandas tenham eco na execução dos serviços para população em situação de rua.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O ato de pesquisa se faz inescusável a partir da necessidade de direcionar o olhar de forma ávida para compreender alguma coisa. Isto posto, não é possível renunciar à responsabilidade que esta tarefa impõe. Neste sentido é o alerta de Bucher-Maluschke (2006, p.9) “A responsabilidade do pesquisador ao aceitar ou ao acolher e formular o problema a ser investigado não deve perder de vista as consequências sociais do seu trabalho”. Portanto, a escolha do tema, assim como o percurso investigativo revelam um posicionamento do pesquisador.

Nesta perspectiva, cada passo dado produz sentido para o ato de pesquisar, a partir de uma abordagem qualitativa, apresenta-se o delineamento deste percurso com a caracterização do local da pesquisa e suas participantes, a forma como se pretende construir e analisar as informações, além do compromisso ético com o processo e os resultados desta investigação.

2.1 Tipo de pesquisa

A vida nas ruas se constrói cotidianamente com desafios sobre os quais uma teia de interconexões é organizada para produção de enfrentamentos. Neste estudo considera-se que o fenômeno da moradia nas ruas não se faz como uma simples escolha do sujeito, e, portanto, não é abordado como responsabilidade individual, mas é impulsionado por fatores diversos. Esta concepção de pensar e fazer pesquisa vai de encontro com a ideia de que a validade e a confiabilidade de uma pesquisa se sustentam numa postura de distanciamento e neutralidade daquele que empreende a atividade investigativa. Ao me debruçar sobre esta temática, tornei explícito o posicionamento de estar ao lado das mulheres que vivem em situação de rua, reconhecendo a condição de opressão em que se encontram.

O problema central deste estudo aponta para os modos de vida das mulheres no cotidiano das ruas, e para que seja possível uma aproximação, o método de pesquisa adotado deve superar a lógica linear de causa e efeito. Augé (2012) traz como formulação a precedência do objeto, ao indicar que o método deve atender à demanda do objeto da investigação. O cotidiano nas ruas necessita ser acolhido por um desenho metodológico que possibilite fazer emergir a vida destas mulheres com base na compreensão de sua multiplicidade de vozes e sentidos. E, é por meio das narrativas destas mulheres que se torna possível presentificar sua realidade e transformá-la em palco investigativo.

O processo desenvolvido neste trabalho adquiriu um caráter tanto investigativo quanto reflexivo, por vezes cercado de inseguranças e receios pela responsabilidade com o encontro com cada uma das mulheres, mas revertido da convicção de que é necessário trazer para outros espaços as inquietações que circundam as experiências das mulheres que vivem nas ruas. Por isso o caminho metodológico, que está relacionado com uma preocupação ética, centra-se no horizonte da pesquisa social, já que, como aponta Gil (1989) considera a realidade social como o campo para produzir conhecimentos.

É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 2008, p. 23)

Desta forma recorro a noção de epistemologia qualitativa, que conforme Rey (2006) diz respeito a uma produção e não apenas uma apreensão da realidade, e compreende a pesquisa e o pesquisador como parte do mundo investigado, e aborda a pesquisa qualitativa como estando orientada a construção de modelos compreensivos sobre o problema estudado. Desta forma concebe que a pesquisa se processa numa articulação entre os postulados teóricos e o método, a fim de compreender a realidade. No mesmo sentido Montero (2006) apresenta como características da pesquisa qualitativa a busca pela compreensão dos fenômenos estudados por meio do sentido dado pelos participantes à realidade social que constroem. No entendimento de Zanatta e Costa (2012), sob o prisma da investigação qualitativa, a realidade deve ser percebida a partir da subjetividade de seus participantes. A apreensão da realidade em seu caráter subjetivo, pois que é múltipla e é construída de forma diferente por cada ser humano (CHUEKE E LIMA, 2012). Isto enseja como proposto por Rey (2006), um processo de implicação intelectual permanente do pesquisador.

A realização de uma investigação com suporte numa orientação qualitativa, de acordo com Flick (2009), diz respeito à interpretação da realidade. De modo que, o método qualitativo é abordado como aquele que, segundo Minayo (2010), é capaz de elucidar processos sociais pouco conhecidos, como é o caso das experiências vividas por mulheres no contexto da rua, além de como exposto por Rodrigues e Menezes (2013) permite que se perceba a diversidades de interações deste contexto, portanto este é o método que se apresenta como forma de atender à demanda do estudo em questão.

a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. (DENZIN; LINCOLN, 2006)

Para Rey (2006) A complexidade dos acontecimentos sociais requer uma diversidade de elementos de informação dos sujeitos que os vivem. Para uma aproximação dessa diversidade tomo a proposta de Martín-Baró (2017) em que não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que seja feita uma inversão onde a realidade, por meio dos problemas estudados, escolha a sua teorização, ao que denominou de realismo crítico. Assim, a realidade que se faz presente no contexto da investigação, assim como o coletivo das mulheres a serem estudadas, orientaram o problema e os objetivos desta pesquisa, da mesma forma que são estes aspectos que demandam uma abordagem metodológica, com informações qualitativas.

Como características da pesquisa qualitativa evidenciadas neste estudo destaco o que Minayo (2010) descreveu como consciência histórica da pesquisa, já que a concepção dos fenômenos investigados está vinculada com o caráter temporal dos processos vividos pelas mulheres a que o trabalho se dedica, e ainda a concepção da linguagem como possibilidade de compartilhamento da cultura através do que é narrado, de forma que os modos de vida dessas mulheres são traduzidos em suas narrativas.

Em face da complexidade e da multiplicidade de fenômenos que envolvem os modos de vida de mulheres em situação de rua, e, ainda em razão da invisibilidade que circunda suas experiências cotidianas, e ademais ao considerar minha identidade e minhas referências como mulher e como profissional vejo a necessidade de delimitar esse trabalho no campo da pesquisa feminista. Olesen (2006) mostra que a pesquisa feminista problematiza questões femininas, e tem a possibilidade de desestabilizar os conhecimentos, assim é que esse processo de investigação foi se desenhando e ao evidenciar os modos de vida das mulheres em situação de rua, foi paulatinamente refletindo e problematizando as construções sociais em torno dessas mulheres.

Rodrigues e Menezes (2013) mostram que embora se constituindo como um movimento eminentemente político, o feminismo tem se desenvolvido como um projeto teórico epistemológico, que contribui para o desenvolvimento de pesquisa que discorrem sobre as vicissitudes das relações de gênero nos diversos sistemas opressivos, e ainda que o feminismo tenha seja amplamente associado a um movimento político, constitui também um projeto teórico epistemológico que produziu e produz avanços no universo das pesquisas.

Navaz e Koller (2006) afirmam que a ciência tem gênero, e apontam de forma assertiva que homens e mulheres produzem ciência de maneiras diferentes. De modo que ao me afirmar como pesquisadora foi importante reconhecer que carrego atributos e história que por vezes me aproximam e me diferenciam das mulheres com as quais essa pesquisa se

desenvolveu. A produção do conhecimento com fundamento nas metodologias feminista é parcial, no sentido de reconhecer que as pesquisadoras estão politicamente posicionadas e suas pesquisas tem, dentre suas finalidades, a produção de transformações sociais (NEVES; NOGUEIRA, 2005), e isto não se relaciona com a imprecisão de informações, com o escamoteamento da verdade ou com a falta de validade e rigor técnico. Mas afastam-se da objetividade asséptica e da pseudo-neutralidade postulado por um modelo de ciência que se manteve hegemônico, mas que agora é questionado.

No terminal das identidades subjetivas, a dominação masculina, celebra sua reprodução! Não sem antes ter contado com a eficácia simbólica derivada dos discursos psicológicos que, quando não generalizam, universalizam e homogeneizam os sujeitos sociais, colocam-lhes atribuições de “papéis sexuais/sociais” cujos conteúdos nada mais fazem do que enfatizar o masculino e o feminino como categorias em oposição homóloga, e que respectivamente devem ser produzidas segundo uma recíproca e complementar diferenciação, que contém o poder de invisibilizar e retirar o poder das mulheres e do feminino, inferiorizá-las em relação aos homens, secundarizar suas capacidades intelectivas em favor de suas capacidades intuitivas, afetivas, domésticas e maternas. (FONSECA. 2008, p. 300)

A marca das epistemologias feministas está, segundo Navaz e Koller (2006) reside na preocupação com todo o processo de condução da investigação científica, desde a escolha e delineamento da temática, o cuidado com o uso de linguagem não sexista, o reconhecimento da relação de poder diferenciado no que tange a pesquisadora e as pessoas investigadas, e assume que elas são especialistas no conteúdo.

Diante disso, este estudo esteve, desde as suas primeiras formulações, calcado na possibilidade de evidenciar a vida das mulheres em situação de rua, e se constituiu não apenas no horizonte de revelar diferenças entre as experiências femininas e masculinas, mas ao considerar o conjunto de opressões em que estão inseridas, apresentar suas vivências como singulares, para isso o cuidado com o uso da linguagem buscou ultrapassar a barreira do sexismo, mas também de outras formas de dominação pela linguagem ao evitar a utilização de termos que inferiorizem as identidades étnicas. Além disso, nos processos de produção e análise das informações foram considerados os elementos de dominação interseccional, bem como referenciais teóricos que pudessem fazer emergir estas relações opressoras e as estratégias de resistência que compõem os modos de vida das mulheres em questão.

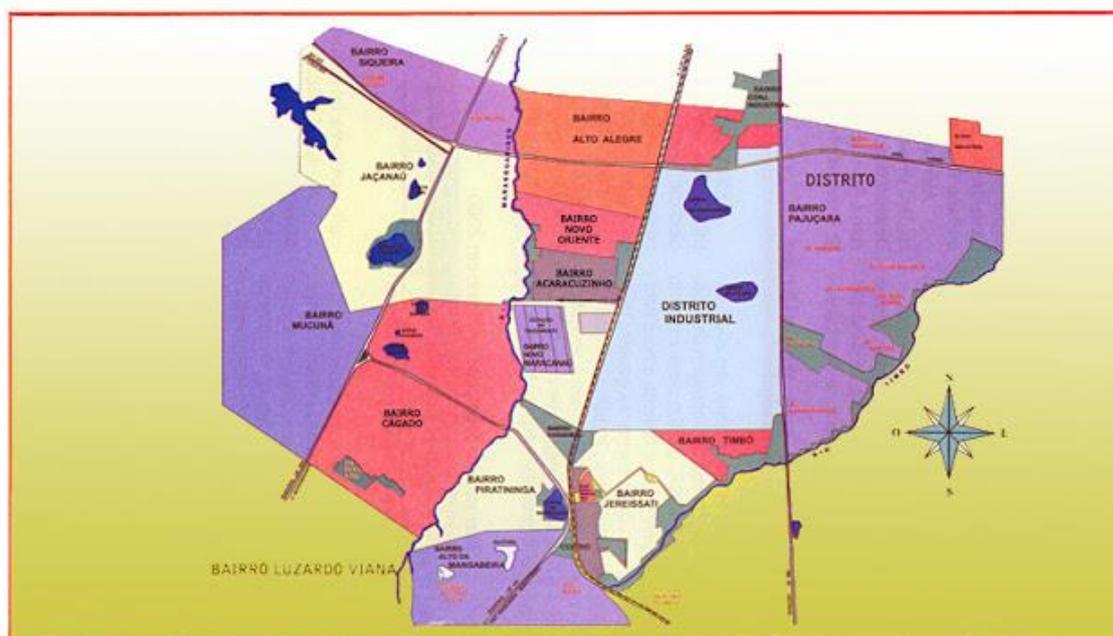
Assim pretendo estar vinculada a um modo de fazer pesquisa que considera a psicologia, como fundamentada no compromisso social de estar atento às necessidades daqueles para quem se destina de maneira crítica, e que deve produzir conhecimentos que evidenciem a diversidade de modos de vida e a suas relações com os processos opressivos. Carece de razão de uma produção teórica que não contribua para a transformação do mundo.

O compromisso de uma pesquisa, neste sentido, transcende a interpretação da realidade e produção de conhecimento, mesmo que o conhecimento produzido, por si, tenha potencial de transformação. Montero (2006) apresenta com nitidez a relação ético-política da pesquisa com a transformação social.

2.2 O local da Pesquisa

O contexto da pesquisa requer evidenciar que o estudo vai dedicar-se a mulheres que vivem em Maracanaú, cidade da região Metropolitana de Fortaleza, faz fronteira com os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Itaitinga. Segundo o IBGE (2014), a estimativa populacional é de 226.128 habitantes em 2018, e tem a urbanidade como marca. De acordo com dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2018), 99,31% da população maracanaense vive em território urbano, característica que se reflete na composição da população em situação de rua, pois é no contexto urbano que se intensificam os fatores para a ocorrência deste fenômeno.

Figura 1 – Bairros de Maracanaú



Fonte: www.museuvirtualdemaracanau.blogspot.com

A realidade de uma cidade de grande porte, que margeia Fortaleza, situa Maracanaú nas proximidades da grande metrópole, onde as possibilidades de acesso a bens e serviços especializados é potencializada, mas que não se fazem presentes nas cidades da região

metropolitana que a circundam. De modo que Maracanaú convive com as limitações de estar espacialmente localizada na periferia de Fortaleza e ao mesmo tempo alijada da maior parte dos acessos possíveis na metrópole, já que estes são concentrados para uma parcela reduzida da população. A forma como o município se estruturou historicamente, tem impactos na compreensão acerca da organização da população em situação de rua local.

Do ponto de vista histórico, o município é marcado por abrigar instituições de saúde educação que contribuíram para sua organização social. Num cenário em que o Brasil ansiava o desenvolvimento e a modernidade, o projeto educacional deveria estar alinhado a esta perspectiva política, de modo que os pobres, os desvalidos, subversivos vadios e delinquentes careciam de um projeto de ensino nos moldes correccional (Silva Jr., 2013), assim, de acordo com Oliveira (2007) em 1936 foi fundada a Escola para menores Abandonado e Delinquentes Santo Antônio do Pitaguari, entidade assistencial para infância e juventude na qual os alunos ficavam em regime de internato. A Colônia Antônio Justa, inaugurada em 1942, destinava-se a receber e tratar as vítimas do Mal de Hansen, e assim como os demais leprosários do país, era uma verdadeira cidade que recebia pessoas dos mais diversos lugares que eram enviadas para tratamento e que permaneciam em situação de apartação social, convivendo apenas com os paciente-moradores e profissionais. Já em 1954 é inaugurado na cidade o Hospital de Maracanaú que se caracterizou por ser um sanatório para tuberculosos que proponha um tratamento higienista de segregação para tratamento e controle desta doença. De modo que é perceptível da história deste município a atração de pessoas de outras localidades e ao mesmo a marca da exclusão como prática de controle.

Maracanaú operacionalizou seu crescimento sobretudo pela instalação do primeiro Distrito Industrial do Estado do Ceará, cuja primeira fábrica foi instalada no local no ano de 1967, enquanto a cidade ainda era distrito de Maranguape (PINHEIRO; SARAIVA, 2016). Contudo, o crescimento do Distrito Industrial de Maracanaú só foi efetivado na década de 1980. Magalhães Neto (2013) destaca a influência do Distrito Industrial no processo de uso e ocupação do solo em Maracanaú. Para Silva (2015), o Distrito Industrial provocou o aumento populacional na cidade, impulsionado pela construção de conjuntos habitacionais, a partir do final da década de 1970. Diogo (2005) ressalta que a criação do Distrito operou um desenvolvimento abrupto, com a acelerada urbanização de espaços que até então eram rurais, o processo de industrialização provocou o surgimento de conjuntos habitacionais que atraiu muitas famílias para o local, porém a história desse processo de desenvolvimento encontrou a frustração quanto a perspectiva de criação de empregos, que não correspondeu à expectativa de muitos que vinham em busca do sonho de trabalhar nas indústrias.

Outro fator de destaque na economia de Maracanaú é o entreposto da Central de Abastecimentos do Ceará S/A - a CEASA, que funciona desde os anos 70 e que, até hoje, atrai pessoas dos mais diversos lugares em busca de oportunidades de trabalho e alimentação.

A instalação desse equipamento contribui significativamente para a circulação de pessoas advindas de diversas cidades do Ceará e para uma movimentação de grandes negócios. A sua localização próxima a rodovias contribui também para uma grande movimentação de transportes e pessoas. Só no ano de 2012, foi comercializado um volume de mais de 500.000 toneladas de hortifrutigranjeiros. Atualmente, possui 1.679 produtores cadastrados, 268 empresas instaladas, 1047 permissionários não permanentes, área permissionada de 1.681 metros quadrados, 520 carregadores autônomos e 10.000 postos de trabalhos diretos. (PINTO, 2015, p. 41)

Este fenômeno contribui para a ocorrência situações que podem culminar em moradia de rua. Há pessoas, tanto do interior do estado como de outras regiões do país, que chegam ao Centro Pop informando que vieram a Maracanaú em busca de trabalho e ao não obter êxito, passaram à condição de rua.

Embora não haja dados oficiais sobre o quantitativo de pessoas em situação de rua em Maracanaú, já que a Pesquisa Nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2008, contemplou apenas algumas capitais e, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE efetiva suas pesquisas a partir dos domicílios dos brasileiros, o contexto político e geográfico da cidade justificou a instalação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, que, em consonância com os preceitos da Política Nacional para População em Situação de Rua, é o equipamento público vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS prevê em sua estrutura organizativa níveis de proteção social, que se complexificam e especializam seus serviços em função dos direitos violados ou à ameaça, a que indivíduos e famílias estão submetidos. A Proteção Social Especial – PSE, visa contribuir para que as pessoas, que estejam em situação de risco pessoal ou social ou em condição de violação de direitos, como é o caso da situação de rua, possam superar tais situações (BRASIL, 2009).

O Centro Pop é uma unidade inserida no campo da PSE, e é destinado ao atendimento especializado à população em situação de rua, sendo o único equipamento, dentre instituições públicas ou privadas, em Maracanaú com essa finalidade. Desde 2012 oferta o Serviço Especializado para População em Situação de Rua, de natureza público estatal, cujo objetivo é a realização de acompanhamento especializado a fim de facilitar o desenvolvimento de sociabilidades capazes de promover outras formas de vínculos na perspectiva de novos projetos ou trajetórias de vida. Articula as demais políticas setoriais para a promoção de

direitos socioassistenciais, já que a falta de acesso a tais direitos contribui para intensificar os desafios próprios da vida nas ruas (BRASIL, 2011).

O Serviço Especializado para População em Situação de Rua tem como um de seus principais objetivos a construção de novos projetos de vida. Para isto, pressupõe ações que favoreçam a compreensão sobre a complexidade da situação em que se encontram. Neste sentido, as ações e atividades desenvolvidas pelo Serviço devem estar em consonância com este objetivo. As ações técnicas desenvolvidas partem de uma acolhida, onde usuários do serviço tem o primeiro contato com um profissional para a escuta de suas demandas. Este procedimento pode desencadear a inserção no acompanhamento especializado, o que se dá com a elaboração de um Plano de Acompanhamento que é uma construção conjunta de técnico e usuário, e a partir do que poderá ser pensado o novo projeto de vida, se assim for desejo deste indivíduo ou desta família. Dentre as técnicas de intervenção, estão os atendimentos particularizados ou em grupo, a realização de oficinas temáticas, assim como, atividades coletivas de convivência.

Além do Serviço Especializado para População em Situação de Rua, o Centro Pop oferta o Serviço Especializado em Abordagem Social, que tem como finalidade realizar abordagem e busca ativa em espaços públicos, visando identificar situações de violações de direitos que ocorrem nestes ambientes. Este Serviço, além de suas atribuições específicas, oportuniza que as pessoas que estejam no cenário das ruas possam ter acesso ao Centro Pop (BRASIL, 2013).

Para execução destes Serviços, em Maracanaú, conta-se equipe formada por assistente social, psicóloga, pedagoga, educador social, bem como equipe de apoio composta por agente administrativo, serviços gerais e equipe de portaria. Diariamente, os técnicos de nível superior são responsáveis pelo atendimento particularizado a partir de demanda livre dos usuários, em geral motivados por necessidades de acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas. Estes atendimentos ocorrem também em virtude de ações relativas ao acompanhamento mais efetivo, que devem estar em consonância com o plano traçado por cada usuário em conjunto com a equipe técnica.

Conforme disposto nas normativas orientadoras do trabalho social a ser realizado por esta unidade de atendimento, o Centro Pop desenvolve uma série de atividades coletivas que se propõe a promover momentos de convivência, sensibilização, reflexão, além de serem estratégias para trabalhar a potência dos usuários no sentido de conquistar maior dignidade seja nas ruas ou no processo de saída desta condição.

Estas atividades ocorrem primordialmente no período da manhã, quando há o maior

fluxo de usuários no equipamento, então a semana inicia com a Segunda Reflexiva, que tem como proposta ser um espaço permanente de contato com temas cotidianos e acontecimentos locais ou de grande repercussão. O Cine Pop, atividade que começou com frequência mensal e hoje, por solicitação dos próprios usuários, passou a ser semanal, conta com a exibição de filmes variados sobre os quais é possível produzir discussões. Há ainda o projeto Sexta Feira Livre, onde ficam dispostos jogos e algumas atividades lúdicas para os usuários, mas que podem contar também com a participação de profissionais. Para além do momento lúdico, esta atividade propicia maior aproximação com a equipe técnica, permitindo abertura para que livremente as pessoas que fazem uso dos serviços possam expor inquietações.

Desde o segundo semestre de 2017 está sendo desenvolvida atividade de extensão universitária proposta por alunos da universidade Federal do Ceará, vinculados ao Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM, com encontros semanais. As atividades coletivas sistemáticas contam com o Café e Cultura, que no sentido de favorecer o acesso e o contato com expressões culturais, e uma vez ao mês são realizados encontros que trazem ao Centro Pop apresentações culturais diversificadas. O trabalho social é complementado com oferta diária de banho, lavanderia e oferta de café da manhã e lanche da tarde.

Como unidade da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Centro Pop tem funcionamento de segunda a sexta feira, no horário de 8:00h às 16:00h. Como se depreende das atividades desenvolvidas, este equipamento não se confunde com unidade de acolhimento, ou seja, as pessoas que usam o serviço do Centro Pop permanecem com sua rotina nas ruas, ou acessam outros serviços de pernoite

2.3 Participantes da Pesquisa

Ao tratar das participantes deste estudo, considero que seja importante apresentar algumas reflexões e inquietações. A primeira delas diz respeito ao meu lugar neste processo investigativo, pois desde seu início, no contato com as temáticas e o universo da pesquisa, venho me transformando: o contato com cada mulher e o feminino inscrito no campo discursivo das entrevistas me fizeram visitar lugares de identificação e ao mesmo tempo de consciência das diferenças que nos distanciam e nos aproximam, a certeza de que o sistema capitalista cria abismos entre as experiências de vida das pessoas conjugando as estruturas opressivas de maneira singular em cada uma, e neste caso a nitidez de que, mesmo na condição de mulher sujeita às assimetrias em função do gênero, frente a essas mulheres eu ocupo um lugar de privilégio, já que os marcadores de raça e classe me livram de uma série de violências e opressões vivenciadas cotidianamente por elas e que marcam suas identidades e

modos de vida. Tais percepções não me afastam do universo da pesquisa, mas orientam a maneira como me conduzo neste processo investigativo. Na visão de Olesen (2006), a pesquisadora detém atributos de gênero, classe, raça, história de vida que entram na interpretação do conhecimento produzido.

Para além de marcadores identitários distintos, não é possível desconsiderar o fato de estar inserida no campo de pesquisa assumindo a função de coordenadora do Centro Pop de Maracanaú, e nesta condição, fazer-me presente em diversas atividades, nas quais faço parte do cotidiano das mulheres que frequentam este equipamento social. Esta posição que pode ser considerada uma hierarquia na relação com as mulheres entrevistadas, ao invés de ser escamoteada, precisa ser evidenciada e considerada em todo o processo de mobilização deste estudo, desde o convite a cada uma para a participação na entrevista, assim como no processo de tratamento das informações. Isto não suplanta a diferença de papéis, nem a desigualdade em relação à interpretação e divulgação daquilo que foi produzido neste contexto.

Assim o vínculo que estabeleço com o conhecimento retrata uma relação de compartilhamento, e, portanto, me coloca como participante da pesquisa. Para tanto procuro me distanciar do que Martín-Baró definiu como uma pseudoaspepsia, bem como da postura de envolvimento acrítico, mas busquei assumir o que este autor chama de compromisso crítico. Como destacado por Chueke e Lima (2012), é na experiência que pesquisador(a) e objeto são construídos.

A segunda inquietação diz respeito ao lugar das mulheres a quem volto meu olhar. Como exposto por Olesen (2008), ao tratar dos feminismos nos estudos qualitativos, a pesquisa é para e não sobre mulheres, e nesta pesquisa buscamos ultrapassar o sobre, mas o para se constrói ao lado do com, assim é uma pesquisa para e com mulheres. Esta assertiva indica o caráter ativo que elas têm no percurso de construção das informações da pesquisa. Estas mulheres são portadoras de conhecimentos, que muitas vezes passam ao largo das experiências acadêmicas, mas que são extremamente ricos em realidade. Acredito que é no papel protagonista delas que as transformações sociais possam se operacionalizar.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais elenca como público para o Serviço Especializado para População de Rua, jovens, adultos, e idosos e famílias (BRASIL, 2011), o que exclui o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, entretanto ao incluir as famílias indica que crianças e adolescentes que compuserem esse grupo familiar terão acompanhamento no Centro Pop. Em alinhamento com estas disposições as mulheres pesquisadas terão a partir de 18 anos. Para além da perspectiva institucional considerada, esta delimitação etária é importante, pois tanto o ponto de vista normativo como o acesso a

serviços e programas sociais são diferenciados para população de crianças e adolescentes, o que inevitavelmente impacta nas estratégias de sobrevivência e nos modos de vida construídos. Tendo como horizonte a prioridade no encontro com essas mulheres, foi considerado a escassez de trabalhos acadêmicos com elas, e diante da ciência de que além de configurarem um número reduzido no contexto das ruas, essa condição de minoria também se expressa nos serviços de atendimento à população em situação de rua, o que se verifica também no Centro Pop, além do que para compreender seus modos de vida a ideia de diversidade de experiências das mulheres se configura como fator relevante. Estes foram parâmetros que contribuíram para que fosse dispensado o tempo na rua como critério de inclusão como participante da pesquisa, visto que neste contexto o tempo poderia configurar elemento excludente, que não contribuiria para promover o encontro com as histórias das mulheres.

As mulheres a quem destino o olhar são aquelas que moram na rua, ou em moradias extremamente precárias², ou que contingencialmente podem frequentar albergues e casas de passagem, mas que tem na rua a maior referência, e ainda àquelas que estejam em processo de saída das ruas. Já que tais vivências nos permitirão compreender os desafios e enfrentamentos necessários para garantir sua manutenção neste cenário.

Desta forma é preciso compreender o universo das mulheres que frequentam o Centro Pop a fim de tornar evidentes os critérios de participação neste estudo. Inicialmente, no intuito de construir um panorama da pesquisa, foi realizado em maio de 2017 um levantamento a partir dos prontuários de usuárias que frequentavam este equipamento social, e revelou que eram 43 mulheres, e elas representavam 18% do total de pessoas acompanhadas. Este universo de mulheres apresenta como características marcantes um perfil etário que variava de 21 a 56 anos, além de ser formado por um contingente que vive nas ruas há um tempo predominantemente de até 3 anos, sendo que 17 delas, ou seja, 40% das usuárias está em contexto de rua há menos de 1 ano e 9 estão entre 1 e 3 anos, o que corresponde a 21% das mulheres atendidas no serviço. Os dados atuais revelam que o percentual de mulheres inseridas nos serviços do Centro Pop caiu contando com 15,66%, mas uma informação chama atenção, entre aquelas que estão em acompanhamento, ou seja, que estão há mais tempo nas atividades do Centro Pop, o percentual é de 21%. Assim, embora considere que o maior

² Para a configuração da situação de rua a Política Nacional para População em Situação de Rua enfatiza três condições: a pobreza extrema, vínculos familiares rompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional. Neste quesito, são consideradas as relações e referências das pessoas com a rua, pois o processo de saída das ruas não é linear e a precariedade da moradia tem um cunho tanto estrutural, quanto relacional, visto que há pessoas que conseguem espaços para moradia, porém a relação com este espaço é frágil e o retorno à vida nas ruas pode ser eminente.

tempo de permanência na rua pode ser fator de apropriação dos modos de vida nesse espaço, dada configuração que se apresenta, o tempo em que estão na rua não será usado como critério de inclusão para participação na pesquisa. Desta forma, a seleção das mulheres entrevistadas considerou os seguintes critérios:

- Estar inserida em atendimento ou acompanhamento³ no Centro Pop de Maracanaú;
- Possuir 18 anos ou mais;
- Estar em Situação de Rua, o que inclui o processo de saída das ruas;
- Ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tabela 1 – Perfil das Mulheres Entrevistadas

Nome	Idade	Tempo na Rua	Condição na Rua
Beth	43	1 ano	Em processo de saída das ruas
Carmem	44	1 ano e dois meses	Em vivência de rua
Chiquinha	34	1 ano e 3 meses	Em vivência de rua
Alcione	37	5 anos	Moradia de rua
Tereza	44	Mais de 3 anos	Em Processo de saída das ruas
Elza	51	10 anos	Moradia de rua
Joana	31	10 anos	Em Processo de saída das ruas

Fonte: Elaborado pela autora

Os critérios de inclusão foram seguidos, sem que houvesse dificuldades para atendê-los. Os nomes apresentados nesta pesquisa são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas e dar relevo às suas histórias, sua escolha partiu inicialmente da percepção de que o samba estava presente nas atividades do Centro Pop e do quanto as mulheres do samba também evocam um papel de resistência num território eminentemente masculino. Passo então a apresentar cada uma das mulheres entrevistadas:

Beth tem 43 anos, se auto declara como parda, estava em morando na rua desde novembro de 2017, pois vivia em casa alugada e não tendo como custear suas despesas foi

³ A publicação Orientações Técnicas sobre o PAIF Vol. 2 – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Atendimento Integral à Família, apresenta os conceitos de atendimento e acompanhamento, e serve de parâmetro para todos os demais serviços executados pela Política de Assistência Social.

despeja e passou a morar na rua com a filha adolescente com que possui forte vínculo afetivo, tem outra filha mais velha que não vive com ela. Diz que a família não a ajuda, embora não fale muito sobre outros membros da família, faz referência apenas ao ex-marido e ao pai de sua filha. Também não fala muito sobre sua história de vida. Frequenta o Centro Pop desde dezembro de 2017, quando foi trazida por outras pessoas que vivem na rua e a informaram sobre a existência desta unidade. Beth e a filha costumavam estar no Centro Pop diariamente, onde acessavam os serviços de lanche, banho e lavanderia e participando de algumas atividades coletivas e dos atendimentos particularizados. Mantinha bom relacionamento com as outras pessoas e chegou a participar de oficinas de inclusão produtiva. Beth não se acomoda com a situação de rua e na oportunidade que teve alugou uma casa em coletivo com outras pessoas que fazem uso dos serviços do Centro Pop, exatamente compondo o perfil tido como quem “está na rua”⁴, porém a falta de recursos regulares do grupo fez com que não fosse possível a permanência do grupo. Com a regularização da pensão alimentícia que recebe do ex-marido e da pensão que a filha recebe do pai, Beth alugou um imóvel, e por ocasião da entrevista fazia pouco mais de um mês que estava nesta casa. Mas ainda mantinha referência com o Centro Pop e, considerando a fragilidade da relação com a moradia, é considerado que ainda vive em situação de rua.

Carmem é uma mulher parda de 44 anos, mas em contraste com o bom humor e ar de alegria que lhe caracterizam, sua expressão corporal aparenta um certo ar de sofrimento. Carmem é legalmente casada e tem três filhos, sendo um casal de filhos adultos e uma filha ainda criança. Passou a viver em situação de rua em janeiro de 2018, e logo em seguida, com um mês que estava nesta situação passou a frequentar o Centro Pop. O que a levou para as ruas foram os conflitos com o marido, que não aceita o uso de álcool e drogas por parte de Carmem, ele a agride verbalmente e diz que se ela tiver sob efeito de alguma substância não a aceita em casa. Ela diz que não sente mais nada por ele, que segundo ela é um homem bom e trabalhador, um bom pai e que não se separa dele em virtude de já serem casados por mais de vinte anos e ela não quer abrir mão de ser sua pensionista, caso ele venha a falecer, já que ele trabalha no Banco do Nordeste. Mas Carmem sofre muito quando se separa da filha mais nova, então diz que atualmente passa os dias da semana sem consumir qualquer tipo de drogas, e nos finais de semana, a partir de sexta, vai para rua e só retorna para casa na segunda-feira. Todavia há períodos em que mesmo durante a semana fica nas ruas. Para ela o sentido da rua é positivo, e afirma que é um lugar bom. No dia a dia está sempre em busca de

⁴ Este conceito será abordado no Capítulo 3 desta dissertação.

trabalho, faz faxinas ou qualquer serviço doméstico que surja como oportunidade, ainda trabalha como acompanhante de pacientes hospitalizados, e pratica mendicância junto com seu grupo. Na rua seu ponto de referência é a Lagoa⁵. Apresenta o desejo de ser beneficiada com aluguel social, pois poderia morar com a filha pequena, e lamenta por não poder ser beneficiada com unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida⁶, pois no seu caso seria necessário divorciar-se e ela não tem essa intenção. Assim se mantém nas ruas.

Chiquinha, 34 anos, auto declarada parda, e foi entrevistada em outubro de 2018, quando fazia apenas quatro meses que estava em situação de rua. Apesar de falar de sofrimento, está sempre com um sorriso no rosto. É vaidosa e mantém uma aparência sempre bem cuidada. Tem três filhos que moram no Rio de Janeiro e com quem não mantém contato, pois o ex marido “fez a cabeça deles” contra ela. O marido a expulsou de casa no Rio de Janeiro e ela veio para Maracanaú morar com os irmãos, e por desavenças com uma das irmãs passou a morar na rua. Tem um vínculo muito forte com a irmã mais nova, e se coloca como sua protetora, pois esta teria vários problemas de saúde. Chiquinha tem muitos sonhos, mas o principal deles é poder voltar para o Rio de Janeiro e rever os filhos, porém afirma que precisa se preparar para isso. Também faz projetos de se capacitar para se inserir no mercado de trabalho. Tem muito bom relacionamento com todas as pessoas que frequentam e trabalham no Centro Pop, e costuma ir ao para lá diariamente, mas poucas vezes participa de atividades coletivas. Muito comunicativa, ela faz amizades facilmente. Uma dessas amigas que conheceu quando morava na rua a acolheu em casa e no período em que a entrevista foi realizada, estava passando um tempo na casa dessa amiga, porém em virtude da vulnerabilidade que circunda a relação com esta moradia, ainda se configura a situação de rua. Chiquinha não faz uso de álcool ou outras drogas. Recessente-se de não conseguir trabalho como doméstica, pois afirma ser de muita confiança. É evangélica e costuma participar de atividades da igreja em diversas ocasiões.

Alcione é uma mulher negra de 37 anos, que está há mais de cinco anos vivendo nas ruas. Conta que vivia com o ex companheiro, que num determinado dia, depois de ocorrer um conflito entre o casal, ele ateou fogo nela e como consequência ela passou quatro meses hospitalizada, após a alta hospitalar não voltou mais para casa, chegou a se hospedar em casa de amigos, todavia não é uma moradia permanente, quando saiu passou a viver nas ruas, e morando na rua já sofreu algumas agressões. Alcione faz uso abusivo de álcool e outras

⁵ Alguns grupos de pessoas em situação de rua ficam na Lagoa de Maracanaú e seu entorno, lá costumam pernoitar, tomar banho, fazer seus alimentos e fazer uso de drogas.

⁶ Programa de habitações populares do governo federal brasileiro.

drogas, o que segundo ela, está comprometendo a sua saúde. Além do consumo, já se envolveu em atividades de tráfico e em algumas outras atividades ilícitas, o que faz com que ela sinta sua vida ameaçada. Como decorrência destas atividades responde processo penal. Há algum tempo, que ela não sabe precisar quanto, vive com um companheiro. Ambos costumam dormir e realizar suas atividades cotidianas na Praça da Estação ou nas imediações. Alcione faz uso dos serviços do Centro Pop desde 2015, indo quase que diariamente para as atividades, embora poucas vezes participe de atividades grupais, por vezes passa períodos sem aparecer neste equipamento social, em geral por ter se envolvido em conflitos internos ou com conflitos territoriais ou com agentes de segurança. Lamenta por ter já ter sido contemplada com unidade habitacional do programa Minha Casa Minha Vida e ter se desfeito do imóvel, o que a faz acreditar que não terá novas chances de ter outra casa.

Tereza, aos 44 anos é uma mulher de voz terna e gestos delicados. Quanto à raça refere-se como parda. Apresenta a rua como um lugar muito triste, e o que levou ela a essa trajetória foi, além do uso de substâncias psicoativas, as discriminações sofridas em casa por ter soropositividade para HIV. Passou então a viver nas imediações da rodoviária de Fortaleza, lá estava só, ou seja sem companheiro ou companheira e sem vinculação com outros grupos de pessoas que vivem nas ruas. Depois de ter sido exposta a uma situação violenta resolver buscar uma comunidade terapêutica para tratamento relativo ao consumo de drogas. Lá conheceu o atual companheiro, que também possui HIV positivo. Depois de ter saído desta comunidade, voltou a consumir drogas, e foi nesse período que buscou o Centro Pop de Maracanaú em setembro de 2017, e através dos atendimentos foi encaminhada à rede de saúde mental para tratamento do consumo abusivo, e está há quase um ano numa outra comunidade terapêutica. Sonha quando sair em ter sua própria casa, e conta que tem retomado o contato com sua família. Tem receio de voltar a morar na rua.

Elza é uma mulher de pele e cabelos claros, com 51 anos. Seu semblante é normalmente calmo, fala pouco, mas interage com profissionais e usuários dos serviços. Está morando na rua há mais de 10 anos. Já viveu em Maracanaú e em Fortaleza. Ainda que esteja há tanto tempo na rua, frequenta o Centro Pop de Maracanaú há menos de um ano. Já trabalhou como manicure, mas agora está desempregada e está sem condições de exercer sua profissão, visto que o ex companheiro a agrediu o que lhe rendeu fratura nas duas mãos, lhe deixando sequelas e por isso encontra-se incapacitada para o trabalho. Suas relações conjugais foram permeadas pela violência. Na rua, costuma ficar nas imediações da Praça do Banco do Brasil e do Hospital de Maracanaú, e para conseguir se manter pratica mendicância. Já fez uso abusivo de álcool, mas agora não consome nenhuma droga. Elza diz ter uma irmã que às

vezes deixa ela dormir em sua casa, mas não é sempre, lamenta a falta de ajuda da família. Assim como a maioria das entrevistadas se refere à moradia de rua como algo que evoca tristeza, por isso aguarda com ansiedade um laudo médico que permita que dê entrada no auxílio-doença.

Joana, é parda, uma mulher alta e de aspecto forte, tem 31 anos, que veio do interior do Ceará para Maracanaú, mas já viveu nas ruas de Fortaleza. Começou a fazer uso de drogas aos 14 anos de idade, ainda morando com a família no interior. Isto provou conflitos na convivência familiar até que ela resolveu sair de casa. Sua narrativa quanto à ideia de tempo é confusa, assim não foi possível precisar desde quando está nesse trânsito entre Fortaleza e Maracanaú. Recentemente estava, junto com outras pessoas, dormindo e tendo como referência uma casa abandonada, porém este imóvel foi demolido e Joana passou a pernoitar na rua, o que lhe causa muita angústia, pois além dos riscos inerentes à vida na rua, ela teme que por estar nesse ambiente volte a usar drogas, já que para ela a moradia de rua está associada ao consumo abusivo de álcool e drogas. Assim refere-se a estar na rua como algo muito ruim, um espaço de disputas e violências. Vive só, e no tocante, diz que não quer nenhum homem para morar com ela, mas se diz muito só. Faz acompanhamento através da política de saúde mental, por apresenta sintomas de ansiedade, e teme que isso a faça recair no uso de drogas. Frequenta o Centro Pop desde agosto de 2018, onde busca apenas os atendimentos particularizados. Ao tempo da entrevista, havia sido contemplada pelo aluguel social⁷, e aguarda inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida.

2.4 Construção das informações

A inserção no campo da pesquisa é fundamental para a construção das informações. Richardson (2012) ressalta a importância da seleção do local adequado para a realização da pesquisa. A escolha do Centro Pop como *locus* desse estudo considerou a relação das pessoas em situação de rua em Maracanaú com o território e suas mobilidades. Esta é a única instituição no universo público e privado que se destina especificamente a pessoas em situação de rua, e já se constitui como referência para a população atendida, além de ter organizadas informações sobre cada uma dessas pessoas, ademais foi considerada a facilidade de contato e acesso, tendo em vista minha vinculação institucional. Nesta acepção, é preciso ter em conta o fato de estar no contexto institucional da oferta de serviços socioassistenciais,

⁷ O aluguel social é um benefício social vinculado à política de habitação destinado às pessoas que vivem em áreas de risco ou que tenham perdido moradia por ocorrência de calamidades.

fazendo-me presente no cotidiano das pessoas que frequentam o Centro Pop, já que exerço o papel de coordenadora deste equipamento social, embora seja relevante ponderar que minha atuação neste espaço, ao tempo das entrevistas tinha pouco mais de um ano e, por conseguinte, ainda sou para muitos usuários alvo de observação e análise.

Ao mesmo tempo é importante perceber que este é um lugar que à despeito da presença profissional precisou ser construído como espaço de investigação, e no qual assumi outro papel, o de pesquisadora. A confluência desses dois papéis se configurou tanto como um desafio, quanto uma oportunidade, visto que minha imagem está associada a uma função institucional, que pode remeter a uma hierarquia diante das mulheres pesquisadas e isso atravessar tanto a participação como o conteúdo das narrativas das mulheres entrevistadas, mas também me desloca do papel de pesquisador estrangeiro que adentra o campo de pesquisa tomado pelo estranhamento. De modo que me coloquei como provocação e incitamento a presença dicotômica de manter um olhar de novidade e alheio, para perceber o novo em cada fato e cada existência, quando eu mesma sou parte do cenário habitual. Assim, é importante reconhecer que ao exercer minhas atividades profissionais no Centro Pop tenho a oportunidade de estar inserida num cenário familiar às mulheres ali atendidas. Cruz Neto (2010) destaca a preponderância de se estabelecer uma relação de respeito efetivo tanto pelas pessoas, quanto pelas situações que ocorrem na comunidade estudada. Esta condição na qual estou imersa, me possibilita reconhecer elementos sociais e simbólicos próprios do universo das ruas, o que contribui para manter essa relação de respeito e cuidado com as histórias e processos que se desenvolvem no cotidiano das mulheres pesquisadas.

Uma preocupação que figurou como aspecto a ser considerado foi a disponibilidade das mulheres, pois além de estarem em menor número nas atividades cotidianas do Centro Pop, elas se mostravam menos participativas. A mesma impressão foi atestada por Pinto (2015) que em pesquisa realizada com pessoas em situação de rua em Maracanaú, observou que as mulheres se envolviam muito menos nas atividades. Por saber que objetivos da pesquisa impõem que fosse propiciado o diálogo mais aberto possível com as mulheres, já que o interesse deste estudo diz respeito a vida delas, o temor da recusa na participação se fez presente nos contatos com as primeiras participantes.

Me propus a construir um espaço onde fosse oportunizado um diálogo em que o cotidiano das mulheres pudesse ser evidenciado, onde suas histórias, seus desejos, medos, desafios e potencialidades sejam pontos a serem pensados e sejam postos em cena, não apenas como informação para uma pesquisa, mas que sejam eles mesmos objetos de reflexão das mulheres, e contribuam com suas estratégias de enfrentamento a situações que se apresentam

como opressoras.

Uma vez que esta pesquisa se debruçou sobre a compreensão os modos de vida das mulheres em situação de rua em Maracanaú, a entrevista foi selecionada como oportunidade para acessar o cotidiano dessas mulheres e seus atravessamentos, que em um todo compõe os seus modos de vida. Esta técnica, segundo Gaskell (2002), permite o surgimento de informações que contribuam para compreender as relações das pessoas investigadas com sua situação. Sob este prisma, a entrevista poderá ampliar as condições para a apreensão dos modos de vida das mulheres em situação de rua, com todos os enfrentamentos que lhes são necessários. Para May (2004) as entrevistas possibilitam de maneira rica a compreensão das experiências, dos valores opiniões, sonhos e até sentimentos, e havendo modelos diferentes de entrevistas, é necessário alinhar o modelo escolhido com os seus objetivos.

A entrevista, enquanto um procedimento técnico se distancia da conversa desprezenciosa, uma vez que está focalizada na construção de informações específicas da realidade das participantes (MINAYO, 2010), assim em consonância com os objetivos desta pesquisa, utilizei a entrevista em profundidade ou semiestruturada. Triviños (2013) destaca como fatores positivos deste modelo de entrevista ela valoriza a presença do pesquisador e ao mesmo tempo abre perspectivas para que a pessoa entrevistada tenha liberdade e espontaneidade, de forma a enriquecer o processo investigativo. Neste modelo de entrevista foi seguido um roteiro de entrevistas que priorizou 3 grandes categorias: 1) modos de vida; 2) estigmas e preconceitos; 3) modos de enfrentamento.

Assim, o convite à participação foi feito às mulheres durante os momentos em que estavam no Centro Pop, a ida delas muitas vezes é motivada pelo acesso para realização das atividades complementares (lanche, lavagem de roupa ou banho), bem como para atendimentos particularizados ou coletivos, e enquanto estavam ociosas ou aguardando foram convidadas à participação na pesquisa. Algumas mulheres frequentam o Centro Pop com regularidade e já me conhecem como coordenadora desta unidade de atendimento, de modo que este contato do dia a dia facilitou a aproximação com as mulheres. Um passo importante foi apresentar para elas o propósito da pesquisa, deixando-as livre para recusarem a participação. Este passo é ressaltado por Cozby (2011), que sugere que sejam prestadas as informações que permitam às pessoas convidadas a ter os elementos que importem na decisão de participar ou não do processo. Apenas uma das mulheres convidadas recusou a participação, pois informou não ter tempo. Além disso uma outra mulher se mostrou bastante disponível, porém em decorrência de disputas territoriais e ameaças não foi possível manter a realização da entrevista nem no Centro Pop e nem no seu território de referência.

Ao longo do processo de construção das informações foram feitas algumas tentativas de realizar entrevistas com as mulheres em espaços diferentes do Centro Pop, por duas vezes fui até a região central da cidade na tentativa de entrevistar uma antiga frequentadora do Centro Pop que vive na rua há algum tempo com o companheiro, mas que não vinha frequentando os serviços na instituição desde que o Centro Pop mudou de endereço. Nas duas ocasiões ela estava sob forte efeito de álcool não tendo sido possível realizar a entrevista. Em outras duas ocasiões questões de dinâmica do território e conflitos ocorridos no espaço da rua fizeram com que as mulheres com quem me propunha a dialogar tivessem que sair dos espaços que ocupavam, numa destas ocasiões fui interpelada por um dos rapazes que frequenta o Centro Pop a não ir para o local da entrevista. Esse cuidado é importante não apenas como fator de proteção da pesquisadora, mas também das mulheres que estando no espaço da rua estão sujeitas ao escrutínio de agentes de segurança e das regras imposta pelo tráfico e pelas facções que operam numa relação de domínio de alguns territórios. O compromisso ético com a pesquisa se faz presente na análise de como as ações de investigação podem expor essas mulheres.

Todas as entrevistas foram realizadas no Centro Pop no período de setembro a novembro de 2018. Para seleção a definição da amostra, isto é, do número de mulheres entrevistadas, considerei o critério de saturação, que, de acordo com Nascimento et al (2018), ocorre quando numa construção de dados não se apresentarem mais elementos novos que repercutem na compreensão do fenômeno estudado. De modo que esse processo contemplou a participação de 7 mulheres para as quais previamente foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assinado, em seguida entrevistadas individualmente em datas diferentes que seguiram o ritmo das movimentações próprias da frequência ao Centro Pop, o que diz respeito tanto a ida delas a esta unidade, como o fluxo do Centro Pop, que neste período sofreu mudança de prédio, situação que favoreceu mudanças na sua dinâmica e impactando na frequências das pessoas atendidas.

O roteiro para as entrevistas foi construído com vistas a orientar o processo e possibilitar o espaço para que ocorra a fala, bem como que as mulheres pudessem apresentar suas narrativas mantendo uma liberdade expressiva, e para tanto foram formulados alguns questionamentos básicos que tem uma finalidade indutora, e que se apoiaram nas construções teóricas que são respaldadas em pesquisas anteriores, bem como do processo de observação do cotidiano e estão alinhadas aos objetivos de pesquisa. Triviños (2013) alerta que se a pessoa entrevistada tem a possibilidade de seguir espontaneamente para expor suas experiências, cabe ao investigador dar as condições para que se mantenha um foco principal,

de forma que as entrevistadas participam da elaboração do conteúdo da pesquisa. Esta concepção coaduna com a metodologia feminista, onde a mulher não é alvo ou objeto de investigação, mas é parte da dinâmica de pesquisa e produz o conhecimento ao lado da pesquisadora.

Para atingir aos objetivos propostos, o roteiro estruturou as perguntas indutoras em três eixos, o primeiro diz respeito, mais especificamente aos modos de vida, visa conhecer as experiências das mulheres nas ruas, o segundo concentra-se principalmente nos estigmas e preconceitos vividos pelas mulheres, e o terceiro aborda os seus processos de enfrentamento, e ao final traz um relato de uma situação vivenciada por uma personagem na rua para que as entrevistadas digam o que pensam a respeito. Para a construção desta história foram consideradas os fragmentos de acontecimentos que algumas mulheres apresentavam durante as atividades coletivas do Centro Pop e em relatos de experiências de pesquisas com mulheres em situação de rua. Esta estratégia foi bastante potente para a produção de narrativas, pois foi verificado um processo de identificação diante de uma situação concreta.

As narrativas que trouxeram à tona fatos e rotinas cotidianas, a trajetória e o sentido dado às mulheres para a vivência de rua, suas relações com os grupos da rua, com a família, com as instituições, bem como os processos opressivos vivenciados e suas estratégias de resistências. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A entrevista semi-estruturada possibilitou respeitar a temporalidade de cada uma das mulheres, visto que foi percebido uma variação tanto na forma como no tempo que cada uma precisava para apresentar suas narrativas.

Considero que assim como o meu engajamento com o Centro Pop na qualidade de atuação profissional contribuiu para o processo de investigação, me aproximando dos fatos do cotidiano de quem está nas ruas, e da própria linguagem adotada, além de conhecer algumas regras deste universo, percebi que o processo de pesquisa também trouxe repercussões no meu trabalho, já que com todas as mulheres entrevistadas houve uma maior vinculação após a realização das entrevistas, e isso abriu espaço para o encaminhamento de algumas demandas relativas às suas necessidades e projetos de vida.

2.5 Análise das informações

O desafio que se coloca frente ao processo de sistematização dos dados e sua análise, de acordo com Minayo (2010) diz respeito a possibilidade de aprofundar os significados das informações partilhadas pelos sujeitos pesquisados. A autora destaca como finalidades da

análise de informações a compreensão dos dados pesquisados, responder às questões inicialmente formuladas e ampliar o conhecimento acerca do assunto em questão. O processo de análise de dados consiste na extração dos sentidos nas informações apresentadas no processo de construção das informações (Creswell, 2007).

Tendo sido transformado em texto, através de transcrições de entrevistas, as informações decorrentes do processo investigativo puderam ser submetidas a procedimento de análise, que contou com o recurso tecnológico do *software* Atlas Ti 5.2. A Análise de Conteúdo, é uma estratégia que tem na linguagem sua unidade interpretativa. Em especial a Análise de Conteúdo Temática, que de acordo com Bardin (2004), diz respeito a um conjunto de técnicas para análise de comunicações, e busca conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Perspectiva que coaduna com os objetivos estabelecidos para esta pesquisa e, sobretudo, com o material oriundo do processo de construção de informações, que se materializou em informações textuais.

A condução da Análise de Conteúdo, de acordo com Silva e Fossá (2015) implica algumas etapas, até o alcance da significação das informações coletadas. Numa primeira etapa de pré-análise, que tem início com uma leitura flutuante, o ordenamento do material, formulação de hipóteses, e elaboração de indicadores; a exploração do material que se refere à construção de codificação, envolvendo a escolha das unidades, das regras de contagem e de categorias simbólicas ou temáticas; tratamento de resultados, inferência e interpretação. É um trabalho de síntese que destaca as informações obtidas vinculando-as aos objetivos propostos. Neste processo de descortinar as palavras foram evidenciadas três grandes categorias que estão no cerne deste estudo, quais sejam: modos de vida, gênero e estigma. Deste processo emergiram, para além das categorias principais anteriormente mencionadas, outras dimensões que igualmente foram consideradas como vetores de análise.

A complexidade social é, segundo Vosgerau, Meyer e Contreras (2017), indicador da necessidade de avançar no uso de instrumentos uma compreensão mais ampla dos resultados de investigações qualitativas. O uso do computador nos procedimentos de análise de dados tem sido realçado pela sua capacidade de armazenamento e de estabelecer relações que podem ser acessadas de forma rápida pelo pesquisador (LAGE; GODOY, 2008).

De modo que nesta etapa da pesquisa recorri à utilização de *software* Atlas ti 5.2. na intermediação da análise das informações. O uso deste programa contribuiu, conforme Lage e Godoy (2008) para estocagem, indexação, recuperação e relacionamento de dados. O *software* é, portanto, ferramenta de suporte, que não dispensa a função analítica do pesquisador. A tarefa de identificar as passagens mais significativas e atribuir categorias ainda faz parte do

seu rol de atividades. Assim, nesta pesquisa o processo de ordenamento do material contou com a conversão das transcrições das entrevistas em arquivos compatíveis com a leitura por meio do software selecionado, a partir de uma grande unidade hermenêutica na qual foram armazenadas as entrevistas. No software, a seleção das categorias identificadas na leitura, ocorre de forma manual, considerando o aporte teórico que fundamenta o processo de investigação.

2.6 Compromisso Ético

O Cuidado e o respeito para com a População em Situação de Rua me imputa, como pesquisadora, estar comprometida com sua realidade, zelando para que o modo de vida e os conteúdos evidenciados pelas participantes sejam acolhidos sem pré julgamentos. A discussão sobre ética em pesquisa pressupõe a análise do contexto em que ocorre e a atenção à dignidade humana, observando ainda o processo de coisificação do sujeito pesquisado. O que implica a transparência na relação com os sujeitos da pesquisa, traduzindo os objetivos e cada etapa de seu envolvimento de forma que lhes seja possível a compreensão e lhes possibilite a livre participação.

O respeito às especificidades que marcam as participantes desta pesquisa foi o fio condutor de todo esse processo de investigação, desde o processo de revisão de literatura, contando com uma bibliografia que evidencia o conjunto de opressões que marcam os modos de vida das mulheres em situação de rua, a escolha por uma abordagem metodológica em que apresente tanto as participantes como a pesquisadora de maneira posicionada num contexto histórico e social, e no qual, mesmo ao reconhecer a diferença de papéis e de atribuições no processo de construção de informações, procura desconstruir padrões assimétricos de distanciamento entre aqueles que constroem a pesquisa. O conhecimento acerca da dinâmica que envolve a vida nas ruas impõe à pesquisa o empenho em manter ações de cuidado e de preservação com as pessoas que se dispõem a desnudar suas histórias, assim há um compromisso com a segurança das mulheres entrevistadas. Além disso é possível afirmar que ao longo das entrevistas foi construído um espaço de afeto e cumplicidade que também apresentou reverberações no meu cotidiano profissional e na relação dessas mulheres com o coletivo de trabalhadores do Centro Pop.

Não obstante, há o compromisso com demandas acadêmicas que incidem sobre o ato de pesquisar. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC,

em conformidade com a Resolução 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde e aguardando o respectivo parecer.

Por fim, é preciso evidenciar o destino do conhecimento produzido no universo acadêmico e a relação com os processos transformadores da sociedade. Neste sentido é preciso que haja uma transposição dos espaços de produção acadêmica e que seja possível uma apropriação das formulações obtidas no contexto de pesquisa por atores para os quais e com os quais ela se desenvolveu. De modo que considero o empenho em apresentar os resultados aos interessados no processo de pesquisa, à comunidade acadêmica, através da produção de trabalhos socializados por meio de artigos, e eventos técnico-científicos, e sobretudo a usuários e profissionais do Centro Pop de Maracanaú, assim como a outras políticas públicas locais e organizações não governamentais que atuem diretamente com o segmento pesquisado. Para isso há a proposta de que as pessoas em situação de rua, em especial as mulheres possam se apoderar da pesquisa e seus resultados, através da produção de um material capaz de dialogar com sua linguagem. E no intuito de possibilitar a problematização e favorecer o compartilhamento de informações com as políticas públicas no município de Maracanaú, com especial atenção aos profissionais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, proponho-me a divulgar os resultados construídos nesta dissertação compartilhando material com o setor competente por organizar a gestão do trabalho, disponibilizando-me ainda a pensar em espaço de diálogo com os profissionais desta Secretaria.

3 MODOS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Existe uma ideia de que ao sair da vida nômade o homem foi naturalmente se fixando em cavernas e que a evolução humana os levou a viver em casas, moradias estruturadas que servem de abrigo e de lugar para construção de relações de afeto que se materializam através da família. Mas a história não é linear e seus processos não ocorrem de modo igual para todos e em todos os lugares, nos mostrando que nos mais diversos momentos as desigualdades operaram variados modos de exclusão.

De forma que essa idealização inicial cai por terra, e é perceptível a existência de pessoas que ocupam as ruas fazendo seu espaço de moradia. Escorel (1999) registra como uma transgressão dos princípios básicos da organização social a transposição do cenário do lar para o espaço público, corroborando, portanto, a imagem da casa como espaço primordial da vida familiar.

As raízes desse fenômeno, segundo Silva (2006), estão associadas ao surgimento das cidades pré-industriais, tendo se intensificado com a organização social atrelada ao modelo capitalista de produção. A ocorrência de pessoas vivendo nas ruas data de tempos remotos. “Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (BURSZTYN, 2003, p.18). É Silva (2006) que novamente ilustra a realidade das cidades nascentes com a organização econômica que se instalava, alertando que o processo de industrialização era incapaz de absorver a gama de trabalhadores que haviam sido expropriados das posses e atividades campesinas, e foram, então, impelidos a viver nas cidades e assumirem a posição de mendigos, ladrões e vagabundos.

No Brasil, desde os tempos coloniais existem pessoas em situação de rua. E este fenômeno decorre do processo de libertação dos povos escravizados que, mesmo antes da lei da abolição, passaram a viver sob a condição de rua e de abandono (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). Isto demonstra a desresponsabilização com a população empobrecida, em especial, a população negra.

O fenômeno da existência de pessoas em situação de rua assume um caráter complexo e de múltiplos determinantes. Com este capítulo apresentarei um panorama da situação de rua, inicialmente a partir da relação entre o contexto de pobreza e fatores que conduzem às ruas e as vivências nela estabelecidas, de modo que seja possível uma aproximação com esta população e seus modos de vida.

Diante da construção do conceito de modos de vida que será trabalhado neste estudo,

apresento a compreensão da rua como lugar de moradia e sobrevivência, e procuro situar algumas características e vicissitudes presentes na apropriação desse espaço pelas pessoas que em face de um processo intenso de exclusões transformam este cenário. Para tanto é preciso situar este fenômeno na sua relação com a pobreza, que é permeada pela questão de gênero, além da articulação com os conceitos que posicionam a maneira com situação de rua é tratada nesta pesquisa. Para isto, apresento algumas problematizações acerca do conceito de gênero, para que seja possível abordar o cotidiano das mulheres em situação de rua, além de percorrer situações de violência que atravessam este cotidiano e conduzem modos de vida.

3.1. Modos de vida

O universo de limites e possibilidades em que estão encartadas as pessoas em situação de rua impõe que se faça uma aproximação entre elas e o universo de relações que estabelecem com a rua desde o espaço físico ao lugar simbólico. Assim, as experiências das mulheres que vivem em contexto de rua vão tecendo os significados que envolvem o território onde constroem e dão sentido à própria história, à rede de relações que moldam as estratégias de sobrevivência, e compõe seu modo de existir e resistir. As trajetórias dos indivíduos, cada uma com sua peculiaridade, são para Rodolpho (2013), o meio de vinculação com a cidade.

“Há, portanto, um movimento dialético: o sujeito desenvolve modos de se relacionar a partir da realidade a ele apresentada, ao passo que também a modifica segundo suas necessidades. As estratégias potenciais de resistência e luta se manifestam, então, no curso da vida dos sujeitos” (CIDADE, 2012, p. 67)

Por compreender que os movimentos cotidianos e estratégias de sobrevivência tem um papel significativo para a população que vive nas ruas, elegeu-se a perspectiva de estudo dos modos de vida de maneira que seja possível transcender o conceito estático onde são assinalados padrões de comportamento, e avance na direção de uma abordagem que permita incorporar o campo das relações na dinâmica do cotidiano. Para isso lançou-se mão das contribuições de autores de áreas diferentes de conhecimento, mas que tem nos modos de vida o cerne de seus estudos.

A partir da análise dos modos de vida de trabalhadores fabris do interior do Ceará, Borsoi (2005) enfatiza a forma como os indivíduos conduzem seu cotidiano na constituição de modos de vida, assinalando a relação entre as atividades laborais diárias e os papéis sociais delas decorrentes como constituintes do redimensionamento de hábitos, valores e relações sociais e afetivas, desta forma, a atividade profissional desenvolvida desenha um conjunto de

relações que sustentam modos de vida. Nesta perspectiva, o cotidiano emerge de maneira central para que seja possível apreender os modos de vida.

Para evidenciar este conceito, tomamos como referência Certeau (1996), para quem o indivíduo se organiza a partir de relações sociais, somente sendo possível acessá-lo por meio de suas práticas sociais. Práticas cotidianas, implicam em modos de ação que se exprimem em operações realizadas no processo de interação social, e o cotidiano é o conjunto de operações singulares capazes de definir uma sociedade e um indivíduo.

Sauer (1995) detém o olhar sobre as práticas capazes de assegurar existência, e embora esta ideia possa estar vinculada ao exercício de atividades laborais apontados por Borsoi (2005), sua abordagem remete a formação de hábito, enquanto prática que se repete, todavia sua contribuição está em introduzir o elemento coletividade como componente essencial da constituição de modos de vida. Para este autor a formação e a consolidação de modos de vida só é possível se considerado o coletivo.

Como realçado por Silva (2006), pelo prisma marxiano os modos de vida se constituem na interação entre os modos de produção e os aspectos culturais da sociedade, de maneira que os costumes de um grupo são forjados no contexto em que organizam a reprodução dos meios para sobrevivência, porém não se restringem à reprodução da existência física das pessoas, pois abrange as formações culturais e seus sentidos. Sob essa ótica o modo de produção, ou seja, o que produz e como produz, é capaz de construir e exprimir modos de vida.

Em pesquisa realizada com pessoas em situação de rua, Kunz, Heckert e Carvalho (2014), exploram a construção dos modos de vida deste segmento, e ponderam sobre a dimensão ética e os valores morais que orientam práticas cotidianas. Bourdier (1996) coaduna com a ideia de ocupação do espaço ou territorialização, e utiliza o termo estilos de vida, do qual o *habitus*, como princípio unificador de práticas, é componente. Estes são termos centrais para que se entenda os modos/estilos de vida de forma ampliada, na qual é possibilitado o contato com essa abordagem mais abrangente, que vislumbra particularidades materiais e simbólicas.

As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas as necessidades objetivas das quais é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas. (BOURDIER, 1996, p. 82)

A relação com o território identifica maneiras diversas de viver a rua, cada espaço percorrido tem um significado e uma motivação, o trânsito entre os pontos onde é possível manter a segurança e obter os meios de sobrevivência vão conduzindo a ocupação dos territórios. De acordo com Santos (2007), os deslocamentos constituem os modos de vida da população em situação de rua, para Kunz, Eckert e Carvalho (2014) os trajetos construídos derivam de redes de suporte que contribuam para satisfação de necessidades, muito mais que em razão de um padrão geográfico. Estes deslocamentos podem ser dentro de um mesmo território, como é o caso de pessoas que vivem nas ruas de Maracanaú, e que no momento em que não tem acesso a alguns serviços públicos permanecem na Lagoa, onde podem tomar banho, pescar, e ainda utilizar o espaço para o lazer, como podem envolver outras unidades territoriais.

É tanto que eu vim pra banda de cá, eu ficava mais era no Centro⁸, quem me trouxe foi uma amiga minha pra cá (...)e não só aqui, lá no Centro também, que eu ando aqui e eu ando no Centro, sabe, também, porque eu num fico só aqui aqui não, vou pro Centro também, pego o metrô e vou. (ELZA, E6)

Elza é exemplo de como a mobilidade das pessoas em situação de rua é conduzida pelo atendimento de necessidades, seja em virtude da obtenção de recursos capazes de garantir o suprimento de demandas relativa à fome, sono, higiene, além dos relacionamentos afetivos, ou mesmo em razão da manutenção de proteção e segurança. A ênfase dada por Tiene (2004) concentra-se na mobilidade espacial que se organiza em função das relações interpessoais, explica que as relações estabelecidas no contexto das ruas não dispõem do padrão de definitividade e podem se estabelecer e se refazer com certa rapidez, e isso faz com que hajam deslocamentos baseados nas novas relações que se formam. Escorel (1999) ressalta o papel da rede socioassistencial enquanto contribuição para a sobrevivência das pessoas que vivem nas ruas, visto que são as maiores responsáveis por oportunizar a obtenção de alimentos, roupas e até facilitação para o acesso a determinados direitos, de maneira que o roteiro diário é construído em função destas aquisições, e demarca a apropriação territorial.

Em Maracanaú, a Central de Abastecimentos do Ceará – CEASA é um ponto para onde convergem trajetórias de pessoas em situação de rua na busca de alimentos e trabalho, mas, em razão da atuação dos seguranças do local, poucos são os que pernoitam neste espaço. O convívio com a CEASA incide igualmente na organização da temporalidade daqueles que sobrevivem dela e de seu entorno, já que os horários de funcionamento, que começam durante

⁸ Ao mencionar o Centro a entrevistada se refere ao Centro da Cidade de Fortaleza, onde há uma concentração de pessoas em situação de rua.

a madrugada por volta de duas horas da manhã e findam em torno de quatorze horas, regulam o sono e os horários de alimentação das pessoas. É comum que algumas pessoas que frequentam o Centro Pop de Maracanaú, mesmo considerando a distância⁹, frequentem a CEASA, pois há oportunidades de trabalho e facilidade para se alimentar, embora não ofereça as condições para outras aquisições como o sono e a manutenção da higiene, e relatam o seu cotidiano permeado pela organização daquele espaço.

Assim, é possível compreender, como discutido por Silva (2006) que quando um indivíduo se identifica com um determinado espaço irá ocorrer a territorialização de seu modo de vida, e define território como um espaço que pode ser natural ou humanizado que é delimitado pelo uso e pelas relações de poder que se estabelecem ali, de sorte que se confirma que o modo de vida não é algo imutável, ao contrário, sempre que as necessidades sociais mudam, se alteram os modos de vida. Isto reforça a ideia de que os modos de vida da população em situação de rua não se constroem com base na repetição de hábitos, mas na complexidade das estratégias de sobrevivência.

Num esforço de conciliar as contribuições dos diferentes autores de modo que atenda a necessidade da maior aproximação possível da realidade das pessoas que vivem nas ruas, neste trabalho compreende-se que é por meio do cotidiano, que se permite alguma apreensão dos modos de vida da população em situação de rua, abrangendo tanto aspectos de práticas vinculadas a existência, como os aspectos vinculados aos significados atribuídos a tais práticas. Esta tarefa, entretanto, não possui o intento de unificar ou massificar as pessoas que habitam a rua, pois como visto a heterogeneidade é uma marca deste segmento. Respeita a singularidade das experiências vividas, e pretende conhecer suas práticas cotidianas.

A instabilidade se reflete no dia a dia de quem sobrevive nas e das ruas, fazendo o aqui e o agora ser o tempo da urgência e o lugar seja o do abrigo, que pode variar em razão de circunstâncias alheias à sua vontade. Costa et al. (2015) referem-se à uma luta diária pela sobrevivência, o que levaria a obstacularizar a transformação de desejos em projetos de vida. A sobrevivência nas ruas diz respeito a satisfação de necessidades básicas, que seriam definidas pelo “mínimo necessário para manter-se com vida” (ESCOREL, 1999, p. 221).

Os modos de vida da população em situação de rua são entremeados pelas estratégias de sobrevivência a realidade diária. Num ambiente de opressão, ficam evidenciadas a resistência e a criatividade destas pessoas que cotidianamente reinventam a si, ao espaço, às relações e seus significados.

⁹ O Centro Pop de Maracanaú fica há cerca de 7 Km da CEASA.

3.2. A Rua como lugar de moradia e sobrevivência

Viver nas e das ruas é confrontar o mundo privado, expondo-o ao escrutínio público. De toda sorte, busca-se fechar os olhos para tal realidade na tentativa de velar a própria existência das pessoas que parecem pertencer a este mundo. E quando tal realidade grita sua existência, passam a operar diversos modos de apartação, desde os mais sutis, que podem ser verificados a partir da negação de acesso a políticas públicas mais básicas, ações discriminatórias, ou de modos mais explícitos e brutais, quando se desafia a própria existência do sujeito com violações do corpo chegando até a morte.

Para a maioria das pessoas a rua é um lugar público. Na verdade, é mais uma extensão que liga lugares, que liga pontos para onde as pessoas se deslocam. A rua é isso, apenas uma ponte, uma via de deslocamento, formada por calçadas, marquises, pontos de ônibus, frentes de padaria, praças, jardins e largos. São todos espaços temporários, de permanência restrita, passageira. Essa rua, sendo de passagem, é de todos e é de ninguém. (SOUSA et al. 2016, p.7)

Sposati (2004) alerta que retiramos daqueles que estão na situação extrema de exclusão a condição de humanidade. Tanto a omissão do estado em prestar serviços à população em situação de rua, ou a ação discriminatória de profissionais e instituições que criam requisitos capazes de obstacularizar o acesso desta população aos serviços mais essenciais, quanto a ação de agentes estatais ou de “cidadãos de bem” que agridem e maculam o corpo humano como se fossem coisa banal despida de dignidade, funcionam como uma arma dirigida às pessoas que vivem nas ruas

O signo que marca a moradia na rua é que necessidades básicas estão dispostas no espaço público, calçadas e marquises são o cenário para realização das atividades mais cotidianas, que Da Matta (1997) indica como manutenção do corpo, nas quais se enquadram: comer, dormir, reproduzir-se. Esta disposição, ou esse suposto deslocamento de espaço, aponta como a perspectiva da vida nas ruas expressa a intersecção desses espaços interno e externo, onde tanto o que é da rua, como o que é de casa é vivido na rua, e engendra uma confluência de comportamentos morais e não-morais, e que contribuem para que, de modo geral, o cotidiano de seus moradores seja visto com repulsa pelas pessoas que entram em contato com esta realidade.

Viver nas ruas, segundo Pereira (2008), é um fenômeno social, que remonta à Antiguidade, porém ao longo do tempo o contorno característico dessa população foi sendo modificado, se antes predominavam as pessoas com transtornos mentais, andarilhos viajantes e exilados, na contemporaneidade outros grupos populacionais foram sendo incorporados ao cenário das ruas. Neste contexto histórico, a população de rua, de acordo com Silva (2009)

reporta-se às cidades pré-industriais, tendo encontrado no capitalismo nascente e no pauperismo as condições de crescimento, já que as pessoas não eram absorvidas pela indústria na mesma proporção em que foram expropriadas de suas terras e isso fez com que se formasse uma massa de sobrantes, o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, pessoas que mesmo aptas não são alocadas em postos de trabalho. Embora estas pessoas não tenham, necessariamente, passado à condição de rua, este foi o solo para que as situações de distanciamento do mercado de trabalho e uma parcela dessa superpopulação relativa assumisse o papel de mendigo, vagabundo ou ladrão, parte do qual passou a viver nas ruas.

Assim, é na dialética que sustenta o binômio riqueza e pobreza, que se fecunda o terreno onde irrompem pessoas que, passam a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. A pobreza se apresenta como um aspecto marcante para a ocorrência de moradia de rua, além de ser importante categoria para compreensão e análise desse fenômeno social. A fala de Elza mostra como a realidade de pobreza, sob o aspecto da ausência de renda, pode conduzir à rua:

Eu fazia (...) eu era manicure, mas eu não pude mais, quebrei minhas duas mão, fiquei sem força, não tenho força nem pra andar em ônibus. Aí fui pro mei da rua. Eu caí nessa porque eu fiquei doente, eu era uma pessoa que ganhava mais dinheiro na minha vida era eu. (ELZA, E6)

A perda de espaço de trabalho em decorrência de problemas de saúde que a impedem de realizar suas atividades laborais e produtivas, mesmo que num mercado informal, colocou Elza no grupo de pessoas que passam à condição de rua por não ter como manter os custos econômicos de uma moradia. A análise de Bursztyn (2003) considera que o empobrecimento de parcela da população conduz à exclusão social, num paradoxo ao incremento da produção, o desemprego atinge aqueles que passam a ser considerados desnecessários no circuito econômico, retrato da crise no mundo do trabalho, e acrescenta que o novo pobre não só está à margem, mas fora desse circuito econômico, enquanto aqueles que já viviam em condição de pobreza antes do avanço neoliberal, passam a viver em condição de miséria, caso em que a pobreza está aliada à segregação, de sorte que a população em situação de rua está no bojo desse processo. A observação feita por Giorgetti (2014) considera que a população em situação de rua está inserida como fenômeno comum nas cidades globais, que seriam as grandes cidades que sofrem o impacto da globalização econômica. O mesmo prisma é abordado por Silva (2009) que aponta a localização nos grandes centros urbanos como característica da existência de população vivendo nas ruas, como uma decorrência da maior circulação de capital desses lugares, o que indica maiores alternativas de subsistência.

A vivência de pobreza é um aspecto de delimitação importante da situação de rua. Em

Rosa, Bezerra e Vieira (1992) a agudização da pobreza em determinadas conjunturas, expõe o conjunto da população ao arrocho e desemprego fazendo com que haja uma maior ocupação dos lugares públicos como lugar de moradia e/ou sobrevivência, referem-se a isto como situação limite de pobreza. No mesmo sentido, Costa et al. (2015) argumentam que as pessoas que usam as ruas como espaço de sobrevivência revelam situações de miséria, abandono e vulnerabilidade social, que em nosso entendimento figuram como expressões da pobreza.

Por compreender que a renda tenha relevância para o processo que culmina com a moradia na rua, assim como sua manutenção, mas não é o único fator de determinação da condição de pobreza, é que neste trabalho, optou-se por considerar a pobreza em seu aspecto multidimensional, a partir da Abordagem das Capacitações, que considera que as privações provocadas pela impossibilidade de satisfação de necessidades, pela fome coletiva, fome crônica, bem como pela violação de liberdades, liberdade política, e liberdades formais básicas, e pela negligência em relação à condição da mulher e ao meio ambiente, representam uma forma de opressão. Sen (2000) destaca que o combate a essas opressões se dá pelo desenvolvimento de diferentes formas de liberdade, ou pela expansão da liberdade.

Estanislau e Ximenes (2016), evidenciam a relação da pobreza com o modelo de produção capitalista, de forma que transpõe os aspectos materiais e, igualmente consideram os aspectos ideológicos, psicológicos e simbólicos. Guzzo (2006) ressalta a importância de dar visibilidade às condições subjetivas que se moldam a partir de situações econômicas adversas. A vida em situação de pobreza é percebida por Tereza (E5) como associada ao descrédito: “*E a gente pobre da favela, quem é que vai respeitar?*” A pergunta que é feita sob a forma de uma frase curta causa impacto e demonstra que ricos e pobres são avaliados sob parâmetros diferentes, de modo que a credibilidade e o respeito são seletivos e estão vinculados à condição de pobreza. Accorssi e Scarparo (2016) afirmam que o descaso social marca a vida de pessoas que vivem em condição de pobreza, e que elas estão submetidas a barreiras invisíveis que causam impacto tanto na própria identidade, quanto na forma de se relacionar com os outros.

Desta forma é possível compreender que a vivência nas ruas transcende puramente a renda e pondera que pessoas que tenham a mesma percepção monetária, em virtude da desigualdade de acessos, podem ter condições de vida consideravelmente diferentes. As diferenças de acessos incidem sobre o conjunto de oportunidades que ampliam ou limitam a vida das pessoas que estão nas ruas, sobretudo quando se dirige o olhar para as mulheres em situação de rua.

Reconhecer as premissas estruturais da pobreza como propulsoras da situação de rua a

que uma parcela cada vez maior da população está exposta, não significa validar sua perpetuação, ou desconsiderar as potencialidades das pessoas envolvidas, e ainda da superação de condicionantes circunstanciais que se movimentam na esmagadora estrutura de exploração capitalista.

O capitalismo necessita permanentemente do exército industrial de reserva, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, não absorvidos pelas indústrias, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital. É nesse contexto que surge a população em situação de rua, como resultante das desigualdades sociais gestadas na relação capital e trabalho. As raízes da questão social são resultadas da situação de pobreza da classe trabalhadora advinda da exploração desmedida do capitalista e pela sua pressão na disputa pela riqueza socialmente produzida. (PINTO, 2015, p.50)

No espaço urbano, onde a incidência de população de rua é intensificada, a relação entre pobreza e urbicidade precisa ser desvelada. Escorel (1999) acentua o agravamento da pobreza provocado pela carência de serviços urbanos básicos, e delimita diferenças relativas ao território, não só do ponto de vista da oposição rural, urbano e metropolitano, mas evidencia disparidades no cenário urbano no que concerne às contradições de acesso entre centro e periferia, denominando tal evento como periferização.

Afeche Pimenta e Fugazola Pimenta (2011), ao analisar repercussões do processo de globalização no Brasil, afirmam que a cidade representa um fator de agravamento da pobreza, e não apresentam perspectivas alentadoras, dado o quadro de desproteção e precarização dos serviços públicos, aliados ao que denominaram novo ciclo de desemprego, fazendo com que o Estado reforce a pobreza e a exclusão. É no contexto das cidades que os assentamentos precários e o *apartheid* social se tornam mais evidentes. Diante deste quadro, irrompem contradições que deslocam a imagem da metrópole como espaço de oportunidades e crescimento, para a convivência com a imagem do medo e do antagonismo social.

É, portanto nesta conjuntura de incongruências justapostas, onde há maior oferta de alguns serviços públicos como, iluminação, abastecimento de água e esgoto, em contraposição ao alto déficit habitacional e onde as relações de vizinhança são mais esgarçadas, e ainda o cotidiano de desigualdade entre ricos e pobres emerge com maior nitidez, que se faz o *locus* da vida nas ruas. A população que vive nas e das ruas está imersa nesse contexto de contradições e de opressão cotidiana que constitui sua própria identidade.

Ferreira, Rosendo e Melo, (2016), em estudo sobre Consultório na Rua, verificaram a ocorrência de entraves no acesso das pessoas em situação e rua à Rede de Atenção em Saúde quando não estavam em companhia de profissionais do Consultório de Rua, ao que atribuíram à burocratização e ao preconceito dos profissionais destes serviços.

Em Maracanã, o único serviço público específico para a população em situação de

rua é o Centro Pop, embora o porte e a configuração geopolítica da cidade apontem para a necessidade de outras unidades estatais que ofereçam serviços e programas em consonância com a Política Nacional para População em Situação de Rua¹⁰. O que demonstra o quanto a vivência nas ruas está envolta em processos de negação e, como consequência, de desproteção, ficando portanto alijada do campo dos direitos sociais.

Na atividade de articulação de atendimento à população atendida pelo Centro Pop, em outras políticas setoriais chamou a atenção a fala de diversas pessoas que são acompanhadas neste equipamento, e ao utilizar os serviços da Unidade Básica de Saúde da Família do território, mencionaram que fizeram o cartão do SUS, porém mesmo tendo este cartão e carteira de identidade, não conseguiram fazer o cartão do posto de saúde, o que lhes dificulta o acesso a determinados procedimentos.

Aparentemente não há instrumentalidade que justifique esta ação, visto que o que se exige para acesso aos serviços de saúde é o Cartão do SUS, para o qual os requisitos exigidos são documento com foto, e comprovante de residência, que no caso da população em situação de rua pode ser o endereço institucional do Centro Pop. Esta exigência, enquanto um tratamento diferenciado vai de encontro com a perspectiva da equidade, enquanto princípio constitucional.

A ação de agentes estatais, em especial agentes de segurança, que à priori, tem a atribuição de garantir proteção e segurança aos cidadãos de um modo geral, tem se mostrado seletiva com o que se considera cidadão. Às vésperas do natal de 2018, chego ao trabalho com a notícia de que profissionais da Guarda Municipal teriam ido ao Centro Pop, e tendo sido recebidos pela Assistente Social, que me relatou demanda destes profissionais, a qual consistia em solicitar do Centro Pop que mantivesse diálogo com os usuários, a fim de orientá-los a não dormir na maria fumaça que enfeita a Praça da Estação, bem como de pedir que, estando sentados nos bancos desta praça, levantem para que as famílias possam sentar. A frase dita, com naturalidade pelos guardas municipais, assustou aos profissionais do Centro Pop, mas tem o poder de revelar que, de fato, a população em situação de rua não está incluída entre aqueles que são considerados cidadãos.

O contraste socioeconômico e estético produzido pela presença de pessoas em situação de rua nas áreas nobres das cidades tende a acarretar intervenções higienistas. Essas costumam partir do Estado, do comércio ou de uma aliança entre ambos. É o que Vainer (2013) chama de cidade de exceção ou democracia direta do capital: uma cidade cuja legislação pode ser suspensa em nome dos interesses

¹⁰ A Política Nacional para População em Situação de Rua foi instituída por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, e propõe que sua implementação ocorra de forma descentralizada e articulada entre união, estados e municípios, e prevê a garantia de acesso a diversas políticas como saúde, educação, cultura, lazer, trabalho, previdência, entre outras, além da assistência social

financeiros. Na cidade de Santos isso não é diferente, e essas ações partem principalmente da Guarda Municipal, que possui um histórico de violência física e verbal contra a população em situação de rua. (DELFIN, ALMEIDA, IMBRIZI, 2007, p. 6)

Ao longo da história, a população que vivia nas ruas, foi apresentada a partir de diversos termos, que configuraram além das circunstâncias sócio políticas a relação com a sociedade de seu tempo. Para compreender a inserção do sujeito nesse *locus* faço menção à classificação de Rosa, Bezerra e Vieira, (1994) que diferencia o ficar na rua como um acontecimento circunstancial, marcado pela brevidade da exposição a vivência de rua; o estar na rua, no qual a vivência de rua é um acontecimento recente, porém com percepção menor de ameaça e com constituição de relações estabelecidas nesse contexto e com estratégias de sobrevivência vinculadas à rua; e por fim, o ser da rua, que revela uma permanência na condição de rua, na qual a pessoa sofre de maneira mais contundente as debilidades da exposição aos fatores de risco deste universo, além deste ser o ambiente de constituição de relações mais permanentes, caracteriza a moradia na rua.

Neste panorama, é preciso ainda visitar algumas terminologias, Prates, Prates e Machado (2010) alertam para a necessidade de tal empreendimento, e, para além da multiplicidade de expressões utilizadas para definir este segmento, mencionam a fragilidade dos conceitos a elas relacionados, revelando uma série de ideias pré-concebidas, que algumas vezes partem de experiências particulares e são tomadas como generalizações, e nesta qualidade não coadunam com a realidade.

As primeiras relações com a população em situação de rua, partiam do modo como estas estavam colocadas na nascente sociedade urbana, sendo identificados, sobretudo como vagabundos ou mendigos e loucos de rua, visão que perdurou até o século XX como prevalente, pois até os dias atuais é possível verificar nos diálogos cotidianos estes termos vindo à tona. Todavia, a partir da multiplicidade de formas de estar na rua que foi sendo ampliado o vocabulário de sua designação.

crece a população de rua (sem teto, *homeless*). Já não são mais apenas os mendigos tradicionais, os clochards, os hippies, os *squatters*, os deficientes físicos ou mentais, ou os vagabundos, como em outros tempos. Agora, a estes juntam os involuntariamente desvinculados do mundo do trabalho. (BURSZTYN, 2003, p. 42)

No Brasil, apenas muito recentemente, e, principalmente, em virtude da organização dos movimentos desta população é que um termo com menor carga de moralidade passa a ser oficialmente adotado, tomando o conceito da Política Nacional para População em Situação de Rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL. Decreto nº 7.053/2009, PARÁGRAFO ÚNICO)

A ocupação de espaços públicos para uso como moradia ou sustento é a essência do conceito, trazendo como subjacentes outras características que ordenam e situam ideológica e politicamente a concepção adotada institucionalmente. Logo no início, o conceito oficial reconhece a diversidade dessa população, que tanto chega às ruas por razões diferentes, como a ocupa de maneira variada, e, por conseguinte, requer tratamentos que contemplem estas singularidades, tanto em matéria de terminologia, quanto de relação com o Estado e a sociedade. Delfin, Almeida e Imbrizi (2007) apontam como a Política Nacional para População em Situação de Rua faz referência à heterogeneidade como característica deste conjunto populacional, numa contradição ao tratamento recebido, que é entremeado pela homogeneidade que usurpa a singularidade e a história das pessoas e que conduz a um tratamento onde essa população é evitada, humilhada e violentada.

Ainda com o escopo de analisar o conceito em questão, denota-se a fragilização ou, mais intensamente, a ruptura dos vínculos familiares, como característica intrínseca a vivência nas ruas. Escorel (1999) corrobora esta concepção, e acrescenta que a família é um elemento de fundamental importância para o provimento de apoio material e a construção de relações de solidariedade, contudo é o próprio contexto de tais relações que, em muitos casos, figura como propulsor da vida nas ruas. De modo que a família, na sua dinâmica e nas condições opressoras em que estão situadas as mulheres, principalmente as mulheres em situação de pobreza, pode figurar como o componente de tensão que conduz algumas mulheres a viver nas ruas e fazer deste espaço o seu *locus* de referência primordial, muitas delas almejando a saída para as ruas distante do seu “lar” de origem. Contudo é, em alguns casos, o desejo de estar em família, a relação com a maternidade, e mesmo algumas relações familiares anteriores que faz com que algumas mulheres não sucumbam às ruas, e sejam um suporte para que elas enfrentem o cotidiano ou que tenham a saída das ruas como perspectiva de futuro.

Outro aspecto de fundamental importância para demarcar sua concepção diz respeito a transitoriedade da situação em que tais pessoas são inseridas. Neste sentido, cabe notar que o Decreto 7053/2009 institui a Política Nacional Para População em Situação de Rua, demarcando nitidamente esse caráter de mutabilidade.

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento

analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p. 194)

O termo revela, segundo Giorgetti (2014), o caráter processual da vida nas ruas, além de permitir que sejam vislumbradas outras características dos indivíduos que estão nesta condição, e afasta a ideia de que serem identificados unicamente por esta vivência, que por si é carregada de estereótipos e preconceitos.

O conceito oficial é o que se adota neste trabalho, por reconhecer que traz marcadores importantes que incorporam diretrizes ou princípios, muito mais do que se vê representado no discurso hegemônico sobre este segmento. Mesmo que ainda careça de ser consolidado amplamente na sociedade em geral, comporta uma espécie de atividade programática de desconstrução de estigmas dirigidos às pessoas em situação de rua. Assim como a terminologia adotada para referir-se à População em Situação de Rua, reflete um posicionamento ideológico frente a uma realidade social, é importante retirar o véu de superficialidade que envolve as percepções sociais sobre essa população.

As diferentes nomenclaturas utilizadas para conceituar esse grupo de pessoas no decorrer da história, ilustram a transformação na forma de se encarar o fenômeno. Os termos utilizados há alguns anos para caracterizar esse grupo social eram bastante pejorativos: *mendigos*, *pedintes*, *vagabundos*, *viciados*, *maltrapilhos*, *carentes*, *loucos*, entre outros. Em compensação, hoje surgem novas terminologias, *povo da rua*, *população de rua* e *sofredores da rua*, que retiram do sujeito a culpa pela penúria e o elevam a condição de detentor legítimo de direitos e principal portavoza de suas necessidades e demandas. (PEREIRA, 2008, p. 70)

Neste intuito faz-se um esforço de compreender as características que lhes identifica. Dentre as quais a feição masculina da rua. Escorel (1999), refere-se ao conjunto de homens que estão sozinhos nas ruas, tratando de homens sem família, o que não exclui a possibilidade de, estando nas ruas, organizarem-se em pequenos grupos. Na pesquisa realizada em São Paulo, Rosa, Beserra e Vieira (1992) identificaram, dentre o público investigado, um total de 90% de homens. Enquanto que a pesquisa oficial mais ampla, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2009)¹¹, ratificou a predominância masculina, 82% do público pesquisado era composto de homens. Dados semelhantes se apresentaram em levantamento preliminar realizado em maio de 2017, por meio de consulta aos prontuários de atendimento no Centro Pop de Maracanau.

¹¹ Após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em razão de processo de *impeachment*, o presidente interino promoveu alterações na estrutura ministerial e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em 2016 com a publicação da Lei 13.341, passou a ser designado como Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. E através da medida Provisória nº 782 de maio de 2017 tem nova nomenclatura, com a desvinculação da pasta agrária, passando a ser denominado Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

Embora componha um público reduzido se comparado aos homens, as mulheres que vivem em situação de rua estão submetidas, em geral, às dificuldades enfrentadas pelos demais, porém ao vivenciar a rua sendo mulher, o gênero se constitui em agravante que potencializa riscos inerentes a este espaço. Esta é a percepção de grande parte das mulheres entrevistadas para este trabalho dissertativo:

A vida na rua pra mulher, é mais melhor pra homi do que pra mulher, porque pra mulher é difícil, principalmente eu que não tinha familiar, nera?! Era só, sozinha, não tinha família, não tinha ninguém, era mais ruim. Tinha muita gente que tinha os familiar, que vinha chamar, resgatar da rua, chamar pra ir pra casa, e eu, era mais triste. A minha vida era uma tristeza tão grande, hoje eu fico triste, às vezes quando num tem nada em casa eu fico triste. (JOANA, E7)

Mesmo que numa resposta mais direta algumas afirmem que a rua é um lugar difícil para homens e mulheres, elas reconhecem que o gênero é um componente de complexificação e que agrega inconvenientes para as mulheres, sobretudo para as mulheres que estão sozinhas, como no caso de Joana. A ideia de maior vulnerabilidade das mulheres que estão nas ruas sozinhas é ratificada por Rosas e Brêtas (2015), uma vez que estão mais vulneráveis às violências presentes na rua. Pinto (2015) corrobora esta ideia ao afirmar que, em sua pesquisa, as mulheres relataram o medo como sentimento presente em seu cotidiano.

Para Teresa (E5) “*A mulher é mais frágil. A mulher é mais frágil, a mulher é mais indefesa. Porque homem sabe, né? Ele sabe se defender. E a mulher não*”, sua visão reflete a ideia de que as diferenças de gênero são resultado de distinções na natureza de homens e mulheres, reproduz um discurso que tem bastante incidência na sociedade, e incorpora esta ótica em sua narrativa. É pertinente a observação de Martín-Baró (1983) sobre a imagem da mulher, o autor enfatiza como a educação é diferenciada para as mulheres e as dispõe socialmente no espaço da discriminação, de modo que a imagem da mulher segue um caráter machista que se manifesta numa relação instrumental e submissa ao homem. Diante das dificuldades que potencializam as vulnerabilidades da vida nas ruas, talvez seja possível refletir que estes elementos contribuam para que as mulheres, de uma forma geral, suportem mais os dissabores no espaço doméstico, e que isto concorra para o seu número reduzido neste universo.

O corpo masculino nas ruas é, em geral alijado do processo de produção e levado a essa vivência, principalmente pela ausência de renda para contribuir com a manutenção da família. Na Pesquisa do MDS¹² (2009), cerca de 30% da população é levada às ruas em razão

¹² Em janeiro de 2019 a Medida Provisória 870/2019 criou o Ministério da Cidadania e as ações desenvolvidas pelo MDS passaram a ser executadas através da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social vinculada ao novo ministério.

de desemprego, sendo o segundo motivo de maior incidência. Em Maracanaú, os entrevistados por Pinto (2015), enfatizam a relação entre o desemprego e a vida nas ruas, sendo este o motivo que mais conduz à esta vivência. Para as mulheres a renda também é fator preponderante para que sua trajetória culmine na rua.

Mais recentemente, tem sido possível identificar, por meio de atendimentos realizados no Centro Pop de Maracanaú, pessoas que migram de cidades do interior do estado em busca de emprego, nesta cidade que é um polo industrial do Ceará. Entretanto, não tendo acesso aos postos de trabalho passam a usar a rua para morar e tirar o sustento, enquanto almejam e aguardam uma oportunidade de trabalho remunerado.

Também no aspecto de inserção profissional, é equivocado atribuir à mendicância a manutenção do sustento da população de rua. Prates, Prates e Machado (2016) questionam a identificação do morador de rua com o mendigo, esclarecendo que há um número relevante de pessoas em situação de rua que não praticam a mendicância. O discurso geral induz a uma imagem distorcida que se construiu historicamente sobre este segmento Tereza (E5) estão ocupadas na realização de atividades que envolvem desde a realização de faxinas, o acompanhamento de pacientes hospitalizados até atividade de vigiar carros nos espaços públicos, atividades informais, que não lhes asseguram garantias trabalhistas ou previdenciárias, mas que lhes permite auferir alguma renda.

A população tem usado de estratégias diversificadas para garantia de sua sobrevivência e aquisições, fazendo deste, um espaço também de oportunidades. Uma das expectativas que contribuiriam para o processo de saída das ruas seria, de acordo com pesquisa realizada por Esmeraldo Filho (2010), a inclusão no mercado de trabalho. Descaracteriza, com isso, a imagem de uma população alijada dos processos produtivos em razão de qualificativos individuais, e reforça o desemprego estrutural basilar desse sistema. Uma das expectativas de quem está na rua é de se reinserir no mercado de trabalho como forma de adquirir os meios necessários para retomar a vida em um ambiente doméstico:

eu tenho que ir me virar em alguma coisa, eu tenho que ver alguma coisa (...). Assim, né? Como eu não consegui emprego em casa de família, assim, me virar em alguma coisa, estudar; pra, né? Pra aprender mais coisa. Fazer curso, né? De manicura. Ganha dinheiro, né? Manicura, né? Aqui tem curso ainda de manicura?
(CHIQUINHA, E3)

A esperança de Chiquinha expressa o desejo de tantas outras pessoas que frequentam o Centro Pop de Maracanaú e que almejam se inserir produtivamente, apostando que essa é a maneira de mudar a condição de vida. Silva (2009) mostra que o trabalho tem centralidade na

vida da população em situação de rua, e no seu imaginário está associado aos meios de subsistência, ao desenvolvimento, a possibilidades de consumo e até felicidade, o que confirma o seu papel na reprodução da vida material e social. Todavia, é Nepomuceno (2013) quem chama atenção para o fato de que enquanto aumentam as exigências para a qualificação profissional, a não qualificação serve como justificativa para o desemprego e para responsabilização de quem se encontra fora do mercado de trabalho.

Outra característica sócio demográfica marcante relativa à população em situação de rua diz respeito ao enquadre étnico racial, visto que enquanto na população em geral o percentual de negros (conjunto de respondentes que se identificaram como pretos e pardos) é menor que 45%, na população em situação de rua esse valor sobe ao nível de 67%. Esse percentual é igualmente verificado entre as pessoas atendidas em Maracanaú pelo Centro Pop no ano de 2018, contudo se for considerado o recorte de gênero há uma aumento considerável no percentual de negras, já que dentre as mulheres atendidas neste equipamento social o percentual de pretas e pardas é de 91,7%, de acordo com as informações consolidadas a partir dos Relatórios Mensais de Atendimentos do ano de 2018.

Se for considerado que perdura no Brasil uma desigualdade política destinada à população negra, que a coloca em uma relação de assimetria, ou uma “hierarquia irreversível” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017, p. 32), que privilegia as pessoas que carregam o fenótipo de branquitude. Nesta mesma direção, Carneiro (2011) expõe a relação que se estabelece entre a pobreza e a identidade racial, utiliza dados do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), para demonstrar a diferença entre negros e brancos, visto que de acordo com o cálculo do IDH segmentado pela raça, enquanto que um Brasil composto por brancos ocuparia o 48º lugar no *ranking* de 174 países, o Brasil negro estaria na posição 108, o que revela a disparidade de condições de vida da população negra. Desta forma encerra o racismo como experiência cotidiana, conjugar a interação desta com as demais vivências discriminatórias relativas à vida nas ruas, permite que se dimensione o quadro de opressão a que esta população está submetida, em especial o contingente de mulheres que frequentam o circuito das ruas, pois conjugam estas opressões em conjunto.

Enquanto direito e instrumento de enfrentamento de superação pessoal da situação de rua, a pesquisa nacional revelou que, ainda que se trata de um segmento com pouco acesso à educação. A grande maioria não concluiu o primeiro grau, contudo o analfabetismo não é o que marca a população. Este quadro não difere significativamente do quadro nacional. Portanto este não se configura como fator decisivo para a manutenção da situação de rua. Num estudo que considerou a temporalidade, Silva (2009) verificou que no período de dez

anos, entre 1955 e 2005, a população em situação de rua tida analfabeta não alterou em percentual, ao passo que ocorreu um aumento entre aqueles que tiveram acesso ao ensino médio, com isso certifica um aumento da população em situação de rua em camadas mais escolarizadas. Os dados fazem uma contraposição a ideia de uma população menos qualificada, como justificativa para o desemprego e a consequente ida para as ruas.

No tocante à saúde, esta condição tanto pode ser agravada pela exposição aos riscos inerentes à rua, como pode, ela mesma, ser desencadeante da ida para as ruas. É o caso, por exemplo, de Tereza, que ao descobrir que era portadora de HIV, e diante de todas as repercussões da doença, começou a sofrer ações de discriminação por parte da família com quem morava e, então, passou à condição de rua:

Eu morava com meus pais, mas só que... por destino, eu peguei o HIV, e assim a minha família me desprezou. Não aceitavam a droga, avalie eu doente dentro duma casa. Achavam que o HIV só eu ir entrar no banheiro já (...) o banheiro já tava contaminado. Se entrasse 10 vezes dentro do banheiro, 10 vezes esse banheiro era lavado. Ai isso me arrasou, me deixou mais no chão, aí foi aonde o... virei mesmo, conheci e comecei a usar o crack. Não tava mais aí pra vida, pra mim eu não sabia o que era um HIV. O HIV era uma (...) uma doença que ia me matar qualquer hora, qualquer minuto. (TEREZA, E5).

Rosário (2015) elenca adoecimentos como um dos motivadores para a saída de algumas mulheres de casa e a vida nas ruas. Poucas são as pessoas que vivendo nas ruas, demonstram o entendimento de que ações de prevenção estão no escopo dos cuidados com a saúde, e tem se configurado como predominante a relação entre cuidados em saúde e ações para a interrupção do uso abusivo de álcool e outras drogas (TÍLIO; OLIVEIRA, 2016). A falta de acesso a políticas de saúde que contemplem questões do feminino, o que incide sobre o planejamento familiar, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, e de diversas formas de cânceres, incluindo o de mama, e a proteção ginecológica de uma forma geral

Ademais, o acesso aos serviços de saúde tem se mostrado limitados para esta população, seja em unidades de atenção básica ou especializada, em espaços de atendimento emergencial e até mesmo nos serviços de atendimento móvel. Em todos estes espaços, há negativas de atendimento à população de rua, ou são feitas exigências que obstaculizam o acesso dos usuários. Tais procedimentos ressaltam uma carência das políticas públicas, enquanto um direito.

3.3. Mulher

O mundo é dirigido ao público masculino, onde as inscrições sociais são tão marcantes

que o termo homem tem o condão de significar toda a espécie humana. É neste universo onde se faz perceber que, do ponto de vista da divisão dos sexos, esta estrutura aponta para uma assimetria marcada por processos que colocam a mulher em posição de inferioridade e que torna invisível o campo feminino. Esta estrutura societária faz com que ao estarem no contexto das ruas as mulheres possam ser colocadas em situações extremamente complexas e que venham a exigir-lhes um conjunto de estratégias capazes de permitir o enfrentamento de um cotidiano severo.

São vidas singulares num universo multifacetado, que é determinado por uma série conjugada de discriminações e que se expressam no modo de viver o dia a dia severo das ruas. Exige que as determinações de gênero sejam desnaturalizadas e o papel social destinado às mulheres revisto a fim de que se reconheça como produto de construção social o processo de estigmatização e a discriminação que lhes são atribuídas.

De modo a apresentar uma posição crítica sobre a realidade destas mulheres, capaz de evidenciar a maneira como as relações calcadas no patriarcado destinam espaços inferiorizados para elas. E se além de mulher, elas apresentarem outros marcadores identitários a condição de subalternidade é contundentemente intensificada, por conjugar várias opressões.

Em princípio, é fundamental reconhecer que ao eleger a mulher como foco investigativo, priorizo um conceito de gênero, que busca desenlaçar a noção que se tem cristalizada acerca da existência de características tidas como naturalmente femininas. Este processo de naturalização do lugar da mulher em nossa sociedade apenas encobre as relações de poder que envolvem as mulheres numa condição de subalternidade frente aos homens. Esta perspectiva tem fundamento nas reflexões elaboradas por Scott (1990) que constrói seus pressupostos a partir da análise crítica das formações que se agregam historicamente em torno do termo gênero, e para quem esta é uma categoria que se faz nas relações sociais constituídas em razão de diferenças sexuais percebidas, e é, portanto, uma forma de significar correlações de poder. A autora ressalta que, o termo pressupõe a disposição de construções simbólicas, normativas, noções políticas e de identidade subjetiva, elementos que operam necessariamente em conjunto.

Além de categoria de análise, gênero é uma categoria histórica e enquanto tal é compreendida em instâncias diversas, que incluem a semiótica, que diz respeito aos símbolos culturais que estabelecem os padrões normativos para as diferenças sexuais; bem como a instância fundada na assimetria de características e potencialidades; e ainda, a gramática sexual que assenta não só as relações homem-mulher, mas toda a gama de relações sociais que

afetam os homens entre si e mulheres entre si (SAFFIOTI, 2015). Embora constitua uma série de privilégios para o mundo masculino, o patriarcado aprisiona homens e mulheres em papéis que trazem implicações não só nos comportamentos e atitudes de uns em relação aos outros, mas constitui a identidade de cada um. A respeito de sua vida antes de viver na rua, Alcione evidencia uma divisão de papéis sociais organizada em razão do gênero:

eu fui uma pessoa trabalhadeira, tive minhas coisa, tive esse home que trabalhava, não faltava nada dentro de casa, e todos via... a minha vida de dentro duma casa que nem uma mulher de verdade vivendo dentro de uma casa, assumindo, cuidando das coisa do marido, da casa, e hoje em dia eu me encontro nessa situação.
(ALCIONE, E4)

A partir desse relato fica evidenciada a demarcação de um papel de provedor reservado aos homens, que dispendo do espaço público adquire a incumbência de manter o lar, em oposição ao papel de dona de casa para a mulher, no qual a condição de mulher está atrelada ao domínio da casa e seus cuidados, a mulher, sob essa ótica é a mulher de dentro de casa, portanto a percepção de Alcione é que estando em situação de rua, ela perde esse *status* e deixa de ser uma mulher de verdade. A tradução deste conceito na vida cotidiana é, segundo Spiassi (2016), representada pelas convenções sociais que designam comportamentos específicos para homens e mulheres, e a partir dos quais são construídas as relações de masculino e feminino na sociedade. Machado e Lacerda Jr (2013) evidenciam que é na constituição dessas relações sociais que se internaliza o que é ser homem e ser mulher, e isto demarca o caráter histórico e social dos papéis previstos para cada sujeito a partir de sua identidade de gênero.

Araújo (2005) assinala o traço eminentemente social das identidades subjetivas, ressalta que estamos imersos em relações que nos definem e conduzem as ações de cada um no cotidiano dos espaços público e privado. Para a autora, as experiências masculina e feminina são tecidas sob determinados marcadores de gênero que se cruzam, de modo que não são esferas separadas. A ideia de experiências separadas acomoda a errônea percepção de que a experiência de homens e mulheres nada tem em comum. De forma que o universo feminino está enlaçado pelas tramas da masculinidade.

O entendimento do conceito de gênero, enquanto produção cultural e ordenador de relações de poder, impele à necessidade de abordar o patriarcado como um regime de dominação no qual, de acordo com Saffioti (2015), as diferenças sexuais são transformadas em diferenças políticas promotoras de liberdade ou sujeição, de maneira que a estrutura de poder deste regime se estende por toda sociedade atingindo relações civis e o próprio Estado. E, embora este regime preceda o capitalismo, adquiriu novas configurações, mas permanece

com fortes incidências nas sociedades contemporâneas. Biroli (2018) destaca, na noção de patriarcado, a estrutura de padrões que resultam em desvantagens para as mulheres, estando seu corpo, tempo e energia à disposição dos homens.

A condição feminina é apenas uma das marcas de ser de uma mulher, já que, de acordo com Butler (2003), o gênero se funda de maneira diversa a partir dos contextos históricos. Cada mulher se compõe singularmente, isto porque o gênero não é sua única expressão, a ele se associam raça, classe, etnia, sexualidade e regionalidade e outros marcadores que constituem identidades discursivamente constituídas. Desta forma, a autora apresenta uma crítica ao conceito de patriarcado universal, e considera que este sistema opera em contextos culturais concretos.

O significado prático dos vínculos sociais que se estabelecem a partir de como estes conceitos estão impregnados nas relações cotidianas se expressa na forma como os papéis destinados aos sujeitos políticos se organizam no trabalho, na família, nos espaços de decisão e em qualquer campo de atuação onde estes sujeitos se encontram. Deste ponto de vista, Biroli (2018), evidencia como as relações pautadas no gênero são produzidas a partir de dinâmicas de opressão, as quais envolvem a determinação do lugar de mulher, definindo assim, o papel das mulheres na sociedade.

A percepção da emergência de ressaltar a complexidade do cotidiano e evidenciar a pluralidade de relações que se estabelecem nas frequências do dia a dia, com destaque para as relações familiares e de trabalho, a vida nos espaços privados, as sensibilidades, sentimentos, o descanso e o lazer, as relações de gênero, de etnia e a construção das identidades são preocupações apresentadas por Pereira (2012), a autora desnuda as constantes negociações que emergem da pressão que os modelos societários operam na mediação que constrói identidades.

E no processo de divisão sexual do trabalho foi conferido à mulher o mundo habitual das rotinas familiares, muito mais destinado às funções de reprodução, que ao espaço da produção econômica, cuja vinculação aos ritos políticos está destinado aos homens (DAMATTA, 1997). Este trabalho reprodutivo esteve, segundo Ávila (2013), fora do campo de conceituação do trabalho até muito recentemente, e tem sua formação vinculada ao surgimento e ascensão do capitalismo e à sociedade salarial, que afasta a família como unidade de produção. Assim, a mulher responsável pelas atividades do campo doméstico, tem seu trabalho obscurecido posto que desvinculado da produção do capital. A história de Carmem retrata essa desvinculação do trabalho doméstico em relação à percepção de renda:

meu marido não bebe, não fuma, é do trabalho pra casa. É porque nós não damos

mais certo, ele ganha dois salário, ele trabalha no Banco do Nordeste, trabalha de vigilante, em frente ao mercado, só que não dá mais. Ele não bebe, nem fuma, é uma ótima pessoa, é mãe, pai, tudo (...)quem me conhece diz assim: "mulher, volta pra casa. Tem um marido tão bom, tua fia evangélica não tem nem um problema". Ó, lá em casa eu não faço nem feira, não sei nem quanto é uma caixa de fósforo. Tudo é minha fia com meu marido, faz as compra, minha fia cozinha, o que eu faço lá em casa é só lavar a roupa dela e passar o pano na casa.

Bebi aquele dia que eu cheguei porque eu fui ver ela e ele não deixou, de manhã cedo. Eu tinha passado 25 dia, aí ela tava chorando ai ele sabia que eu entrava porque ela tava chorando, me agarrando, e ele me empurrando pra mim sair de dentro de casa, ai ela começou a chorar e ele deixou eu entrar. Ai ele: "arranja um canto pra você, que ela passa a semana com você", mas ele não quer que eu saia com ela assim, sabe. E tem razão, né? Mulher, em casa de homem, né? Ai eu vou morar no presídio de graça, porque mexer com a minha fia, eu faço mesmo, não vou mentir. (CARMEM, E2)

Seu marido é trabalhador assalariado e, como tal, o detentor dos rendimentos, Carmem responsabilizava-se pelos cuidados com a casa e criação dos filhos, com os conflitos que resultaram na ida para a rua ela ficou sem acesso a tais rendimentos, mesmo após anos de convivência, demonstrando assim que a ideia de uma renda familiar é fictícia, pois trata-se da renda de cada indivíduo que compõe a família, e sob esse aspecto, impõe à mulher a condição de inferioridade e, muitas vezes, dependência frente a esse provedor. Porém a relação de trabalho assalariado não se sustentaria sem esta produção cotidiana do trabalho doméstico. É nesta divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo que está assentada uma diferença sexual que conduz a mulher à condição de subalternidade e inferioridade social.

Vale salientar que no espaço das ruas essa condição afeta de maneira aguda as mulheres. Pois na imagem atribuída ao feminino lhe compete o espaço privado.

Essas indicações se tornam visíveis, cotidianamente, na divisão sexual e social do trabalho destinado a homens e mulheres, na distribuição de atividades destinadas a cada um dos dois sexos, nas hierarquias intrafamiliares, na estrutura do espaço que opõe o público (masculino) ao privado (feminino), enfim, na restrição da liberdade feminina e em todo um sistema de preconceitos ou representações que põe em evidência a primazia do homem em detrimento da condição da mulher. (OSTERNE, 2006, p. 166)

Todavia gênero tomado tanto como categoria de análise, histórica ou empírica, não tem o condão de universalizar as pessoas, não há, pois, um homem universal ou uma mulher universal. Isto faz com que seja necessário a apropriação de marcadores identitários que se justapõe à reprodução das hierarquias de gênero. Crenshaw (2004) se refere a discriminações sobrepostas para mostrar como a discriminação racial e de gênero operam limitando as chances de mulheres negras. A autora relaciona estas discriminações sobrepostas ao conceito de subordinação estrutural, que se materializa na convergência entre gênero, classe social, globalização e raça, e atribui a esses cruzamentos de discriminações, ou seja, diferentes

estruturas de poder que interagem na vida das minorias, o termo interseccionalidade, que é intrínseco a toda relação de dominação. Deste modo considera que existem problemas enfrentados pelo conjunto das mulheres, mas que é importante considerar as especificidades para que não se consolide um processo de subinclusão.

O estudo de gênero adquire nova expressão alicerçado no conceito de interseccionalidade. Akotirene (2018), ressaltando as origens do termo junto ao feminismo negro, explica que este conceito é uma sensibilidade analítica que produz instrumentos teórico metodológicos capazes de recair sobre as estruturas do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e ao cunhar essa expressão explicita opressões que estão vinculadas à noção de gênero. Biroli e Miguel (2015) utilizam o termo entrelaçamento complexo para designar que uma visão interseccional supera qualquer sobreposição de padrões de dominação. Esse entrelaçamento complexo posiciona os diferentes grupos de pessoas na sociedade e faz com que suas alternativas e obstáculos sejam singulares em relação às experiências que vivenciam, embora priorizem como parâmetro analítico a confluência dos eixos gênero, classe e raça para a compreensão das desigualdades nas sociedades contemporâneas.

Bilge (2009) acentua como características do termo o espectro transdisciplinar, assim como o objetivo de capturar a complexidade das identidades e as desigualdades sociais. Refuta qualquer hierarquização entre os marcadores identitários, indicando que a interseccionalidade transpõe a multiplicidade de sistemas opressivos, já que a produção e reprodução das desigualdades sociais ocorre de forma integrada. Sobre a perspectiva ora demonstrada, Hirata (2014) refere-se à intersecção de geometria variável, pois não privilegia nenhum dos marcadores identitários, podendo incluir relações sociais diversas, que se situam além do tripé gênero, raça e classe social e assevera que a interseccionalidade é uma maneira de enfrentar opressões múltiplas e imbricadas, por conseguinte é também um instrumento político.

Dessa maneira, é preciso frisar que ao mesmo tempo em que a noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e pôr em relevo as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades. (HENNING, 2015, p. 118)

Mayorga (2014) aponta para uma maneira de compreender as opressões de forma articulada e considerando a complexidade da atualidade, para com isso produzir enfrentamentos que não sejam fragmentados. Propõe que sejam consideradas as origens das

categorias que serão interseccionadas de forma a perceber como foram sendo transformadas em categorias políticas, já que cada uma delas é um sistema de poder distinto e tem formas diferentes de operar nas relações sociais. Com isso indica que o trabalho de intervenção social, que considere desigualdades sociais e opressões, deve evidenciar esses modelos de opressão atentando para os efeitos que os sistemas sociais produzem, e reconhecer o lugar de fala dos sujeitos envolvidos.

Diante de tais reflexões é possível questionar o lugar da mulher que usa as ruas como espaço de moradia. Já que seu percurso desconstrói o modelo de feminino que predomina em nossa sociedade. Pois que tal modelo se fundamenta na perspectiva de marcadores identitários que não correspondem aos dessas mulheres. A ideia da mulher dedicada ao lar e que conta com um provedor para a manutenção econômica é predominantemente o modelo da mulher de classe média, branca, urbana, heterossexual. Estar na rua, por si só, quebra o paradigma do espaço privado como o lugar privilegiado da mulher, além disso a vida na rua é marcada pela vivência da pobreza. Então o estudo de seus modos de vida deve pretender interseccionar as categorias gênero, rua e pobreza.

Assim a mulher que se encontra no cruzamento de marcadores como ser mulher, pobre e viver na rua encontra-se no lugar do silenciamento e da invisibilidade. Empreender uma atividade de pesquisa que identifique seus modos de vida é uma maneira de construir possibilidades de mitigar esse processo de invisibilidades e reconhecer os processos sócio históricos que compõe suas trajetórias.

3.4. O cotidiano das mulheres no contexto das ruas

Nas ruas as mulheres ocupam o lugar do estranhamento, são mal vistas, pois este não é o seu espaço de relações, lugar de mulher é em casa. Atravessar essa fronteira põe em questão preceitos que a sociedade patrimonialista construiu e que sustentam relações de poder organizativas de um modelo de sociedade. A trajetória de mulheres que tem nas ruas seu espaço de moradia ou sobrevivência, nem sempre é uma escolha consciente de resistência, muito embora identifique um conjunto de relações contraditórias no qual as imposições sociais destinadas às mulheres são confrontadas e ao mesmo tempo acolhidas. Tiene (2004) organiza seu trabalho compreendendo rupturas que as mulheres enfrentam ao estar nas ruas, destacando a resistência que é construída na precarização da ausência de privacidade que o mundo da rua significa.

As mulheres constituem grupo de menor incidência nas ruas, se comparadas aos homens que habitam espaços públicos, de acordo com pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2009), o contingente de mulheres que usam as ruas como espaço de moradia é de 18%, com indícios de crescimento. Em levantamento prévio feito a partir de prontuários das pessoas em acompanhamento no Centro Pop de Maracanau realizado em maio de 2017, foram identificados 245 usuários, dos quais 43 são mulheres, traduzindo uma relação numérica entre homens e mulheres que espelha a pesquisa nacional, sendo 82% do público atendido de homens, e 18% composto por mulheres.

Ainda que autores como Da Silva (2012) sugiram que as mulheres tenham um maior suporte e ajuda familiar anterior ao rompimento que as leva a ir para as ruas, enquanto que os homens passam por situações de menor tolerância em relação às responsabilidades familiares, o que designou como sendo resultado do fardo proveniente de uma ética do provedor, os motivos para mulheres estarem nas ruas estão vinculados a situação direta de pobreza se apresentam de forma expressiva e são configurados por situações que envolvem ausência de moradia, de renda e desemprego. Varanda e Adorno (2004) indicam que as mulheres que não contribuem financeiramente com a manutenção das famílias podem ser submetidas a processo de rejeição, o que contribuiria com o percurso que resulta em situação de rua. Na história de Beth, que vive com a filha adolescente, a ausência de renda culminou com uma situação de despejo da casa em que vivia e as colocou em situação de rua *“porque meu bolsa família cancelou. E o pai dela também tava desempregado, não tava dando a pensão (...)”* (BETH, E1). De modo similar, a ruptura com o mercado de trabalho foi responsável pelo percurso de Elza até as ruas:

eu sou doente das duas mão, inválida das duas mão. Mas eu não era assim não, eu ganha... eu era a muié que ganhava mais dinheiro na vida era eu. Eu fazia.. eu era manicure mas eu não pude mais, quebrei minhas duas mão, fiquei sem força, não tenho força nem pra andar em ônibus. Aí fui pro mei da rua (...) (ELZA, E6)

No que concerne ao processo de saída para as ruas, foi possível identificar como motivos mais significativos para a situação de rua aqueles que envolvem conflitos familiares, dentre os quais encontram-se situações de violência doméstica, conflito conjugal e separação, além do conflito com pais e irmãos. Spiassi (2016) revela que a despeito de fatores como raça, idade e escolaridade, todas as mulheres que participaram de sua pesquisa relataram acontecimentos de violência ocorridas antes ou depois da situação de rua. Casa e rua formam um binômio complementar, onde impera o ideal da casa como *locus* de proteção e a rua como lugar do desconhecido e de ameaças, todavia para algumas mulheres é exatamente a fragilidade da casa como lugar seguro que as conduz a vida nas ruas. Neste sentido, é

significativa a experiência relatada por Elza:

eu já convivi com três homens, os três homi quase me mata. Um quase me mata de peia, quase me mata que eu tenho até os papel da delegacia, quais me mata de peia, fiquei com a cara quebrada, o uto quebrou minha mão, todo homi que eu arrumo quer judiar comigo, não sei porque (ELZA, E6)

Os relacionamentos conjugais anteriores vividos por Elza foram permeados pela violência, ou como ela menciona, todos queriam judiar dela, muitas vezes culminando com a necessidade de intervenção policial. Da mesma forma, Chiquinha (E3) relata ter apanhado muito de seu ex -marido: “Assim, eu acho que eu tenho problema, né? Porque eu apanhei, eu sofri muito com o pai dos meus filho, né? Eu passei por muitas coisas, né?” A violência que marcou o casamento e antecedeu a vida nas ruas deixou marcas, que Chiquinha identifica como sendo causa de alguns problemas vivenciados por ela. Tiene (2004) mostra como as relações familiares e domésticas podem internalizar violência, perversão e crueldade com relatos de agressões que se iniciam na infância e perduram pela vida adulta, além dos episódios de violências conjugais. Rosa e Brêtas (2015) argumentam que a violência pode promover a deteriorização das relações sociais e com isso impulsionar a ida de mulheres para as ruas, e sem simplificar este fenômeno indicam a importância de entender como a sujeição prolongada a uma situação de violência conjugal levar a dificuldades de enfrentar e reverter essa situação. A pesquisa realizada na cidade de São Paulo por Rosa e Brêtas (2015) apresentou dados similares ao indicar as violências sofridas no contexto doméstico e familiar, a renda insuficiente para garantir o próprio sustento e dos filhos, relacionados à situação de rua.

Não é raro escutar das mulheres que frequentam o Centro Pop que a trajetória para as ruas foi permeada de diversas tentativas de manter um lugar para família, mas que culminaram com a impossibilidade de preservar o sustento das necessidades mais básicas, ficando a moradia em segundo plano. Esta realidade não se afasta do contingente de mulheres que são chefes de família e que ocupam primordialmente o lugar de provedoras, sejam elas, mães, filhas, ou avós assumem o papel de sustento e proteção. Taiar (2017), revela que 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, e, ainda que elas estejam em menor número nas ruas, é comum que sejam responsáveis por seus filhos. As famílias chefiadas por mulheres enfrentam condições precárias que sofrem o impacto das discriminações de gênero presentes em nossa sociedade, mas esse quadro se aprofunda para as mulheres pobres, com um mercado de trabalho desigual, atrelado à necessidade de conciliar os diversos papéis sociais femininos faz com que a realidade das famílias chefiadas por mulheres pobres imponham restrições ao desenvolvimento, à mobilidade social e à felicidade dessas mulheres (PACHECO, 2005).

A Mulher é mais pobre que o homem e, dentre elas, a mulher negra é ainda mais excluída do que a mulher branca. O desafio é entender que na diferença entre o corpo feminino e o masculino, o corpo da mulher é mais submetido à exclusão (TIENE, 2004, p. 63)

Verifica-se assim, que o processo de ida para as ruas está posicionado no cruzamento de vivências de pobreza e uma gama de violências de gênero, consideradas a partir de Saffioti (2015) como sendo uma ruptura da integridade e pode se manifestar de variadas formas como física, psíquica, sexual ou moral. Em sua maioria derivam do sistema de relações sociais que delega ao homem o poder sobre a mulher e a família, de modo que seu enfrentamento as posiciona no lugar de desviante e pode culminar com o processo de vida nas ruas.

A rua conta com a sociabilidade formada por grupos que acolhem aqueles ou aquelas que passam a viver em seus territórios. Silva (2012) ressalta que este é um processo gradual e que nestes grupos são formadas alianças de solidariedade e camaradagem capazes de potencializar os recursos para resistir à dura realidade cotidiana. É comum que sejam os usuários mais antigos a trazer as pessoas que iniciam incursões em seus espaços de convivência para o acesso às políticas públicas, de forma a apresentar os meios de sobrevivência que a rua oferece.

quem me trouxe foi uma amiga minha pra cá, eu nunca mais vi ela (...) Hoje eu trouxe um casal pra cá (...) É assim que a gente deve fazer. Uns ajudar os outros. Assim também uma pessoa eu falei me trouxe, aí então essa palavra eu trouxe pra outras pessoas, tá entendendo?! Eles me agradeceu, até me abraçou. Muito obrigado por você ter me ajudado. Eu nunca ia saber na minha vida, tu tá entendendo?! (ELZA, E6)

Ao orientar um casal sobre a existência do Centro Pop em Maracanaú, Elza não apenas os apresenta uma rede de assistência, mas mostra a preocupação e o cuidado com quem passa a conviver com o universo das ruas, o acolhimento no momento de maior desproteção e revela que, mesmo diante de um cotidiano tão adverso as relações entre as pessoas em situação de rua pode ser permeada pela solidariedade. Esmeraldo Filho (2010) corrobora essa percepção ao afirmar que há entre quem vive nas ruas uma rede de solidariedade. Proposição semelhante é feita por Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) que avistam na rua a possibilidade de construção do exercício de companheirismo que envolve afeto e solidariedade. Silva (2012) acrescenta que as relações de solidariedade, ao se formar no tecido social das ruas, também passam pela percepção que as pessoas que vivem ali tem de si e dos outros como iguais ou desiguais.

Todavia as experiências da vida doméstica se reproduzem quando as mulheres passam a viver nas ruas, de modo que as expressões da divisão sexual do trabalho podem ser verificadas nas relações das mulheres nestes grupos, e mesmo que estejam envolvidas nas

atividades de geração de renda, cabe às mulheres às atividades do âmbito mais doméstico ou de cuidado, como a responsabilidade pelo alimento, a roupa e demais atividades de limpeza, bem como a busca por garantir os cuidados de saúde, para Rosário (2015), estas práticas evidenciam um modelo de submissão que é transposto da casa para as ruas. O que é possível verificar por meio da rotina aqui descrita: “*Ai meio dia nós merenda e vem pra lagoa, aí os home vão manguear¹³ pra mim e aquela morena cozinhar*” (CARMEM, E2).

A distribuição de tarefas na rua segue o modelo onde o trabalho doméstico é executado por mulheres, como no caso de Carmem, e aos homens cumpre a obrigação de trazer o alimento. Este modelo de relação é confirmado por Pinto (2015), que afirma que nas ruas as mulheres, além de assumirem as tarefas domésticas, são responsáveis pelo cuidado com aqueles que adoecem. Costa (2013), analisando pesquisa sobre as desigualdades de gênero, verifica que a despeito do aumento da escolarização e da inserção da mulher no mercado de trabalho, os afazeres domésticos e as atividades de cuidado com os demais membros da família, como crianças e idosos, permanece como responsabilidade eminentemente femininas. Esta percepção é ratificada por Biroli (2018), que evidencia a predominância da responsabilização das mulheres pelo atendimento das necessidades cotidianas da família, de modo que a divisão sexual do trabalho é estruturante, isto é, não é apenas uma escolha de homens e mulheres, mas organiza uma estrutura desigual de responsabilidades que subordina a mulher, e as coloca no lugar de afastamento e desvalorização na esfera pública.

Em pesquisa realizada em Porto Alegre, Rosário (2015) destaca que a mulher que vive nas ruas é subjugada pela coletividade e indica que estão sujeitas a um duplo processo de exclusão. Esta afirmativa conduz a compreensão da invisibilidade em que se encontram, estando à margem, inclusive de políticas públicas capazes de identificar e atender suas necessidades específicas. As mulheres que entrevistei nesta pesquisa repetidamente referiram-se aos cuidados com higiene como sendo uma dificuldade que atinge sobremaneira as mulheres que estão nas ruas, e apontam algumas necessidades que são mais intensificadas para as mulheres, entre elas uso de banheiro para suas necessidades e para o banho, e que tomam maiores proporções no período menstrual: “*mulher tem aquela situação. Mulher tem necessidade, mulher precisa tomar um banho, precisa se limpar, homem já é diferente. Mulher tem que... tem uns momentos que tá menstruada, né?*” (BETH, E1). Esta preocupação é compartilhada com Joana, que ao tratar de seu cotidiano afirma:

¹³ Manguear é o termo que a população em situação de rua emprega para se referir às práticas cotidianas que são utilizadas no intuito de angariar dinheiro, alimentação ou outros bens que possam suprir suas necessidades, e fazem uso do relato de histórias reais ou fictícias para sensibilizar as pessoas e obter êxito.

Sem escovar o s dentes, quando tava menstruada é sangue por todo canto, num tinha um absorvente, num tinha nada, era (...) Meus Deus do Céu! Num sei não, num tinha um pente, até piolho, hoje em dia quem vê piolho em mim? Que num tem, na rua era cheia de piolho, cheia de coceira, era (...). nãñ (JOANA, E7).

A preocupação de Beth e Joana desvela a aridez das ruas para as mulheres. Ao tempo que elas se percebem como tendo mais necessidades que os homens, há restrição de espaços onde possam dispor de meios para suprir tais necessidades. É o que verificamos a partir de Elza:

Não... pra tomar banho, pra tomar banho, pra né... pra tomar banho, pra escovar o dente, essas coisa, né?! Outas coisa, né?! Porque ninguém dá não, pra ir pra banheiro não! Ninguém dá não. A não ser que vá pro Hospital, né?! No Hospital, ou assim um canto, porque no caso em casa ou em restaurante ninguém dá não. (ELZA, E6)

A rua, constituída como um ambiente transitório, parece prescindir de estruturas que possam dar conta dessas necessidades que parecem pertencer ao espaço privado, ou da economia privada, já que como mencionou Elza, é possível aos frequentadores de restaurantes fazerem uso do banheiro. Segundo Da Matta (1997), o espaço é concebido como aquele que é demarcado quando alguém estabelece fronteiras e separa um pedaço de chão do outro. Tiene (2004) adverte que na rua o espaço é sempre coletivo, não havendo ambiente para o que é do campo privado. Num ponto de vista que observa o cotidiano dos corpos que vivem nas ruas é significativo perceber o valor que a manutenção da higiene pode trazer:

Para o indivíduo que possui casa nos modelos estabelecidos, um banheiro e um banho fazem parte de sua realidade diária e é muito natural o ato de banhar-se todos os dias na privacidade do seu lar, entretanto, para a população de rua um banho representa muito mais que higienizar-se, representa resgate da dignidade perdida, é o sentimento de “pertencimento” à sociedade, já que seus corpos são o que de fato possuem e estão sempre sujos, grossos do sol, em desalinho. Desta forma, tomar banho representa, momentaneamente, livrar-se do estigma de morador de rua e fazer parte da cidade. (LIMA, 2008, p. 42)

Além de refletir o embate que é viver num mundo eminentemente masculino, no qual as situações de violência se apresentam com muito mais ímpeto que em outros espaços. A vulnerabilidade das mulheres às situações de violência e ameaça, quando nas ruas é destacada por Bortoli (2017), que sustenta que para a mulher é mais difícil se ela estiver sozinha, referindo-se com isso a necessidade de estar acompanhada de um homem para garantir proteção. O contato com mulheres em situação de rua, através do trabalho no Centro Pop de Maracanaú, que em seus relatos corroboram este panorama. Uma delas, referindo-se ao desejo de ter uma moradia, comentou durante uma atividade coletiva que havia conhecido um homem que lhe propusera viverem juntos. Ela ressaltou que não era este o seu desejo, mas que vivia sozinha na rua e temia por sua segurança. A realidade apresentada por Varanda e

Adorno (2004) não se refere necessariamente à busca por um companheiro, os autores afirmam que algumas mulheres que vivem nas ruas permutam sexo por proteção. Paz (2016) assinala que as mulheres, nas ruas, estão mais susceptíveis à violência e destaca que não é comum que elas estejam sozinhas ou sem companheiros. Entretanto não é raro, que tendo companheiros, estas mulheres sofram violências perpetradas por eles. As situações de violência ocorrida nas ruas, ou a sua ameaça, são fonte de sofrimento psíquico para essas mulheres (ROSA; BRÊTAS, 2015).

A violência sexual é, também, uma sombra que acompanha as mulheres que vivem nas ruas. A tese de Spiassi (2016) dispõe de informações de algumas mulheres que sofreram estupro no espaço das ruas, algumas vezes em razão de estarem sozinhas. Porém refere que quando elas usam a prostituição para garantir a manutenção, estão mais expostas a essa modalidade de violência. Tal noção pode ser confirmada por Silva (2014), que apresenta na realidade de prostitutas pobres a vulnerabilidade a diversos tipos de violências, entre elas a violência e abuso sexual, que se agrava em função da naturalização e da permissividade social à prática de violência dirigida às prostitutas.

Eu já fui violentada na rua por três filhos de papaizinho. Pra mim eu achava, assim, teve um tempo que eu achei que nem Deus olhava pra mim nem a justiça. Porque como são rico, não ia dar em nada, porque com a noiera, da rua, minha palavra não valia nada (...) Quando eu fui violentada, eu (...) os rapazes que me violentou, eu pastorava o carro da mãe deles, quando ela ia pro Extra. E fi de advogado, o outro era de juiz, e assim eu só não morri pela graça de Deus, né? Porque teve um lá que ia jogar gasolina em mim e tocar fogo no lixo, que era isso que eles me chamavam. De lixo. (TEREZA, E5)

O horror vivido por Tereza causa marcas físicas e simbólicas que orientam o cotidiano das mulheres que como ela estão nas ruas, muitas vezes tendo que se vincular a um parceiro para que não sejam importunadas. Pinto (2015) identificou relatos de duas mulheres que estando no contexto das ruas em Maracanaú, foram alvo de violência sexual. Num único final de semana, entre os dias 16 e 17 de março de 2019, em Fortaleza, foram noticiadas duas tentativas de estupro a mulheres em situação de rua, tornando nítido o grau de exposição e desproteção a que estão submetidas.

O universo das ruas captura esta mulher, que irá se deparar com um contexto hostil de disputas de poder e no qual ela adentra tendo como bagagem a marca do estereótipo da fragilidade física, psíquica e emocional. Prates, Prates e Machado (2011), ao citar estudo realizado em Porto Alegre, destacam a fragilidade feminina no tocante à saúde mental, assim como uma postura de desvalorização em virtude da condição de gênero, expressas por meio de uma atitude de subalternidade frente aos parceiros.

A ideia de maior vulnerabilidade em relação à saúde mental em razão de

desigualdades de gênero é confirmada por Santana e Rosa (2016), que ao afirmar que o aparecimento e o agravamento de transtornos mentais pode ser consequência das condições de vida nas ruas, ainda mostram que os homens apresentam maiores dificuldades relativas aos consumos abusivo de álcool e outras drogas, enquanto que as mulheres apresentam maior incidência de transtornos mentais graves, eles revelam ainda a relação dialética entre violência, transtornos mentais e rua, ao ponderar que as situações de violência podem conduzir ao processo de ida para as ruas e, como já foi mencionado, ao surgimento ou à exacerbação dos transtornos mentais, ao mesmo tempo em que ser portadora de transtorno mental indica maior exposição e vulnerabilidade a situações de violência. Ocorre que é provável que estas mulheres na condição de portadoras de transtornos mentais graves não acessem os serviços públicos, de um modo geral, visto que mesmo que sejam personagens comuns na paisagem das grandes cidades, sejam raras sua identificação pelos serviços especializados para população em situação de rua. Dentre portadores destes transtornos, a responsabilidade sobre o acesso e adesão aos tratamentos de saúde mental fica, quase sempre, a cargo de familiares, deste modo, é possível inferir que estando nas ruas a ausência de alguém que se responsabilize pela condução aos serviços deixa essas mulheres a margem das políticas públicas. Isto revela uma necessidade específica que precisa ser apropriada por tais serviços. Em Spiassi (2015), a queixa de algumas mulheres pesquisadas diz respeito ao direcionamento dos serviços para o universo masculino, tendo que mencionasse a necessidade de serviço específicos para mulheres.

Ainda no campo da saúde mental, o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas é comum, podendo ou não preceder a situação de rua. É mencionado como uma forma de suportar a aridez do cotidiano, uma válvula de escape ao endurecimento das lutas pela sobrevivência e manutenção da integridade física. Para uma das entrevistadas de Bortoli (2017) sem uma bebida não se pode dormir. Esta é igualmente uma fala recorrente para algumas das entrevistadas, como Alcione para quem o uso de álcool e outras drogas é o único meio de suportar a vida nas ruas.

A gente pra tá na rua tem que tá ou drogado ou bêbo, pra poder aguentar, enfrentar a rua, porque a situação de rua é difícil. É uns matando os outro, é dando paulada, é dando pedrada, quando pega a pessoa dormindo (...) é feio. Onte chegou um lá perto da gente todo esfaqueado, porque ganhou cem reais e não deu pedra pro rapaz, ele chegou lá e meteu a faca nele. Chegou todo esfaqueado, e o irmão dele chegou (...) ao invés de ter levado ele pra casa, ou, pro hospital, levou ele foi pra casa. O pobi véi todo esfaqueado só tem uma perna, e anda com duas muleta, isso é fei. Eu num consigo dormir na rua. Eu não consigo me alimentar direito.
(ALCIONE, E4)

A rua, com um território que cercado de perigos e no qual a vida é completamente

exposta não permite trégua, e requer que quem vive nela esteja sempre em estado de alerta, e como Alcione relata, a droga, lícita ou ilícita é a alternativa para driblar o sono, a fome e o medo. A ideia de que a droga é mais que um motivador que impulsiona a ida para as ruas, é trabalhada por Campos (2016), que no contato com as pessoas em situação de rua passou a perceber que as drogas tinham o efeito de permitir a manutenção da vida na rua, por atenuar as condições hostis que marcam esse *locus*. Esta noção é compartilhada por Esmeraldo Filho (2010) que argumenta que para a população em situação de rua o uso de droga se apresenta tanto como um problema com sérios reflexos na condição de saúde, como uma solução para que se consiga realizar atividades próprias do cotidiano nas ruas, como por exemplo ter que fazer caminhadas de longos percursos. Joana narra como o uso dessas substâncias orienta o seu cotidiano:

Ninguém nem dormia de noite, passava a noite usando droga, passava a noite acordada. Quando terminava aquela substância, que passava aquela coisa, de novo. Ninguém sabia qual era o dia, qual era a noite. Era muito ruim, era muito difícil, eu num sei nem como (...)

Quem é usuário de droga não é porque quer, é uma doença terrível! Uma doença como se fosse uma fome, uma vontade de comer uma coisa, como se você tivesse assim, “ô mulher, eu vi aquela fruta, achei tão bonita, vamos comprar pra comer, uma vontade de comer, desejando comer”. É pior do que isso, porque a droga você não consegue se controlar, é uma doença ruim. Ela pede no cérebro, ela pede no intestino. A pedra, ela acorda você pra usar. Ela dá dor de barriga, ela dar dor de cabeça, a barriga fica tipo como se fosse fome, mas num é. Então ela é difícil de alguém deixar ela, é muito difícil. Ela é uma droga infernal! “Não, num deixa porque num quer, é falta de vontade, é bater o pé no chão”. Só bater o pé no chão num resolve nada, tem que ter muita força, muito apoio e confiar em Deus, principalmente, que senão deixa não, isso é conversa! (JOANA, E7)

O envolvimento com o consumo, sobretudo abusivo, de álcool e outras drogas aponta para o convívio com diversas perdas, Prates, Prates e Machado (2011), relacionam a família, o emprego e a auto estima como exemplos de privações e carências decorrentes desse consumo. Pinto (2015) alerta para o perigo de identificar o uso abusivo de drogas como o principal condicionante para a situação de rua e o apresenta como uma das expressões da questão social, e o aborda como um fenômeno multidimensional e multicausal presente no conjunto da sociedade.

Na rua o corpo adquire uma significação mais intensa, os estudos de Rodrigues (2005) incidem sobre a corporalidade das pessoas em situação de rua, e apresenta como a sociabilidade das ruas é capaz de construir a imagem corpórea de seus moradores. A partir de marcadores de gênero, verifica-se a expectativa social sobre o cuidado da mulher com o próprio corpo e com a aparência, expectativas transpostas também para o contexto das ruas e incorporadas por suas moradoras. O fato de viverem nas ruas não lhes furta a vaidade e o

cuidado pessoal, na maioria das vezes. O cuidado com a higiene, a tinta nos cabelos e o esmalte nas unhas, a maquiagem e a atenção às vestimentas são comuns no universo feminino que circula nas ruas, mas esta não parece ser uma questão identificada como demanda pelas políticas públicas ou entidades assistenciais.

A aparência bem cuidada lhes permite ampliar o trânsito em espaços sociais limitados para quem carrega o estigma de viver na rua. Duas situações podem ser exemplificativas dessa afirmação: numa das vezes em que frequentava o shopping da cidade de Maracanãú encontrei uma mulher que costuma frequentar o Centro Pop, que estava esmolando, e disse que estava lá escondida, pois se os seguranças a notassem lhe tirariam de lá. Outra vez, no mesmo shopping encontrei outra frequentadora que havia estado no Centro Pop, onde teve acesso aos cuidados de higiene, e ao me ver chegou perto e disse que naquele local ninguém sabia da sua condição de viver na rua.

A vida afetiva das mulheres que vivem na rua é permeada pela necessidade de proteção, contudo este não é o único fator que norteia suas relações amorosas. Algumas dessas mulheres chegam à rua com seus companheiros e com eles permanecem, reproduzindo a relação que já mantinham quando residiam numa casa. Outras constroem relações que esperam ser duradouras e mencionam o desejo de saída das ruas na companhia do parceiro. Tereza conheceu o parceiro quando esteve numa comunidade terapêutica, essa relação tem organizado seus sonhos e projetos de vida em torno da saída das ruas e constituição de um espaço para ambos.

á eu arranjei esse meu marido agora, nós passamo um tempo na rua. Áí depois a doutora Fernanda começou a cuidar da gente, orientar. Hoje em dia a gente tamo na... numa casa de recuperação. Graças a Deus já vai fazer um ano limpo, a gente não usa droga, não usa álcool. Tamo pretendendo entrar na (...) né? Esse negócio da casa minha vida. E assim a gente vai levando. (Tereza, E5)

Assim como Tiene (2004), alguns autores afirmam que estando nas ruas as mulheres tem nos parceiros uma forma de proteção, e, embora não negue capacidade protetiva de uma companhia, Sipiassi (2016) salienta a construção de relações fundadas no afeto. O que demonstra que mesmo diante de um cenário árido onde permeiam violências, as mulheres privilegiam relações de afetividade.

3.5 A violência no cotidiano das mulheres em situação de rua

A rua não se apresenta como uma escolha fácil ou um espaço almejado pelas

mulheres, todavia é um cenário de contradições que ao tempo em que acolhe se faz hostil, traduz a possibilidade de uma alternativa para quando o lar não se mostra como uma opção viável. É o cenário que acolhe as dores de mulheres que passam a conviver com a rua como forma de se abster dos conflitos que não podem mais habitar a casa, esse lugar que carrega o imaginário da proteção, mas que pode vir a ser o palco das mais variadas formas de violências.

Não é raro que as mulheres que estão na rua relatem histórias com episódios de violências ocorridas desde a infância até a idade adulta. Nestas histórias, as agressões podem ocorrer no contexto familiar, com situações de violências doméstica presenciadas por essas mulheres quando crianças, ou mesmo serem elas o alvo da cólera de um pai, irmão ou companheiro. Nos estudos realizados por Rosa e Brêtas (2015), a violência foi responsável por motivar ruptura de relações sociais e favorecer o processo de ida para as ruas, visto que para algumas delas a única forma de manter-se distante das violências sofridas no universo doméstico foi encontrada no ambiente das ruas. O histórico de violências intrafamiliares permeia a de parte das mulheres que estão nas ruas. Para Chiquinha, após o fim do relacionamento com o marido, que também conviveu com episódios de violência física, as desavenças com os irmãos levaram-na a viver nas ruas de Maracanaú.

foi por causa da minha irmã, que eu me chateei muito com ela, ela fala muita besteira comigo, né? Ai eu (...) ai eu falei com meu irmão, já tinha falado antes com ele, né? Conversado com ele. Ai, só que ele conversou com ela e ela continuou fazendo que (...) coisas pra me chatear, ai eu peguei e aí pronto. Aí eu saí de casa. Eu saí, né? Ai a minha outra irmã ficava ligando pra mim, né? Pra saber aonde eu tava, né? Mas sempre... eu revidava... revi... eu não atendia ela, né? A ligação dela, por que? Porque eu sabia que quando eu, se eu voltasse daquela, naquela hora, ia ser a mesma coisa, ou então ia ser pior ainda, né? Ai pronto, ai, voltei lá pra casa da minha colega. Eu tô morando com a minha colega hoje, né? Tô morando com uma colega minha (...). Eu moro com uma colega minha, e ela diz que (...) ela disse que eu não voltasse mais pra casa da minha irmã. Ela disse que eu não voltasse, porque se eu voltasse, né? Ela era capaz de tirar tudo meu, ela tirou um bucado de coisa minha, e eu, e eu falei pro Gilso, e o Gilso, né? Deixou pra lá, né? Fez de conta que não me ouviu, né? Ficou muito a favor dela. Aí nessa (...) nesses motivo que eu não quero mais voltar, né? Pra lá, né? (...) Porque eu apanhei, eu sofri muito com o pai dos meus filho, né?(CHIQUINHA, E3)

No caso de Chiquinha, a convivência com a violência conjugal provocou a primeira ruptura, a do casamento, já na residência da família os conflitos familiares e a violência moral praticada pela irmã foram o ponto nodal que a impeliu para as ruas. Caravaca-Moreira e Padilha (2015) atentam para a função da família como agente de socialização e produção de cuidado, e a ocorrência de uma situação de violência familiar demonstra uma ruptura no cumprimento dessas funções, ressalta que por muito tempo as práticas de violência intrafamiliar permaneceram encobertas pelo silêncio tendo sido até legitimadas socialmente,

porém há sérias repercussões para aquela que é alvo dos atos de violência, especificamente no aspecto de fragilização das estruturas emocionais. Na visão de Campos (2016), o discurso predominante socialmente objetifica e possibilita a violência contra mulheres.

No contexto de evidente afirmação do modelo patriarcal, é comum que as relações produtoras de violências em razão da condição de gênero sejam também transportadas para o cenário das ruas. Em sua pesquisa, Paz (2016) identificou a ocorrência de violência doméstica vivenciada no contexto da rua, o companheiro da única mulher entrevistada por ele a agrediu fisicamente, a situação era de conhecimento dos demais e causava, entre outros sentimentos a vergonha pela situação vivida. Da mesma forma, Bortoli (2017) encontrou situações de violências domésticas vividas no espaço da rua. Igualmente, Spiassi (2015) cruzou com histórias permeadas pela violência doméstica, mas que em alguns casos, não são reconhecidas em sua intensidade, ou são justificadas pelas mulheres que as sofrem, assim como ocorrem em contextos domésticos tradicionais. Desta forma, a ideia de segurança em virtude da proteção que pode ser oferecida por um companheiro, é minimizada pelas situações vivenciadas na conjugalidade. É importante salientar que no Brasil a violência doméstica tem forte histórico de subnotificação, e a especificidade da situação de rua não é contemplada pelos dados oficiais.

No Brasil, informações oficiais com relação à violência sofrida por mulheres de uma forma geral são subnotificadas. Temem denunciar o agressor, uma vez que não confiam na segurança que o Estado deveria lhes oferecer. O mesmo acontece com as mulheres em situação de rua, quiçá de forma mais grave, mas ainda não temos a real dimensão desse problema. Empiricamente, observamos que viver na rua, para as mulheres, perpassa pela necessidade de construir relações que assegurem a viabilidade da sua vida cotidiana, uma vez que sozinhas são mais vulneráveis às violências presentes na rua. Não pretendemos colocar as mulheres na condição de frágeis e dependentes, tampouco como vítimas por estarem em situação de rua. A vida na/e da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é locus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua per se é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade. (ROSA; BRÉTAS, 2015, p. 276)

Biscotto (2015) faz alusão aos preconceitos e violências que as mulheres têm de conviver estando nas ruas, principalmente por figurar como contingente minoritário, mas salienta que suas histórias pessoais anteriores ao ingresso na rua já são, muitas vezes, confrontadas por violências ocorridas no campo doméstico.

Souza et al. (2016), em pesquisa realizada com mulheres que vivem nas ruas da cidade de Maceió, relatam que a história de vida delas é atravessada por situações passadas ou presentes de violências, sempre perpetradas por alguém do sexo masculino, e avalia que se trata de práticas comuns que são naturalizadas e até banalizadas, as quais refletem a condição de submissão que se estabelece em função do gênero. Consideram que a convivência com histórias de violências familiares pode favorecer um processo de repetição dessa trajetória

carregada de agressões produtoras de sofrimento. Alguns conflitos vivenciados pelas mulheres e que envolve formas de violências diversas da violência física, embora sejam o gatilho para a saída de casa, não são percebidas como tal, é o caso de Carmem, cujo marido lhe proferia insultos que configuram violência moral, o que impulsionou o seu processo de vivência nas ruas.

Mas sobre a rua, eu prefiro tá na rua de que em casa, porque lá em casa eu sou mais discriminada de que na rua. Se eu vou comer é... lá é "rapariga véia", "vagabunda", "vai pros teus mindingo", "vai fumar tuas droga", mas não é essa realidade da minha vida, minha vida é na semana atrás de faxina, tá aqui meu dedo, ó, é capinando, eu quero um trabalho, quero cuidar da minha fia. (CARMEM, E2)

A violência doméstica familiar se constitui em fenômeno de larga escala que historicamente se assenta na nossa sociedade, e se insere, como evidenciado por Bandeira (2013), no amplo contexto de violência estrutural, e condiz com uma experiência específica que é sustentada pelas assimetrias que geram práticas de dominação e opressão. Osterne (2006) identifica o caráter estrutural da violência contra mulher a partir do modo como determinadas estruturas de poder constroem sistemas de dominação discriminatórios que se utilizam da fórmula da diferenciação sexual para sustentar as diferenças sociais que garantem a manutenção do *status* de superioridade aos homens e conta com um universo de simbologia para se fazer presente nas relações mais elementares do cotidiano. No caso das mulheres que vivem nas ruas, essa situação se agudiza a tal ponto que o rompimento se faz emergente, todavia quando associada à condição de pobreza, a rua se apresenta como única saída.

O significado da rua na vida das mulheres é permeado pela dicotomia entre o acolhimento e o céu aberto, a liberdade e a ameaça, numa construção dialética que transforma e conduz as suas trajetórias. A mesma rua que é lugar de abrigo para quem precisa se desvencilhar de uma situação de violência familiar, é o meio no qual a aridez das relações sociais e pessoais pode se configurar como alimento para outras formas de violências que atingem o mundo feminino, de modo que para as mulheres a relação com a rua é transversalizada pela violência. Na rua, Alcione relata mais de um fato envolvendo violência:

Pronto, minha vida é triste. Fui queimada, já levei tiro, já levei facada (...) Que nem fizeram comigo, me queimaram todinha por causa disso, eu tava dormindo... tava dormindo e vieram, tocaram fogo em mim. Tava dormindo também do lado do... desse rapaz que eu vivo, me deram uma facada... tudo por causa disso. (ALCIONE, E5)

Muito mais que as cicatrizes visíveis em seu corpo, as violências sofridas por Alcione estão marcadas na sua vida, de modo que suas relações e seu cotidiano estão permeados pelas estratégias para, ora se esquivar, ora desafiar o medo e os riscos. A história de permanência do corpo feminino nas ruas tem a violência sendo anunciada como um bicho que se mantém à

espreita para o ataque. No convívio com as frequentadoras do Centro Pop é possível perceber que a insegurança frente a uma situação violenta que pode surgir no ambiente é tão forte que direciona suas estratégias diárias de manutenção e organiza o seu modo de vida.

Tanto quanto o temor da morte, o medo de uma violência sexual é assustador e muito presente na vida das mulheres. A simples ideia de percorrer determinados lugares, o uso de certas vestimentas e a postura corporal são guiadas pelo temor que nos espreita, mas para as mulheres onde a própria vida é objeto de exposição, esse receio adquire uma concretude sem igual, a grande maioria das mulheres entrevistada se refere à rua como o lugar da ameaça de violência sexual, e Tereza, (E5), efetivamente foi alvo de estupro, o que lhe marcou profundamente.

Além disso, há nas falas das mulheres a representação do homem como agressor provável, indicando que elas esperam que ocorram atos violentos na relação com o gênero masculino. Quando uma crença ganha contornos de certeza, como na expectativa da agressão masculina, se torna mais difícil exigir um comportamento diferente e é mais provável que o contexto violento não seja questionado, estranhado, uma vez que é previsto. (SOUZA et al, 2016. p.4).

Rosa e Brêtas (2015) classificam em quatro as formas de ocorrência das violências a que mulheres estão sujeitas ao viver nas ruas. A primeira, é praticada por grupos que se mostram intolerantes com as pessoas que vivem nas ruas, e que se constitui por meio de histórias de agressão e crueldade com pessoas que não tem qualquer relação direta com a população que vive nas ruas descrevem como sendo a violência pela violência. A segunda forma identificada é aquela praticada no contexto dos grupos de pessoas que se encontram em situação de rua, que são geralmente motivadas por disputas territoriais, dívidas com traficantes, infidelidade conjugal e outras desavenças pessoais. A terceira maneira de apresentação dessa violência tem um fundamento higienista, é planejada e praticada por forças de segurança estatais ou por pessoas contratadas por moradores e comerciantes que são intolerantes às pessoas em situação de rua. E, por fim, a violência que se direciona de modo mais incisivo à mulher, a violência sexual, e que pode ter como agressor tanto, os homens que também vivem na rua, como não.

Bortoli (2017) evidencia os riscos que a mulher sozinha corre por estar na rua, e destaca as violências físicas e sexuais como aquelas de maior incidência, ou que mais circundam o imaginário das mulheres e das quais precisam proteger-se, destaca que estando nas ruas, a hora do sono é a que mais preocupa a mulher, e que demanda que tenham estratégia como esconder-se ou nem dormir, pois enquanto não há mulheres a importunar o sono dos homens que vivem nas ruas, o delas é constantemente ameaçado.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o estupro pode ser o ato sexual ou a

tentativa de ato sexual que ocorre mediante coação. No Brasil, o estupro está tipificado no Código Penal e se insere entre os Crimes contra a Dignidade Sexual, corresponde a “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 1940, Art. 213). Facuri et al. (2013) mostram que os efeitos do estupro na vida que quem o sofreu são devastadores que incidem sobre o corpo, assim como em aspectos da subjetividade, e argumentam ainda que mulheres submetidas a este tipo de violência estão mais susceptíveis a apresentar algum transtorno psiquiátrico como ansiedade, depressão, ideação suicida, entre outros, e como isso evidenciam o sofrimento psíquico que acompanha a violência sexual. E muito embora este seja um temor que ronda todas as mulheres, as que vivem nas ruas estão muito mais expostas e sofrem muito mais com o seu fantasma.

Os aspectos simbólicos como receio ou pavor estão associados à sensação de medo e insegurança, porém têm respaldo em situação concretas do cotidiano, e a concretude desse fenômeno o faz reverberar psíquica e emocionalmente. “Assim, de tão materiais transformam-se em simbólicas, e de tão simbólicas materializam-se.” (SILVA, 2014, p. 110). Na vida das mulheres em situação de rua, mesmo que não sejam objetivamente concretizadas, elas estão materializadas e produzem implicações que são em si mesmas uma forma de violentar seus corpos.

Desse modo, quando faço a opção por estudar os modos de vida das mulheres em situação de rua é possível perceber que sua constituição se organiza muito antes de estarem nas ruas, mas passa pelo itinerário até ali percorrido e ultrapassa o seu cotidiano e tem capilaridade em toda a teia de relações estabelecidas, dentre as quais categorias de opressão como estigma e preconceito.

4. ESTIGMAS E PRECONCEITOS VIVIDOS POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Para que seja possível apreender a realidade vivida por mulheres em situação de rua e a forma como o cotidiano incide sobre sua existência colocando-as num determinado lugar social, é imprescindível a ampliação das nossas lentes de análise, sair da perspectiva puramente individual e compreender as estruturas sociais nas quais estamos todos inseridos e que nos impõe papéis singulares em sua organização. Deste modo, pensar a opressão no contexto desta pesquisa se faz necessário, pois situa a condição de rua num universo de determinadas estruturas sociais que caracterizam este fenômeno social.

Para tanto este estudo se vale da compreensão de que há um sistema de opressões que atua de maneira violenta no cotidiano das classes pauperizadas, e atinge de forma muito mais aguda as mulheres, em especial aquelas sobre as quais se conjugam, para além da classe, o modo de vida que foge à expectativa da sociedade assentada em valores patriarcais.

Dentre as formas de expressar a opressão que pesa sobre as mulheres em situação de rua, encontram-se os estigmas e preconceitos. A vida sob o manto do descrédito social que é formado e ao mesmo tempo conduz o modo de viver dessas mulheres é, também, alvo de preocupação desta pesquisa e se apresenta como categoria analítica a ser problematizada.

O desafio que se apresenta como uma necessidade que foi sendo amadurecida no transcurso desta pesquisa foi o de poder perceber como os modos de vida das mulheres em situação de rua são tecidos nas suas potencialidades e carregam estratégias de resistência que tanto podem estar presentes nos processos que conduzem essas mulheres ao contexto de rua, como podem ser responsáveis pela manutenção de sua vida física e simbólica, assim como pela condição de permanecer sonhando e desenhando outras possibilidades de estar no mundo.

4.1. Processos de opressão – rua e mulher

Ao me inserir no universo desta pesquisa, algumas inquietações foram ficando cada vez mais latentes e se mostrando como necessidades investigativas: é preciso pensar quem é a mulher que vive a rua, e perceber essa mulher para além da rua, entender como esse modelo opressivo incide sobre ela e como cada mulher se movimenta nessa tecitura.

Assim, compreender que as vivências das mulheres se inserem num universo de

opressões que marca as relações, modos de viver e papéis sociais, implica saber que estamos na trama de um sistema em que a vida está associada a um estado desumanizado o qual, para Guzzo (2016), ultrapassa as repercussões objetivas da escassez de recursos financeiros, e revela implicações das condições subjetivas de um contexto econômico desfavorável. Este é o cenário onde se localizam grupos que convivem com esquemas de marginalização que estão ancorados num modelo de dominação capaz de revelar processos psicossociais de opressão.

O conceito de opressão está assentado na compreensão da ocorrência de um processo dialético onde se conjuga dominação e opressão, opressão e libertação. Os estudos que vislumbram apreender tais processos estão situados no horizonte latino americano, em que a relação colonial de extrema exploração desencadeou uma situação de dependência que se mantém por meio de estruturas políticas e ideológicas, e expressam a dialética dominação-opressão, na qual, mesmo apresentando-se como categorias opostas, a ocorrência de uma dá sustentação à outra, de modo que a dialética da dominação-opressão se ancora numa superestrutura produtora de uma cultura e uma ideologia que se colocam a serviço da classe opressora (GOES; XIMENES; MOURA JR.; 2015).

O processo de dominação exercido sobre os latino-americanos ultrapassa as fronteiras da economia e se estende por toda a cultura e pela identidade dos países dominados. Perspectiva na qual Mayorga (2014) assinala que a dependência dos países periféricos, está sustentada por uma subordinação econômica, tecnológica e científica de maneira a atingir a relação com os demais países, bem como os processos sociais internos de cada nação.

Assim, viver nos países latino-americanos, como o Brasil, é estar num lugar de subalternidade, onde as opressões se revelam no cotidiano e na identidade de cada um. A teia de relações de poder e de opressão em que indivíduos e grupos se situam é, segundo Moura Jr. (2012), o cenário para sua construção identitária. Ser mulher nas sombras das ruas é se manter nas relações hierarquizadas, onde a extrema pobreza dimensiona o valor social em que as mulheres são objetificadas e vivem na condição de menos valia, assim é a narrativa de Alcione:

Onte mesmo eu tava na rua, chegou um rapaz com droga, queria me dar pra passar a perna em mim. Eu não quis, porque eu tava separada desse rapaz, aí eu fiquei com medo dele chegar e ver ou ele saber, aí eu não fui. Ele pegou um pau e quebrou meu ombro. Meu ombro tá quebrado. (ALCIONE, E4)

A construção das representações dominantes acerca do masculino e feminino como provenientes de uma ordem natural permeia as relações que ocorrem no espaço das ruas, de modo que o curto relato de Alcione expõe mais de uma experiência de tratamento opressivo em razão do ser mulher, pois ao se aproximar para passar a pena nela o seu interlocutor está

aproveitando uma possível fragilidade, e prevalecendo-se da sua condição a agride fisicamente, contudo este contexto sinaliza ainda que é o patriarcado o orientador da relação conjugal, visto que diante de um assédio a reação de Alcione é o medo do parceiro. Dentre as reflexões contidas no trabalho de Tiene (2004), consta que o modo de vida nas ruas carrega a reprodução das estruturas do relacionamento doméstico de modo que, em nossa sociedade ainda se convive com padrões de conjugalidade violentos. Saffioti (2015) lembra que o patriarcado se constitui a partir de uma convenção de ordem social e sexual que oferece ao homem, liberdade e à mulher sujeição, situação que legitima as situações de violência que vitimam as mulheres. Assim, é por meio da dominação e a consequente subordinação que se constitui o que é ser mulher.

Desta maneira, a vivência num contexto de opressão marca o que cada pessoa é e como lida com essa realidade. As mulheres que vivem nas ruas, muitas vezes assumem a condição de dominadas nas relações com outros grupos da sociedade, quando se percebem como inferiores a outras mulheres, seja pela condição de classe ou pelo modo de vida que assumem ao estarem na rua, e ainda internamente no grupo da população de rua, ao serem envolvidas num coletivo que é eminentemente masculino e cujas regras reproduzem as estruturas patriarcais, e isto não significa que elas não construam processos de resistências.

Numa sociedade dividida em classes, como a nossa, não há prevenção e posvenção de condições para resolução dos problemas da classe oprimida, a não ser aquelas condições para uma maior dominação e exploração. Essa ação é facilitada através dos meios de divulgação, pela escolarização, pela religião, pela própria família e por outros meios, reproduzindo o autoritarismo e a submissão nas suas formas mais violentas e alienantes. (GOIS, 2003 p.37)

Guzzo e Lacerda Jr. (2007) destacam o nexos que se estabelece em razão do poder, onde quem detém o poder econômico explora o grupo de pessoas que não estão nesta condição. A exploração de determinados grupos por outros encontra respaldo no modelo econômico que dissocia a propriedade dos meios de produção do trabalhador e estabelece uma hierarquia na relação capital e trabalho. A sociedade capitalista é, conforme Martins e Lacerda Jr. (2014), marcada pela divisão em classes sociais, na qual há uma minoria privilegiada e uma maioria é explorada e oprimida, e há uma estrutura violenta para a manutenção desse status em que se conservam privilégios para a classe dominante, em suma uma estrutura produtora de opressão e sofrimento.

Neste sentido, Ibañez (2000) argumenta que a ideologia funciona regulamentando as relações sociais de maneira a encobrir a radical desigualdade de classes e, com isso, reforçar os processos de dominação-opressão, que mantém a concentração de poder na mão daqueles

que detém os meios de produção. A legitimação ideológica, que se constitui como psicológica e social é, para Guareschi (2014), fundamental para a perpetuação do modelo de dominação, pois sem essa validação emergiriam conflitos e confrontos sociais.

Martins e Lacerda Jr. (2014) mostram como a internalização de estruturas sociais, por meio da ideologia, formam estruturas psicológicas. Assim sendo, não há como falar de um sujeito psicológico desvincilhado do social, e as estruturas psicológicas que se constituem num modelo organizativo de dominação exploração vão refletir e até assumir este modelo, todavia esse não é um mecanismo linear. Viver (n)uma ideologia diz respeito à imersão na complexidade de relações sociais cotidianas. Corroborando esse pensamento, Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) evocam a ideologia como processo relevante que faz emergir um modo de subjetivação dominante que é orientado para a manutenção do *status quo*, e ao mesmo tempo para culpabilização e criminalização da pobreza. Com as pessoas que vivem nas ruas esse processo as conduz para acreditar que cada pessoa é responsável pela situação vivenciada como uma escolha individual que se desenrola desconsiderando o conjunto de estruturas macroeconômicas e sociais que incidem sobre este fenômeno:

Pesquisadora: o que que você pensa das outras mulheres que estão na rua? Eu não penso nada, só, só tenho pena. Pena não, a gente não tem pena não, né? Mas elas tão ali não é porque quer, né? Mas muitas é (BETH, E1).

Eu, na minha mente, eles [as pessoas que criticam os modos de vida da rua] têm razão, que a gente recebe com tanta facilidade, né? E eles morrem de trabalhar, porque eu tiro pelo meu marido, meu marido trabalha de manhã, sai cinco e meia da manhã pro banco, lá perto do castelão, chega sete hora. Quando chega sete hora, janta e vai pro outro. Ai chega uma pessoa, morador de rua, com tudo de bom ainda vai pedir? E ele maior dificuldade? Eu tiro pelo meu marido. (CARMEM, E2)

Carmem denota a ideia de que a vivência nas ruas, e em especial a mendicância, são reflexos da comodidade de tais pessoas, numa relação entre o mérito de quem está inserido no mercado de trabalho e a culpa daqueles que estão à margem de processos produtivos. Como ressaltado por Cidade (2012), o processo de individualização do social favorece a culpabilização das pessoas pelas condições em que vivem, e a medida que não sendo possível transformar a realidade, sentem-se responsáveis pelas situações hostis em que se encontram. A naturalização e legitimação das diferenças sociais se fundam num processo de camuflagem das distinções sociais por meio de uma suposta igualdade e universalidade que está incrustada no conceito de dignidade (SOUZA, 2018). E ao anunciar a complexidade dos modelos de relações opressoras Mayorga (2014) evidencia que uma diversidade de atores reivindica a possibilidade de ter direitos, e amplia a perspectiva das opressões para além das relações de

classes sociais, sem, no entanto, desconsiderá-las. Ao demonstrar que interesses de classe operam processos de dominação e opressão é necessário dar relevo a outras manifestações opressivas que se configuram em razão de marcadores sociais específicos. Assim, a autora mostra que este sistema de opressões atinge diferentemente grupos de pessoas em razão do gênero, etnia e raça, orientação e identidade sexual, territorialidade e modos de vida, fazendo com que, no momento presente seja necessário a ampliação da percepção dos modos de dominação-opressão.

As mulheres em situação de rua estão inseridas nesses contextos opressivos conjugando facetas diferentes desse processo. As vivências mediadas pela classe social e pela condição de pobreza impactam na trajetória que as conduz à uma vida cercada de incertezas presentes na rua, mas a condição de ser mulher e de assumir um modo de vida que desafia a perspectiva tradicional de família, faz com que as formas de opressão se amplifiquem no seu cotidiano.

A população que está nas ruas pode ser identificada como exemplo da vida que margeia e ao mesmo tempo dá sustentação aos processos de manutenção dos privilégios de classe, contudo, as estratégias de dominação operam de modo diferenciado em razão de componentes das identidades, de maneira que se constitui a margem da margem, onde a proporção que se inscrevem mais marcadores de exclusão, como o gênero, a raça e até a origem e os modos de vida, vai-se conduzindo para mais distante dos acessos e localizando, de modo singular tais vidas. A marginalização é tratada por Freire (2004) como mantenedora de uma série de processos que se configuram como impossibilidades de ser, e posicionam o sujeito marginalizado na condição de objeto da violência. Todavia destaca que esta não é uma posição estanque, ela só existe em razão da dinâmica estrutural que comporta um sujeito na sociedade por meio de sua localização à margem

A ideia de populações marginalizadas condiz com a dialética inclusão/exclusão que está moldada no contexto deste sistema econômico, sendo parte de sua existência, e não como se quer acreditar, uma falha a ser corrigida. A ordem social desigual conduz ao processo no qual a sociedade exclui como forma de incluir. De acordo com Sawaia (2014), todos nós estamos imersos de alguma forma num circuito de reprodução de atividades econômicas no qual a maior parte da população está inserida a partir de privações, e cujos desdobramentos se estendem para além de aspectos econômicos.

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intragrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo a parte de grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da

discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou *status*, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. (JODELET, 2014, P. 55)

Estes processos de inclusão e exclusão se sustentam no que Martín-Baró (1990), descreve como níveis de referencial social, que seriam três: relações primária, relações funcionais e relações estruturais. As relações primárias, nas quais os vínculos são produzidos em grupos primário, que se compõe de relações mais estreitas e afetivas e que influenciam sobremaneira a identidade de uma pessoa. As relações funcionais se constroem em função de necessidades de sobrevivência e se diferenciam por conta das diferentes tarefas que os grupos assumem num determinado sistema social. Já as relações estruturais se assentam na divisão de classes, e assume uma profundidade tal, que se estende por todas as demais relações sociais e desta forma estruturam os esquemas fundamentais da convivência humana. Estas relações fundadas no modo de produção e organização social do capitalismo operacionalizam no cotidiano a dialética dominação-opressão.

Muitas vezes, no cotidiano das ruas, a marca da cultura de dominação se apresenta em comportamentos que evidenciam, de um lado a conformação com a vivência de processos opressivos, de modo que há uma espécie de naturalização do tratamento recebido em função do contato com pessoas que não vivem as ruas, e de outro lado se expressam na reprodução de comportamentos opressores. Vale destacar o relato de Carmem:

Pesquisadora: Então ele acha que os clientes vão se sentir incomodados [com a presença de pessoas em situação de rua]?

Carmem: Realmente é mesmo, né? A gente vamo passando, já ficam... tem uns que se levantam, ficam com medo, e realmente, muita violência e tem muitas pessoas morador de rua que roubam. Não sabem que a gente não rouba, mas na mente dele, por causa dos outro, a gente paga, né? (CARMEM, E2)

O diálogo acerca da relação com os comerciantes traz à tona a incorporação, por parte da entrevistada, de um discurso que marginaliza e desqualifica a população em situação de rua ao corroborar a imagem das pessoas que vivem nas ruas como violentas ou ameaçadoras. Acerca desse processo de naturalização da pobreza Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) afirmam que há uma validação cotidiana da condição de pobreza, o que se dá por meio de práticas e discursos que contribuem para que este fenômeno seja visto como natural. Incide sobre o discurso de Carmem ainda a percepção de Freire (2004) que ao discutir a opressão, demonstra a relação que se estabelece entre oprimido e opressor e como essa relação organiza a identidade desses atores, enfatiza que o oprimido, muitas vezes, assume a perspectiva de opressor ou subopressor, a qual denominou de aderência ao opressor, mantendo uma condição de dominação quando assume determinados postos de poder, e tende a uma propensão para buscar soluções individualizadas, o que o autor chamou de revolução

individual. “O seu ideal é, realmente ser homens, mas para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não está clara, é ser opressores” (FREIRE, 2004, p. 32).

Esta perspectiva se articula com a de Martín-Baró (2017b), para quem a violência praticada pelo colonizador é introjetada pelo colonizado, que em seu estado de submissão pode apresentar explosões de violência contra seus iguais. Martín-Baró (2017) utiliza ainda o conceito de correntes interiorizadas, que em sua concepção alienam as pessoas, de modo que minimizam a percepção sobre os seus horizontes. Vale destacar que ao interiorizar essas correntes, as estruturas sociais que expressam a dominação são assumidas pelas pessoas em estado de opressão, e faz com que possam reproduzir um padrão de comportamento típico das minorias opressoras.

Há uma internalização dos processos opressores que Gois (2003) apresentou como uma Ideologia de Submissão e Resignação. A estrutura de classes, pela sua organização autoritária e massacrante, tende a uma tensão social exacerbada, que exige controle, o qual se dá por meio da ideologia de submissão e resignação, que se constrói pela vivência em condição de pobreza e das opressões inscritas nas condições de vida da população, e que sustentam a descrença e a percepção de imutabilidade da realidade vivida, bem como na aceitação do destino. Essa ideologia se revela no comportamento das classes dominantes e repercute nos processos de isolamento e na busca de soluções individualizantes para os problemas cotidianos vividos pelos oprimidos. Neste modelo as classes subalternizadas são postas numa condição de inferiorização cultural, social e econômica. Ao internalizar a submissão e a resignação, a classe oprimida passa a delegar a terceiros a resolução de seus problemas. Cabe destacar a visão apresentada por Alcione, a fim de identificar o modo como essa ideologia de Submissão e Resignação se expressa no seu cotidiano:

Pesquisadora: E... quais os problemas mais comuns do seu dia a dia?

É esse sofrimento da rua. Eu choro, peço a Deus pra me ajudar pra sair dessa rua, mas eu não consigo sair mais. Não consigo. Uma que eu vendi minha casinha que Deus me deu, e minha família não me aceita mais em casa, devido de ter usado, ser a usuária de droga e tá nessa vida de bebedeira. Minha família tem vergonha de mim. (ALCIONE, E4)

O discurso de Alcione revela a descrença nas possibilidades de sair da situação de rua, pois ela não se vê em condições de, por meios próprios, fazer um movimento para isso, e diante da realidade vivida apenas Deus pode contribuir para alguma mudança, o que mostra que a resolução desse problema é delegado a um terceiro, e com isso revela elementos da

ideologia de submissão e resignação. Não há, por parte da entrevistada, uma percepção de que fatores conduzem à vida na rua, tampouco dos elementos que potencializariam alguma mudança. É Martín-Baró (2011) quem contribui para que seja possível apreender este fenômeno, ao acentuar o caráter opressivo da miséria, ressaltando que as maiorias submetidas a essa opressão vivem uma existência inumana que lhes subtrai a capacidade para definir a própria vida.

Atrelado à ideologia de submissão e resignação está o conceito de caráter oprimido, igualmente trabalhado por Gois (2003), que considera que a realidade de miséria que exige da classe oprimida a busca cotidiana e incessante pela sobrevivência e que coloca esta questão numa posição de centralidade na vida das pessoas em condições de pobreza e marca a construção do seu caráter e podem se manifestar em expressões de hostilidade, tanto quanto de servilismo. Joana (E7) exemplifica essa situação ao descrever seu cotidiano:

Às vezes eu não paro em casa, numa carroça ou mesmo no carrinho d'um home que chegou aí, quando eu tô muito triste eu boto umas luva nas mão, calço um sapato e vou catar latinha na rua. Pra cima, pra baixo, aí às vezes vou vender no depósito e dá dez real, às vezes dá cinco, às vezes dá sete, mas pelo meno, vou entretendo a mente, né?! Vou capinar um mato pera aí. (JOANA, E7)

As necessidades de sobrevivência tomam uma grande proporção num contexto de pobreza e miséria e fazem com que o cotidiano de Joana esteja voltado ao presente, é um cotidiano que se impõe. “Somente o presente importa e não pela plenitude vivencial que buscava o poeta latino (*carpe diem*), mas pelo estreitamento forçado das possibilidades de vida”. (MARTÍN-BARÓ, 2017b, p. 175). Essa premência do cotidiano remete ao caráter oprimido, que se faz na possibilidade de sobreviver a realidade de dominação e opressão, é a forma de mitigar a angústia e o sofrimento decorrente da miséria e das violências experimentadas pela classe oprimida, em suma, é um modo de se manter vivo diante das opressões impostas pela classe dominante. Este caráter oprimido, ao tempo que se apresenta como uma possibilidade de encarar o sistema opressivo, é também uma condição para sua manutenção, pois não provoca o enfrentamento e a desconstrução das opressões.

As categorias ideologia de submissão e resignação, caráter oprimido coadunam com o conceito de fatalismo, como a noção de que há uma predeterminação relativa à existência humana, como um destino inescapável, que limita os seres humanos, a quem incumbe acatar e se submeter a tal sorte. De acordo com Martín-Baró (2017, p.173) “o fatalismo revela uma peculiar forma da pessoa de dar sentido à sua relação consigo mesma e com os fatos de sua existência” e portanto assume caráter ideacional, afetivo e comportamental:

Tabela 1 - Elementos mais característicos do Fatalismo Latinoamericano

Ideias	Sentimentos	Comportamentos
A vida está predefinida.	Resignação frente ao próprio destino.	Conformismo e submissão.
A própria ação não pode mudar o destino fatal.	Não deixar-se afetar, nem emocionar pelas circunstâncias da vida.	Tendência a não fazer esforços, à passividade
Um Deus distante e todo-poderoso decide o destino de cada pessoa.	Aceitação do sofrimento causado pela dureza do próprio destino.	Presentismo, sem memória do passado e nem planejamento do futuro.

Fonte: Martín-Baró (2017b)

De acordo com a Tabela 1, cada uma dessas características personificam os traços do fatalismo latino-americano, e se revertem em atitudes, embora estejam apresentadas numa divisão analítica que compõe o todo de como determinadas pessoas se colocam no mundo e frente a vida. Os traços do fatalismo não são absolutos, isto é, a pessoa tem formas diversas de se relacionar com o cotidiano e isso é o que contribui para que processem movimentos de resistência, cabendo pôr em relevo ainda, que os traços fatalistas estão relacionados às condições político-culturais e econômicas do sistema social de cada lugar. Sob esse viés, Cidade (2012) faz a relação entre as condições de pobreza e seus impactos nos modos de vida das pessoas, que diante de uma realidade desfavorável assumem uma postura de resignação e descrença.

Uma vez que a responsabilidade das situações desfavoráveis de vida é desvinculada da análise dos fenômenos segundo o contexto histórico cultural específico, ocorre que os sujeitos passam a ser responsabilizados pela situação em que vivem, seja devido à promessa de obtenção de redenção espiritual ou em virtude de incapacidade que possuem de driblar um dia-a-dia árduo. (CIDADE, 2012, p. 111)

Uma das características apontadas por Martín-Baró como constructo ideacional do fatalismo diz respeito a convicção de que o destino é inevitável, o que corresponde a perceber “a própria ação não pode mudar esse destino fatal” (MARTÍN-BARÓ, 2017b, p.115), a imutabilidade da situação se reverte em impotência das mulheres em sair tanto da situação de drogadição, como da condição de rua, de modo que suas experiências cotidianas confirmam essa sensação de incapacidade, e fazem com que haja uma tendência em aceitar a realidade dada.

Este processo de resignação experimentado pelas mulheres em situação de rua está vinculado à cultura da pobreza, compreendida como o modo de vida que se organiza a partir

do contexto social de múltiplas privações, é um mecanismo de adaptação a esta realidade (MARTÍN-BARÓ, 2017b). Esta ideia é compartilhada por Blanco e Diaz (2007) para quem o fatalismo, no seu carácter adaptativo, tem o condão de permitir que as pessoas entrem em contato com a realidade de opressão. Joana denota a resignação como condição para viver o seu dia a dia:

Hoje em dia, lá em casa não tem alimento, hoje eu bebi café na vizinha, conversando mais ela. “Joana, num tem nada pra lhe dar hoje” tem nada não, mulher, meno um cafézim, bebi e vim pra cá. Ele já vinha de quebrada, aí eu disse: tu vai pra onde? Pois eu vou mais tu, viemo caminhando tem nada não. Rapaz eu achei ... agradeço a Deus paguei o aluguel, paguei os papel de energia, paguei os papel de água, paguei a muié 250, paguei as coisa direitinho, pra mim sobrando um real, eu se viro Deus vai me ajudar e vai abençoar. Peço ao menos pra Deus tocar no coração e me ajudar, comprar um quilo de arroz, um quilo de feijão pra botar no fogo. Tenho fogareiro porque fogão eu num tenho, fogão a gás eu num tenho, nem bujão. Mas nem isso eu tinha! Eu morava na lona, não tinha nada, só uns mulambo véi. As roupa véia tudo fedendo, Não tinha nada. (JOANA, E7)

Num cotidiano marcado por inúmeras privações o que se vive é uma prevalência do tempo presente, de modo que o sonho e as possibilidades de sua realização precisam contar com a delegação a um ente superior, já que as condições materiais e históricas parecem não ser suficientes para antever um futuro melhor. Moura Jr. e Ximenes (2016) identificam a pobreza como uma prática de opressão e que causa prejuízos na vida dos indivíduos à medida em que os posiciona num lugar de inferioridade perante os demais, capaz de produzir um comportamento de passividade e de violência que repercute em aspectos de saúde e bem-estar dessas pessoas. Diogo (2005) traz a reflexão de que as estruturas sociais opressoras carregam em si as condições para a manutenção do fatalismo, o qual retrata a interiorização da dominação, achatando os horizontes daqueles que se encontram em estado de dominação, de modo que o presente se avoluma e o destino já traçado escapa ao seu controle. O contexto opressivo em que vivem as mulheres em situação de rua faz com que tenham que lidar com expressões muito específicas do universo em que estão colocadas na sociedade, e nesta perspectiva o encontro com outros modos de vida fazem emergir atitudes reveladoras de estigmas e preconceitos.

4.2. Estigmas e Preconceitos: a realidade opressora de mulheres que vivem nas ruas

A opressão se encontra na sociedade e é operacionalizada de diversas maneiras, de modo que é razoável perceber no estigma e no preconceito as formas de expressar um modelo de dominação que se efetiva sobre grupos minoritários, no caso, as mulheres em situação de rua. Para tanto recorro a Parker (2013) que aponta que o estigma, assim como o preconceito e

a discriminação, são processos sociais vinculados a estruturas mais amplas de poder e dominação, que reproduzem e mantêm as desigualdades sociais. Visão semelhante é defendida por Delfin, Almeida e Imbrizi (2017), os quais reconhecem que o estigma e o preconceito, enquanto crenças que distorcem a realidade, se constituem como processos que mantêm relações de exploração e dominação e observam que a marca dos estigmas e preconceitos faz com que muito antes de qualquer contato com uma pessoa em situação de rua um transeunte já tenha uma imagem prévia desse sujeito que é mediada por esquemas tipificadores, que fazem emergir expectativas sobre o comportamento das pessoas que se encontram nesta situação, dos quais derivam determinados protocolos de interação. Desta forma, os estigmas e preconceitos tem a prerrogativa consignar à população em situação de rua um lugar de descrédito veiculado por atitudes discriminatórias.

Essa imagem de descrédito e de menos valia de quem vive na rua é incorporada pelas pessoas que estão fora desse contexto: *“Porque o preconceito é com nós tudinho, a humilhação, às vezes empurram a gente: ‘sai daqui bando de bebo véi, drogueiro’. É nós todos que passa por isso. Só quem entende mesmo a gente é quem já passou, por isso, né?”* (CARMEM, E2). Esta fala indica que os processos de opressão conduzem a uma exclusão onde os estigmas e preconceitos funcionam na divisão entre as pessoas que pertencem a determinado mundo e as que estão em outro, mas acima disso, com a marca do descrédito, a desqualificação torna-se permitida. Nascimento (2003) afirma que esse processo de estigmatização tem o potencial de colocar as pessoas no lugar de exclusão de direitos. Sob esse prisma, aqueles que assumem o papel de superioridade assumem a permissão para desqualificação daquelas que estão na condição de destituídas de direitos.

É possível perceber que a conjugação dos universos público e privado na rua impõe às mulheres uma imagem que está fora das expectativas sociais e que desloca o lugar do feminino, já que este ideal está vinculado ao lar como ambiente sacralizado. Isso lhes sujeita a um processo de estigmatização que exige uma série de estratégias de enfrentamentos, inclusive o de acreditar nas próprias potencialidades para ressignificar suas trajetórias.

Para compreender este processo será utilizado, em princípio, o conceito de Goffman (2013) no qual o estigma é efeito decorrente da interação social, sendo uma marca que distingue o sujeito ou grupo, e que imprime atributos capazes de colocá-los em categorias que lhes conferem identidade social de caráter depreciativo, uma fraqueza ou uma desvantagem. Emergem daí as categorias de desacreditável e desacreditado, ou no caso desta pesquisa de desacreditada, como consequência do maior ou menor grau de informação que as pessoas têm sobre o atributo que marca o sujeito e o estigmatiza. O estigma decorre da divergência entre a

identidade social virtual, aquela que carrega concepções provenientes das expectativas normativas dirigidas a uma pessoa ou grupo, e a identidade social real, que diz respeito aos atributos que os sujeitos ou grupos de fato possuem. Isto faz com que, diante do que denominou contatos mistos, os sujeitos se reconheçam a partir do estigma.

Graham et al, (2007) conceituam estigma como o resultado de um processo no qual determinados grupos são levados ao sentimento de vergonha, à exclusão e à discriminação. Consideram a frequência de tais processos, assim como a sutileza de sua construção e a dificuldade de seu combate e acentuam que se encontram no processo de estigmatização componentes cognitivos e comportamentais. Dessa forma apresentam o estigma como decorrente de um processo cognitivo normal que procede a avaliação de ameaças e riscos, o que faz com que os conhecimentos sociais e a auto percepção sejam organizadas. Embora os autores tenham a intenção de minimizar os efeitos deste processo, a definição que utilizam, desconsidera a gênese e a relação dialética que o estigma tem com os aspectos socioculturais e sua repercussão nas discriminações a determinados grupos.

Goffman (2013) faz menção a três tipos diferentes de estigma: a) abominações do corpo, que se refere a deformidades do corpo; b) culpas de caráter individual, que se enquadra no campo das vontades ou das paixões, então a culpa de caráter individual, não se restringe necessariamente a uma escolha pessoal, incluso nesse tipo desonestidade, distúrbios mentais, assim como determinados comportamentos; c) estigmas tribais, nos quais estão incluídas as características raciais e/ou religiosas. A partir destes critérios, a pessoa em situação de rua estaria no conjunto da culpa de caráter individual, já que está inserida no campo da vontade, mesmo que não se adentre, neste momento, nas motivações que culminaram com a vivência de rua.

Os agentes sociais para os quais as reflexões incitadas por esta tese se voltam, os indivíduos adultos em situação de rua, posicionam-se socialmente como representantes da segunda categoria de estigma apontada por Goffman, pois ganham visibilidade social a partir de atributos que a sociedade contemporânea classifica como culpa de caráter individual, tais como a ausência de moradia (em uma concepção que a compreende enquanto espaço privado e endereço fixo), de trabalho (ocupação formal e fixa), em muitos casos, de família (dentro do modelo tradicional de estrutura familiar), além de muitas vezes se apresentarem a partir de uma configuração estética dissociada dos padrões normatizados de etiqueta corporal. São, a partir disso, associados a uma extrema valoração negativa, despertando o desprezo e a desconfiança dos demais indivíduos. (SOUSA, 2012, p.71)

É possível distinguir a relação que se faz da situação de rua com uma culpa de caráter individual quando, por exemplo, ao ser questionada sobre o que pensa sobre as mulheres que vivem na rua, Carmem (E2) afirma:

Na minha opinião é o... tá certo não, tem que lutar pra conseguir o seu objetivo, né? Porque como eles trabalha pra lutar, a gente tem que também... porque tem

muita gente que tem família, é só butar a cabeça pra funcionar, porque curtir, curte só o final de semana, como eu faço. Só final de semana, na semana é atrás de faxina, atrás de cuidar de idoso. Atrás de trabalho, mas eles não querem nada, eles querem ficar(...). E tá aí, tá tudo lá bebendo, eu não bebo não, não tem quem faça. Bebi aquele dia que eu cheguei porque eu fui ver ela e ele não deixou, de manhã cedo

No mesmo sentido é a percepção de Elza (E6):

Pensam que a gente é marginal, é ladrona, não tem confiança, né?! Não tem confiança, pensa que a gente é usuário de droga, né?! Não tem confiança na gente, pensa que a gente é mal pessoa. Não pensa que a gente é... não pensa que a gente é igual as outras pessoas, né?! Que veve na rua porque é usuário de droga, porque roba, né?! Não. né muitas pessoas que é assim não, porque eu conheço muitas. muitas que não usa droga e não tem (...) e não tem ajuda, né?!.

Em ambas as narrativas está presente a ideia de que a pessoa é a responsável pela vivência na rua e o movimento para sair dessa situação é uma escolha pessoal, o que desconsidera fatores de ordem econômica e social. A lógica da culpa é reproduzida por Schilling e Miyashiro (2008) para quem o conceito de estigma indica uma fraqueza moral da pessoa portadora desse estigma. É possível depreender dos discursos produzidos sobre essa população um reforço acerca da ideia de fraqueza moral, ideia incorporada pela própria pessoa em situação de rua.

Outra característica dos estigmas abordada por Goffman (2013), diz respeito a sua visibilidade: estigma visível e estigma invisível. O primeiro caso enseja a preocupação em lidar com a tensão que a presença da marca distintiva causa na sociedade, o estigma invisível pode ou não ser revelado, o que faz com que o indivíduo tenha que avaliar a necessidade de esconder ou revelar a condição estigmatizadora.

No caso da população em situação de rua, em especial a mulher que vive na rua, a condição de visibilidade do estigma é variável, pois na maior parte do tempo as marcas de sua vivência estão coladas ao seu corpo, por meio das roupas, da postura, ou da higiene, mas em outras circunstâncias, como é o caso de terem o suporte para cuidarem da saúde e asseio, as marcas das ruas podem ser minimizadas e disfarçadas.

Para o indivíduo que possui casa nos modelos estabelecidos, um banheiro e um banho fazem parte de sua realidade diária e é muito natural o ato de banhar-se todos os dias na privacidade do seu lar, entretanto, para a população de rua um banho representa muito mais que higienizar-se, representa resgate da dignidade perdida, é o sentimento de “pertencimento” à sociedade, já que seus corpos são o que de fato possuem e estão sempre sujos, grossos do sol, em desalinho. Desta forma, tomar banho representa, momentaneamente, livrar-se do estigma de morador de rua e fazer parte da cidade. (LIMA, 2008, p. 42)

Joana mostra como um ato de tomar banho, que para alguns é corriqueiro pode ser, tanto um desafio, como um representante da dignidade das mulheres que vivem na rua:

Ali num tem como deixar a droga não, num tem água pra tomar bain, num tem água pra lavar roupa, comida só que alguém der, alguma pessoa da rua dá, às vezes dá

azedada, às vezes chama vagabunda, vai trabaíá, e a vida é muito triste. A vida na rua não é bom. (...) Então é ruim num tem um lugar pra estender roupa, num tem um lugar pra tomar banho, num tem privacidade. (JOANA, E7)

As mulheres em situação de rua carregam em seu corpo as marcas do lugar e do modo de vida, a falta do banho e as roupas sujas dizem quem são e ao mesmo tempo como as demais pessoas se relacionam com elas. Paz (2016) avalia que a falta de privacidade para o banho e lavagem de roupas é um sofrimento para a população em situação de rua. Isto reme à compreensão de Escorel (1999) a respeito da exclusão social, visto que nos processos de exclusão enquanto um grupo é identificado como *outsider*, isto é à margem das expectativas da sociedade, ele se insere em outro grupo, o dos iguais, e ao considerar que ocorre uma sobreposição de discriminações, é por meio delas que se constitui a sociabilidade destes grupos. Esta seria, portanto uma das razões para a relevância do cuidado com o corpo e a higiene, uma preocupação constante das mulheres entrevistadas, a ampliação das relações de sociabilidade que ultrapassem a pessoa estigmatizada.

Wacquant (2006) trata da indignidade social que as pessoas que vivem em territórios estigmatizados precisam experimentar. Sua experiência versa sobre o estigma vinculado à nação ou território, mas o que dizer do estigma que adere à mulher que mora na rua? Seria possível afirmar que ela suporta o estigma vinculado ao caráter, por ser mulher e estar na rua carrega a pecha da degradação moral, com acúmulo de adjetivos desqualificadores, e ainda uma espécie de estigma territorial, por ter como referência esse lugar que é de todos, mas que não pertence a ninguém e que não se apresenta como espaço de moradia? Para o autor uma consequência do modelo de estigmatização territorial é a perda do lugar, como sendo a perda do lugar de segurança e de humanização dos sujeitos. A rua assume um lugar dicotômico, pois ao tempo em que é o espaço que acolhe, com toda a aridez que lhe é característica, é igualmente a representação da perda do lugar, de modo que para parte das pessoas que estão nas ruas, e isso é muito forte na narrativa das mulheres, a casa está no campo dos sonhos e projetos de vida: *“Ai tamo pretendendo ter nosso canto, ter o nosso lugar. (...) meu marido vai ajeitar uma casinha pra gente outra vez e vamo tentar entrar na casa minha vida, né? Vamo tentar, vamo ver se a gente consegue uma casinha pra nós.”* (TEREZA, E5). Elza (E6) expressa de maneira categórica o seu desejo: *“Eu quero é sair do mei da rua, fazer a melhor moradia pra mim viver minha vida.”*. As falas que retrato neste momento, indicam que o sonho de um lugar mobiliza o desejo dessas mulheres. Neste sentido, faço alusão à pesquisa de Pinto (2015) que identificou o direito à cidade e à moradia como um sonho das pessoas em situação de rua.

Na acepção de Ronzani e Furtado (2010) a estigmatização está presente na atribuição de rótulos e estereótipos negativos a alguns comportamentos. Sob esse prisma passam a definir estigma social como uma marca que pode ser física ou social, de caráter negativo e que provoca exclusões em determinadas situações sociais e, como consequência, causa impacto na identidade dos indivíduos estigmatizados. A estigmatização tem um amplo espectro de impacto na vida dos sujeitos estigmatizados, já que está vinculada à formação e à transformação da identidade destes sujeitos, onde estão colocados na condição de desvalorizados, o que para os autores tem o condão de repercutir negativamente na personalidade dos estigmatizados.

Jones e colaboradores, em seu modelo de estigma, propuseram seis dimensões: 1. o quanto a característica estigmatizante é visível para a sociedade; 2. Duração desta característica; 3. o quanto interfere nas relações interpessoais do indivíduo; 4. reações subjetivas frente à característica estigmatizante; 5. a origem da característica (acidente, doença, etc) e 6. o perigo que esta condição pode causar para outras pessoas. (FERNANDES; LI, 2006, p.209)

As seis dimensões supracitadas expandem o modelo de Goffman e evidenciam aspectos mais relacionais do estigma, nos quais a visibilidade ou invisibilidade está mediada pelo impacto que as características estigmatizantes produzem nas relações sociais que são estabelecidas pelo sujeito estigmatizado e os demais grupos ou indivíduos.

O processo de como ocorre a estigmatização é explicado por Rondon Filho (2013) considerando o conceito de *habitus* de Pierre Bourdier e da compreensão da incorporação da história e da cultura. O autor reputa que as pessoas incorporam as disposições duráveis de seu meio social de modo que seja possível dar sentido a condições objetivas. E a estigmatização seria, então, o resultado de esquemas adquiridos anteriormente.

Assim como os estigmas se constituem como marcas distintivas de indivíduos ou grupos, o preconceito está associado a um juízo de valor direcionado a estes indivíduos ou grupos, nesta ótica, cabe mencionar o esquema apresentado por Herculano (2007), que compreende que o estigma é o componente de base cognitiva do preconceito. Neste estudo o preconceito será apreciado a partir da perspectiva de Allport (1971), para quem constitui uma atitude de hostilidade frente a um grupo socialmente desvalorizado. A concepção que dá suporte ao trabalho de Martins (2017) descreve o preconceito como decorrente da falta de conhecimento do outro, o que abre espaço para categorizações que sustentam generalizações distorcidas, todavia este modelo se constitui como problema à medida em que as generalizações simplificam a experiência de apreensão do mundo e, ainda, se mostram resistentes às mudanças. Num prisma complementar, Bandeira e Batista (2002) caracterizam o preconceito como um modo arbitrário de agir frente ao que é diferente, mas que é marcado

pelo valor negativo atribuído a esse outro, e que lhe causa prejuízos, ou seja, depende de uma relação de poder. Deste modo, tem-se estabelecida uma forma violenta de relação com a diferença.

Tanto o estigma, quanto o preconceito, são materializados pela discriminação, que é a atitude excludente frente ao outro, e se configura como o aspecto atitudinal do preconceito: “A discriminação tem sido vista como uma espécie de resposta comportamental causada por estas atitudes negativas – ou, como por vezes tem sido descrito na literatura, como uma forma efetiva de estigma ou preconceito”. (PARKER, 2013). Bandeira e Batista (2002) por sua vez relacionam que o preconceito induz à discriminação, e acrescentam que o preconceito é condenável moralmente, mas somente o ato discriminatório pode ser alvo de punição jurídica, com isso reforçam a ideia de que a discriminação é a operacionalização do preconceito e do estigma.

A reflexão trazida por Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) evidencia que discriminação e preconceito tem como finalidade última a manutenção da ordem social, para tanto utiliza o mecanismo de atribuir características negativas a determinados grupamentos o que os diminui perante os demais grupos sociais. A pesquisa de Pinto (2015) realizada com pessoas em situação de rua expressavam em suas histórias a baixa autoestima o isolamento e a falta de expectativas como decorrentes do preconceito que vivenciam. Tereza exprime bem como a relação com a comunidade, mediada por discriminações é capaz de produzir sofrimento:

*Com sofrimento, eu sofria por dentro. Porque eu não sou de... de desabafar com ninguém. Só quero guardar pra mim e isso me adocece... Somente isso mesmo (...)
Não confiava em ninguém. Em ninguém! Ninguém pra mim, é ninguém não era de confiança. Só confiava em Deus, somente nele mesmo. (TEREZA, E5)*

A discriminação e a estigmatização incidem sobre determinadas coletividades de modo a criar um cenário de subordinação cultural, política e socioeconômica a um determinado grupo dominante, que ao ver de Rondon Filho (2013), vai constituir as minorias sociais como aquelas que independem do quantitativo em relação ao grupo dominante, e estão na condição de minoria em razão de uma lógica de inferiorização e estigmatização, e acentua que é através do estigma do outro que se sustenta o *status* de normalidade de um sujeito ou grupo, de forma que a Teoria do Estigma se constitui numa ideologia capaz de explicar a inferioridade do estigmatizado. Assim os atos que mantêm a população em situação de rua na condição de inferioridade podem ser apreciados como atos opressivos, que acentuam as diferenças sociais, as quais marcam os processos de dominação, por conseguinte, enquanto são inferiorizadas, o grupo daqueles que se organizam de outra forma assumem o status de superioridade.

A compreensão de que o estigma diz respeito a um processo social vinculado ao poder e à dominação, que repercute em relações de controle, cujo produto se faz na desvalorização de determinados grupos em detrimento de outros que passam a ser valorizados, o que vai implicar em processos de discriminação, e por ser um fenômeno historicamente determinado, é utilizado por indivíduos, pela comunidade e pelo Estado como um meio para produção e reprodução de desigualdades sociais. (PARKER, 2013). Neste mesmo sentido, Link e Phelan (2001) apresentam o rebaixamento hierárquico de status como uma consequência que dos estereótipos, e acrescentam que o status socialmente desvalorizado conduz a desigualdades concretas nas interações dos grupos. De acordo com Carmem (E2): “*No hospital a gente não entra. Tem alguns que deixa, dos vigia, e tem uns que não, não querem que a gente nem use o banheiro, nem pegar água.*”¹⁴ Ao rechaçar a presença das pessoas em situação de rua, está configurada a impossibilidade decorrentes do pertencimento a um grupo socialmente desvalorizado, e revela a constituição de barreiras a necessidades vitais de cada ser humano, que Martín-Baró (2017) nomeia como necessidades peremptórias de existência, e cita atos como comer, dormir e proteção dos filhos.

Chiquinha expõe como a relação de sociabilidade é igualmente permeada pela desvalorização: “*Me chamava de piranha, dizia que eu tava alí por tá, me julgava, me chamava de mulher de programa, dizia que... que eu... jogava pedra, passava as coisa na minha cara, né?*” (CHIQUINHA. E3). A constatação de que as pessoas se sentem legitimadas a proferir xingamentos e desferir atos de agressividade com uma pessoa pelo simples fato de estar na rua expressa a hierarquia que se estabelece nas relações sociais fundadas em esquemas discriminatórios.

Para Moura Jr. e Ximenes (2016), a identidade social estigmatizada de pobre torna-se pernicioso por cristalizar o reconhecimento do indivíduo perante os demais, e limita ou enfraquece suas possibilidades de mudança, enfatizam ainda que as pessoas que vivem na rua representam a faceta mais perversa da pobreza. No caso das mulheres, verifica-se que essa estigmatização cruza os referenciais da pobreza e do feminino, de modo que a exposição de suas vidas as fragiliza.

Para Fernandez (2008) a estigmatização corresponde a um processo psicossocial intencional, no qual a injúria e o estereótipo negativo são parte essenciais dos discursos estigmatizadores e favorecem um processo de naturalização, que se dá por meio de uma

¹⁴ Algumas pessoas em situação de rua referem que procuram utilizar as dependências do Hospital Municipal de Maracanaú como ponto de apoio para suprir algumas necessidades básica, visto a localização central desta unidade de saúde, além do fato da emergência do Hospital ser um espaço aberto e de fácil acesso.

atribuição técnica de um estigma, o qual passa a ser de uso generalizado e acaba justificando o tratamento discriminatório. São produzidas generalizações estereotipadas que tendem a simplificar a realidade onde há uma homogeneização dos indivíduos o que contribui para que alguns sejam taxados no campo da inferioridade. Essa homogeneização se apresenta na percepção de Elza (E6): “*ninguém quer respeitar a gente, ninguém. Pensa que todo mundo é igual, é marginal. Não, todo mundo marginal não*”. A percepção de Elza sobre a visão que se tem da pessoa em situação de rua demonstra que, de um modo geral, todas as pessoas são igualadas numa mesma categoria, a de sujeitos marginais ou foras da lei, desconsiderando a singularidade de cada homem ou mulher que está na rua. Isto remete ao que Fernandez (2008) apresentou como categorização estereotipada e naturalizadora, cujas funções são três: simplificar a percepção da realidade, defender o ego e a auto estima de determinados grupos, e manter o *status quo* e socioeconômico.

Relações de poder hierarquizadas são veículos para a produção e cristalização dos estigmas e mantenedores de processos excludentes, que decorrem da classificação social em que as pessoas estigmatizadas são colocadas. Parker e Aggleton (2001) afirmam que tanto o estigma quanto a discriminação só podem ser compreendidos por meio de noções amplas de poder e dominação. Nos seus estudos consideram a centralidade do estigma na produção e reprodução de estruturas de poder que se sustentam em controle de sistemas sociais, e mantém desigualdades hierárquicas nas quais alguns grupos são desvalorizados e outros conservam o status de superioridade.

Sousa (2012) transpõe essa problematização para as pessoas que vivem em situação de rua, e mostra que as representações negativas associadas à população em situação de rua, adquirem um valor que legitima a superioridade daqueles que tem condição diversa. Essa condição de subalternidade é expressa por Tezeza:

Pesquisadora: E, o que que tu achas que as pessoas que não vivem na rua, o que que elas pensam de quem tá na rua?

Tereza: Que somos lixo. Que a gente não existe pra sociedade, de jeito nenhum, a gente não existe. E acrescenta: “A gente simplesmente é um lixo (...) Eles são gente, a gente não, somos lixo. Pra eles somos lixo. Nós não somos aceito na sociedade de jeito nenhum. (TEREZA, E5)

Alcione (E4) também faz referência a palavra lixo: “*Tem gente, passa por a pessoa faz de conta que tá vendo um lixo, faz de conta que tá vendo um cachorro. Tem deles que cospe quando vê a gente*”. Há nestes discursos uma nítida expressão da natureza de pessoas de categoria inferior, mais que isso, são pessoas na classe de não humanos, aqueles que igualados a condição de lixo, o binômio superioridade/inferioridade que marca essa relação mostra que

desumanizar tais pessoas traz a premissa de que podem ser alvo dos tratamentos mais cruéis. Martín-Baró (2017c) faz um alerta de que uma estrutura social discriminadora opera de maneira a impor pressões e repressões aos grupos discriminados. Há, portanto, neste modelo de sociedade que se funda em estruturas de dominação, os estigmas e preconceitos expressos através de atos discriminatórios que julgam e punem determinados comportamentos e modos de vida que, em tese, fogem à expectativa social.

Neste sentido, Carneiro (2011), observa que impera uma concepção de que há uma distinção que faz com que alguns seres humanos sejam considerados mais ou menos humanos que outros, e que isso provoca a naturalização de desigualdades, pois a concepção prevalente no imaginário social de que há pessoas que carregam uma humanidade incompleta, justifica que lhes seja vedado o gozo pleno dos direitos humanos. Entre os componentes do estigma abordados por Link e Phelan (2001), a criação de um rótulo que diferencia e categoriza, faz com que se acredite que a pessoa estigmatizada seja tão diferente que não seja considerada realmente humana.

Analisar a situação de rua sob esse prisma enseja a noção de que as relações sociais que se dão em decorrência do estigma e do preconceito hierarquizam as pessoas de maneira que contém um modelo opressivo o qual mitiga a sua condição de humanidade, fazendo, por exemplo, com que a vida destas pessoas tenha menos valor e sua perda tenham menos significância social. Donoso et al. (2013) ponderam que ser identificado como desnecessário, incômodo ou ameaçador cria permissividade para a eliminação destas pessoas, seja de forma simbólica ou física. De modo similar, Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013) evidenciam o processo de marginalização oriundo da estigmatização como detentor de um reconhecimento perverso de inferioridade, o que potencialmente funciona como justificativa para agressões às pessoas em situação de rua.

A condição de pobreza carrega o peso de mecanismos opressores que vão promover a construção de uma identidade estigmatizada de pobre que é perniciosa àquelas pessoas que a detém pois reduz as possibilidades de transformação desta identidade (MOURA JR.; XIMENES, 2016). Fernandes e Li (2006) ressaltam que as crenças e os mitos que envolvem o estigma atuam no sentido de sua perpetuação, e em seus estudos voltados à saúde mental problematizam como a falta de conhecimento abre lugar para a produção de estigmas e de discriminações que fazem com que a pessoa estigmatizada sinta necessidade de esconder sua condição para angariar aceitação social.

No caso da população em situação de rua agregam-se diversos estereótipos negativos à esta condição, pois ao se identificar que uma pessoa vive e sobrevive das ruas isto ultrapassa o

local de moradia, e outros atributos lhe são conferidos, como o da drogadição, da marginalidade, e no caso das mulheres, de que fizeram algo errado para terem que sair de casa. Carmem (E2) ilustra esta idéia: *“Somo muito discriminado, né?! Vai pedir alimentação, alguma coisa, diz que a gente vai vender por droga, às vez dá alimento, dá roupa, mas diz que ‘é, vocês vão trocar por droga”*”. Sobre a vinculação das pessoas em situação de rua ao uso de drogas, que Carmem aborda em sua fala, Moura Jr. e Ximenes (2016) destacam que o reconhecimento estigmatizado que é dirigido a essa população limita suas possibilidades de existência, já que ocorre uma cristalização da sua identidade num único papel social, o de drogado, cujo significado social já carrega a marca do descrédito e da depreciação, e ainda acrescentam que esse fenômeno produz efeitos na própria identidade dessas pessoas de modo que incide criando entraves à própria superação da condição de rua. Galdós (2008) pondera que quando a informação social sobre o uso de drogas é mais perceptível as pessoas começam a sofrer maior rechaço e discriminações, o que pode contribuir para que sejam ampliados os entraves para abandonar a drogadição. Contudo no que tange à população de rua, é nítida a associação com o uso de drogas, independente da sua ocorrência, o que direciona a uma intersecção de discriminações.

Chiquinha diz sentir-se julgada por estar em situação de rua, como se o fato de ser mulher e estar na rua fosse sinônimo de prostituição, e ainda fazendo um juízo de valor negativo sobre esta profissão, o que revela a incidência de estigma e preconceito no entrecruzamento do gênero, a rua e a prostituição:

Ai, era muitas palavras, as pessoas me julgava muito, viu? Dizia muita coisa comigo e eu ficava me segurando, né? Porque, dizia coisa né, que “é uma menina tão nova”, ficava dizendo coisa, me chamando de mulher de programa, né? Que eles julgam muito, né?!”. (CHIQUINHA, E3)

Chiquinha mostra como o universo das ruas congrega o estereótipo da vivência da mulher na rua com o trabalho como prostituta, como se fosse uma regra para estas mulheres. Este comportamento assinalam a visão preconceituosa da sociedade tanto para a mulher que vive na rua, como para a mulher prostituta. Primeiro porque já se verifica um posicionamento de descrédito para com a prostituta, e segundo uma falsa identificação das mulheres em situação de rua com a atividade prostitucional, o que não ocorre com os homens que igualmente habitam e transitam pelas ruas. O trabalho de Silva (2014) salienta que a prostituição carrega uma simbologia negativa e marginalizada, reforçada por um viés moralizante, e que “O estigma de puta recai sobre toda e qualquer mulher que vivencie sua sexualidade fora dos padrões” (SILVA, 2014, p. 83).

Assim, há dois processos que se entrelaçam, a redução do sujeito ao atributo

estigmatizante, e a responsabilização individual pelo estigma. A responsabilidade pela condição de rua e pelas possibilidades de sair desta condição são imputadas a essa população, desconsiderando os processos de exclusão que são vivenciados pela sociedade.

Para a revelação dos elementos do estigma, a dimensão do poder é essencial. O estigma é inteiramente dependente do poder econômico, social e político. Sem poder, alguns grupos podem tentar estigmatizar outros, mas estas informações não têm força para prosperar. Os processos cognitivos podem ser condições necessárias para a produção de estigma, mas as condições suficientes são processos sociais ligados ao poder, que permitem que a visão de um grupo impere, produzindo reais consequências para outro grupo. (CASAES, 2002, p. 17)

Link e Phelan (2001) fazem uso do termo discriminação estrutural, que são ações, em geral, sutis e que não estão direcionadas, necessariamente a um indivíduo, mas que se configuram em limitações às pessoas pertencentes aos grupos expostos a estigmas e preconceitos. Tais ações produzem efeitos em cadeia, já que o estigma afeta todo o entorno da pessoa, de modo que haja exposição a uma série de situações adversas, desta forma a discriminação funciona diminuindo as chances de vida desses grupos.

Casaes (2007) demonstra como o estigma vincula o sujeito ou grupo à discriminação, fazendo com que a pessoa estigmatizada ocupe um lugar inferiorizado em relação a qualquer grupo social do qual participe. Acrescenta ainda que há situações em que, à despeito de um comportamento momentâneo de discriminação, os sujeitos estigmatizados são postos em situações de prejuízos, e definiu tal situação como discriminação estrutural. No caso da população em situação de rua, o acesso à saúde, assim como a outras políticas, é obstaculizado por exigências que desconsideram particularidades desta população, por exemplo a exigência de acompanhante para internação, a apresentação de documentos para o acesso aos serviços de saúde, ou mesmo a oferta insuficiente em unidades de acolhimento, que distanciam a população de um direito.

O momento de internalização do estigma que de acordo com Felicíssimo et al. (2013), se dá à proporção que o indivíduo vai tomando consciência de sua condição e passa a concordar com o que é dito a seu respeito, assumindo e reproduzindo o estereótipo negativo que recai sobre si. Carmem (E2), ao narrar o que pensa da discriminação dirigida às pessoas que vivem nas ruas, revela o quão intensa é a internalização desses estigmas e preconceitos.

Pesquisadora: Que discriminam, por que tu acha que elas fazem isso?

Carmem: Eu acho, assim, porque, no meu pensamento, do jeito que nós tamo na rua, que tem tudo, vai ter roupa, vai ter tudo. Se nós tem tudo nas mão, vai trabalhar pra quê? Eles morrem de trabalhar pra nós chegar e pedir, assim, na facilidade, passa o dia sem fazer nada, né? Eu acho que num ponto eles têm razão, que a gente alí tem tudo e eles que trabalham, com maior sacrifício, tenta se erguer e não consegue trabalhando, e nós alí na rua nós temo tudo. Alí eles diz assim: "Uns vagabundo desse" - né? Na mente deles - "a gente morre de trabalhar(...). Vão trabalhar" - como eles diz, né? - "vão trabalhar, seus vagabundo. Seus drogueiro".

Tem uns que passam e diz isso. Mas num ponto eles têm razão, mas não é todos que são iguais. (CARMEM, E2)

A ideia de que atributos negativos prevalecem quando se faz referência às pessoas que vivem nas ruas está incorporada neste diálogo, onde Carmem reproduz os qualificativos socialmente conferidos a essas pessoas, como o de vagabundo e usuário de drogas, ela revela sua concordância com a ideia de que quem vive na rua tem uma vida fácil por não estar inserido em atividades produtivas, o que demonstra que introjetou um reconhecimento estigmatizado. Para compreender este processo recorro a Ferreira et al (2014) os quais afirmam que o estigma internalizado indica a concordância com o preconceito que é dirigido a membros de um subgrupo e faz com que passem a adotar atitudes negativas contra si, e isso afeta a qualidade de vida das pessoas. Essa perspectiva é muito comum em determinados grupos, o quais, por vezes adotam o estigma como legítimo e o reforçam entre seus pares, ou se colocam em situação de inferioridade perante àqueles que estão fora do grupo.

Caso se considere que as relações sociais decorrem de um processo dialético que movimenta trocas, é possível compreender que os estigmas e preconceito se organizam de modo a transcender aqueles que os exprimem, e podem, tal qual ocorre com outros processos opressivos, serem assumidos mesmo pelas pessoas que estão na condição de alvos desses fenômenos. Ferreira et al. (2014) referem-se ao processo de estigmatização como uma desvalorização do indivíduo, que decorre de características consideradas inaceitáveis e que implica em julgamentos morais e discriminação. Com fundamento nos estudos de Corrigan e Watson (2002), apresentam uma definição de estigma internalizado como aquele em que, num processo de subjetivação, o indivíduo toma ciência do estigma destinado ao grupo ao qual pertence e passa a concordar e assumir os preconceitos direcionados ao grupo estigmatizado. Em Oliveira e Ronzani (2012) tem-se que o processo de estigmatização conta com a outorga de rótulos e estereótipos negativos, além da atribuição moral, que seria uma forma de responsabilizar um indivíduo pela causa e pela solução do seu comportamento.

A situação de rua vista individualmente coloca sobre a pessoa que está na rua a culpa, a responsabilidade por esta vivência, assim como pelos percalços intrínsecos à tal condição e pela possibilidade de saída das ruas. Na avaliação de Romanini e Detoni (2014), mesmo profissionais de saúde, educação e assistência social tendem se valer de análises pautadas em concepções a-históricas, que por naturalizarem fenômenos sociais, acabam produzindo e reproduzindo processos de culpabilização de indivíduos e grupos. Cruz (2016) afirma que reduzir as pessoas a adjetivos estereotipados contribui para que elas não se percebam como sujeitos da própria história, e fragiliza o potencial de transformação da situação em que se

encontram, e ressalta que o processo de culpabilização das famílias, e eu acrescentaria dos indivíduos, favorece uma certa desresponsabilização do estado na prestação de políticas que garantam proteção social àqueles que são pauperizados e marginalizados.

Rondon Filho (2013) ressalta a objetificação do sujeito estigmatizado, que frequentemente é o alvo da piada e da chacota, e que muitas vezes pode ser inclusive, introjetada pelo sujeito estigmatizado. O processo no qual as figuras de linguagem e as denegações funcionam como reafirmação do estigma conduzem a um movimento de solidariedade entre os opressores, a afirmação do lugar de dominação, que se faz por intermédio da negação da intenção estigmatizadora: “ O silêncio, como violência simbólica, caracteriza a ‘vergonha de si’, sendo a postura não verbal a postura de desprezo pelo outro”. (RONDON FILHO, 2013, p. 273). Compreende-se que essa forma de lidar com o sujeito estigmatizado só evidencia a relação de menos valia em que é colocado, e acentua, através da subalternização, a naturalização do estigma.

4.2.1 A estigmatização e sentimentos de vergonha e humilhação vividos pelas mulheres em situação de rua

A população que vive nas ruas, em especial as mulheres, carregam modos de vida que são afetados pelos processos de opressão e dominação, que se cristalizam por meio dos estigmas e preconceitos. Uma das consequências do estigma e do preconceito na vida de um sujeito que sofre as práticas discriminatórias, são as experiências que evocam práticas de humilhação capazes de fomentar sentimento de vergonha.

O reconhecimento de que existem pessoas marcadas pela menos valia e pela subalternidade, é capaz de fundamentar estas práticas de humilhação. Alencar e La Taille (2007) afirmam que no cotidiano há várias maneiras de práticas de humilhação atingirem uma pessoa, e para compreender o conceito fazem alusão à definição de respeito como sendo o reconhecimento de que alguém é dotado de direitos e possui uma dignidade intrínseca, dessa forma articulam a humilhação como o seu oposto. Ainda fazendo referência à dignidade, Zavaleta (2007) apresenta como elementos da humilhação o fato de ser um ato ou evento externo, a diminuição da dignidade e do orgulho, e a desigualdade nas relações de poder, de modo que há uma diminuição ou uma degradação da identidade de alguém, ou seja, a humilhação é um fenômeno complexo que ocorrem numa relação. La Taille (2009), por sua vez, classifica a humilhação como um ato de violência. O sofrimento psíquico suscitado por estas práticas de humilhação fomenta o sentimento de vergonha (MOURA JR.; XIMENES;

SARRIERA, 2013)

Em contrapartida a vergonha, que surge quando este percebe a diferença e, assim como o restante da sociedade, atribui um valor negativo à sua condição. E, como exposto por Estanislau e Ximenes (2016) está vinculada ao fato da pessoa submeter-se a uma autoimagem negativa, a uma percepção depreciativa de si mesmo. Enquanto Zavaleta (2007) ressalta que na vergonha impera uma ideia de não corresponder aos próprios padrões, expressa, pois, um caráter individualista. E como tal, Moura Jr. (2015) alerta que o sentimento de vergonha pode advir mesmo que não esteja associado a uma situação real. Assim reside, neste ponto uma grande diferença entre humilhação e vergonha, pois enquanto o sentimento de vergonha se dá pela apropriação do valor negativo ou depreciativo, na humilhação, o ato de rebaixamento é tido como injusto.

Dentre as entrevistadas foi marcante a presença desse sentimento de humilhação frente a situações onde os estigmas e julgamentos morais as colocavam em situação de discriminação:

Pesquisadora: Eu vou contar aqui uma história e você vai me falar o que que você pensa dela. Tá? É... É a história de uma mulher chamada Graça, que ela mora na rua, ela tem 33 anos, e na rua ela vive só. Ela trabalha com reciclagem e dorme no centro, perto de uma farmácia. A Graça reclama que as pessoas, quando ela está dormindo na rua, as pessoas passam e não notam que ela tá lá. Outras vezes, Graça reclama que as pessoas só notam quando é pra mexer com ela. O que é que cê acha dessa história?

Carmem: Isso é humilhação, né? Pra gente que tá ali, né? Porque a gente já tá passando uma crise ruim, né? E ainda fazer isso com a gente. É uma dor que a gente fica na mente, será que um dia eles não vão passar por isso? O mundo dá muitas volta. E um dia ela está ali, um dia ela vai tá na casa dela, linda e maravilhosa, que nada pra Deus é impossível, né? E um dia eles vão tá lá, com a mesma situação dela, e ela vai ter pra dar a eles. Eu penso assim, que um dia eles vão vencer, assim, tem que querer, como eu. Eu quero isso pra mim, não quero essa vida. (CARMEM, E2)

Essa história contada a Carmem, foi a mesma para cada uma das mulheres entrevistadas, e diante da qual Alcione reagiu:

Parecida com a minha. A gente que mora na rua, a gente é muito humilhado. Tanto a mulher como o homem. Tem gente, passa por a pessoa faz de conta que tá vendo um lixo, faz de conta que tá vendo um cachorro. Tem deles que acospe, cospe quando vê a gente. Quando a gente vai pedir uma ajuda, manda logo a gente sair de perto. Pra mim eles pensa, é com nojo da gente que mora na rua com medo da gente assaltar. A rua divia, essa vida de rua, é homilhada menos (...). (ALCIONE, E4)

A representação do que é considerado humilhação nos trechos apresentados, mostra a discordância de Carmem e Alcione com a prática de humilhação, revela ainda que há uma divisão entre nós, como sendo as pessoas que sofrem esse processo, e eles, o grupo de pessoas que por não estarem na condição de rua assumem um lugar de superioridade e sentem-se

legitimados a cometer as práticas discriminatórias que culminam no sentimento de humilhação. De acordo com Kunz, Heckert e Carvalho (2014) pensar a população em situação de rua significa não só pensar o uso da cidade, mas as relações sociais que se produzem nesse cenário, das quais não se pode escapar de pensar as relações de poder, e ressalta como efeito a criminalização de modos de vida que parecem destoantes. Moura Jr. (2015) frisa que os atos de humilhação, independente da forma como são manifestados, são geralmente atos de injustiça. Spiassi (2016) adverte que para as mulheres em situação de rua a humilhação é mais contundente, já que elas se percebem numa relação de maior desvantagem, pois além do coletivo da sociedade, no próprio grupo de pessoas em situação de rua, elas estariam em desvantagem.

Além de um ato de injustiça a exposição às situações de humilhação se caracteriza, segundo Moura Jr. (2015), como ato de violência simbólica. Nesta qualidade são tidos como produtoras de sofrimento. Questionadas sobre como se sentiam frente à discriminação Chiquinha e Tereza se posicionam:

Muito mal, né? Chorava muito, eu. Chorava demais, demais, demais, demais. E aquela palavra, assim, aquela palavra era uma palavra tão dolorosa que eu não (...) não aguentava. Eu não aguento, eu não sei aguentar as coisa dos outro e, assim, responder a pessoa. (CHIQUINHA, E3)

Eu chorava. Eu chorava, chorava mesmo. Chorava que às vezes, assim, até, assim, deu perguntar alguma coisa pra uma pessoa e a pessoa não me responder, e eu às vezes ficava revoltada e dizia: “Tu já olhou pra dentro da tua casa? Tu já olhou pra onde é que teu filho vai? Se ele vai mesmo pra escola? Se ele anda com boas amizade? Vai ver não, né?”. Era isso que, às vezes, eu respondia pras pessoas que me desprezavam. (TERREZA, E5)

As narrativas apresentadas estão carregadas de afeto, de modo que traduzem o impacto do sentimento de humilhação na vida dessas mulheres, um desmerecimento que paralisa Chiquinha e que enseja em Tereza o sentimento de revolta. Embora seja um fenômeno social que opera no campo das relações, a humilhação é apresentada por Carmem (E2) como uma vivência pessoal, única: *Porque o preconceito é com nós tudinho, a humilhação, às vezes empurram a gente: “sai daqui, bando de bebo véi, drogueiro”. É nós todos que passa por isso. Só quem entende mesmo a gente é quem já passou, por isso, né?”. Esta percepção contribui para que se assimilar as diferentes formas de reação que manifestam numa situação de humilhação. Para Zavaleta (2007), a humilhação, assim como a vergonha têm inúmeras repercussões no bem estar psicológico. Num prisma semelhante, Estanislau e Ximenes (2016) ressaltam que o contato sistemático com as situações de humilhação originam adoecimento devido a condição de oprimido.*

Moura Jr. (2015) mostra que a pobreza enseja práticas de humilhação que podem fomentar sentimentos de vergonha e inferioridade, e destaca que a vergonha desencadeada por uma situação de pobreza está relacionada atitudes estigmatizantes, que se processam por meio da legitimação de um julgamento pessoal sobre si. De acordo com a Figura 2, apresento essas relações:

Figura 2 – Relações entre Estigma, Humilhação e Vergonha



Fonte: Elaborado pela autora

Assim a relação que se estabelece no cenário das ruas passa pelo reconhecimento dos preconceitos, estigmas e discriminações como tessituras de processos de opressão que se moldam na vida das mulheres em situação de rua a partir de vivência de sentimentos de vergonha e humilhação. A relação que se estabelece entre a humilhação e o sentimento de vergonha não é linear, mas o constrangimento experimentado por essa exposição pode fazer com que estas mulheres assumam como próprios os julgamentos desqualificadores de seus modos de vida.

A identificação das experiências do sentimento de vergonha foi apresentada por Estanislau e Ximenes (2016) como de difícil acesso, isto porque torna-se doloroso expressar o próprio descrédito, de forma que a reação mais comum é escondê-lo, muitas vezes não sendo expressa diretamente, mas figurando num discurso que seja capaz de demonstrá-la. Foi contando sobre o seu cotidiano que Alcione (E4) explicitou o seu sentimento: *“Por causa do vício da cachaça e a droga. Eu era uma pessoa, uma cidadã mesmo, hoje em dia eu não me considero mais não, como (...) como, como gente. Eu me considero como indigente”*.

Soldera e Hashimoto (2012) trazem a perspectiva de que a vergonha está situada na

relação de cada pessoa consigo mesma e com o grupo do qual faz parte. E, mesmo que Alcione esteja no grupo de pessoas que vivem nas ruas, mantém referências das regras de convivência que antecedem esta experiência, de maneira que o uso abusivo de drogas e o modo de vida na rua se apresentam para ela como falhas, de tal gravidade que faz com que ela não se perceba como gente. Não é redundante mencionar que a sociedade julga com uma acidez muito mais corrosiva o uso de drogas pelas mulheres, com elas não há condescendência, então uma mulher que além do uso abusivo, mora na rua, ela não é gente. Rosa e Brêtas (2015) alertam que a maior vulnerabilidade das mulheres nas ruas tem suporte nas discriminações sociais sofridas frente ao uso de drogas e a habitação da cidade. La Taille (2002) afirma que a vergonha é um sentimento vinculado a um controle interno, é um julgamento de si mesmo.

O contato com esse sentimento, por vezes pode ser tão doloroso que repercute em antecipar o descrédito que poderia ser manifesto por outras pessoas ou grupos. É o caso da situação suscitada por Tereza ao revelar que sofrera violência sexual e o motivo de não ter denunciado seus agressores:

Quem é que ia acreditar, quem é que ia acreditar que eu chegasse pra mãe desses rapazes, que eu chegasse numa delegacia, contasse a história do começo ao fim que eles fizeram comigo? Quem que ia acreditar? Numa noiera, numa moradora de rua, quem é que ia acreditar? Iam era rir da minha cara, não ia dar em nada. Era capaz de dar era em morte, eles voltar e me matar. E assim eu deixei quieto. Todo dia eu via a mãe dele, a mãe dele ia lá no extra comprar pão, comprar leite, falava comigo, às vezes me dava pãozinho. Quando eu olhava pra ela eu chorava e ela me perguntava por que, e eu disse: “não, por nada. Saudade mesmo da família, só isso”. (TEREZA, E5)

A dor de Tereza, talhada em cada uma de suas palavras, tem relação com a ponderação de Zavaleta (2007), para quem o sentimento de vergonha está associado a baixa auto estima. Moura Jr. (2015) avalia que a vergonha e a humilhação, na confluência com a pobreza, estão relacionadas a sentimentos de inferioridade e ao isolamento social, inclusive com retração na busca por serviços públicos, todavia ressalta a capacidade de cada pessoa de desenvolvimento das potencialidades. Assim sendo, ainda que as opressões engendradas e mantidas culturalmente por processos estigmatizantes que ensejam os sentimentos de vergonha e humilhação com grande repercussão na forma como estas mulheres conduzem seus modos de vida faz emergir a necessidade de, ao reconhecer cada uma das mulheres como sujeitos de possibilidades e ponderar sobre os processos de resistência empreendidos por elas.

4.3. Processos de Resistência: a luta cotidiana das mulheres em situação de rua

A condição de rua está cercada de processos opressivos, e neste trabalho foi tratado especificamente de como os estigmas e preconceitos atravessam a vivência nas ruas. Todavia é necessário tornar evidente que não estou propagando a vitimização das mulheres em situação de rua. E pretendo apresentar processos de enfrentamento a essas experiências, que colocam as mulheres alvo desta pesquisa na perspectiva de suas potencialidades. Mayorga (2014) se refere à necessidade de, radicalmente, reconhecer o lugar de fala das pessoas com quem se trabalha. Assim, portanto, apresentar os processos de resistência das mulheres que vivem nas e das ruas é também apresentar suas vivências pela ótica do reconhecimento. E evidenciar que ao relatar suas histórias, estas mulheres compartilharam pedaços de suas almas, mostrando uma incrível capacidade de resistência.

Essa população que historicamente sofre no urbano. Não deixa de ser ao mesmo tempo resistência e insistência, embora como produto da desigualdade e exclusão social, o Morador de rua traz consigo o criativo na cidade, a expressão de uma vida urbana em construção, mas para isso, suas perdas e sofrimentos são intensos. Pagam um alto custo, sendo expressão da busca pelo direito à cidade, tentativa de realização do urbano através da participação na construção da cidade e negação da cidadania, aí residem marcas do Sofrimento Urbano. (PAZ, 2016, p. 150)

Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016), ao tratar do conceito de enfrentamento atribuem o sentido que sinaliza que as pessoas criam alternativas para encarar as situações adversas e, fazem uso da expressão modos de enfrentamento para dar voz às estratégias que se organizam num determinado contexto e consideram os elementos disponíveis na dinâmica das relações a que as pessoas acessam.

Debruçar-se sobre os modos de enfrentamento é buscar conhecer processos que, por si só, são movimentos, no sentido de reconhecer as formas de resistência encontradas pelos sujeitos, os ajustes e as mudanças que acontecem nas formas destes se relacionarem com seus contextos e circunstâncias. (NEPOMUCENO; SILVA; XIMENES, 2016, p. 338)

Bandeira (2009) identifica resistência como as estratégias desencadeadas por mulheres contra os padrões de comportamento sociais e culturais que as situam de modo desigual na nossa sociedade e efetivam uma hierarquização em razão do gênero. Neste estudo faço a opção de utilizar o termo resistência para colocar em destaque as relações dos processos de enfrentamentos empreendidos por essas mulheres como uma marca de gênero e com isso demarcar o campo de entrelaçamentos de opressões que identificam estas mulheres e suas lutas cotidianas.

A compreensão de Wolf (2015) indica a amplitude deste conceito, e ressalta que se trata de um movimento individual ou coletivo de reação ao poder, e como tal existe onde

existir poder, portanto adquire caráter relacional. Aqui trato do poder que é exercido pela via de estruturas patriarcais e de classe que condena o modo de vida dessas pessoas que tem na rua seu ponto de referência. Compreendo que enfrentar o cotidiano das ruas, com os obstáculos estruturais para a manutenção de uma pessoa, é por si só, uma condição de dificuldade e adversidade, contudo este é um cenário que agrega toda uma gama de situações de cunho relacional e subjetivo que se impõe, de modo mais intenso e agudo às mulheres que se encontram nesta situação. A rua é, então, um fator de risco para as mulheres, sobretudo, quando se distingue o antagonismo entre a hostilidade do ambiente público e a imagem que cerca o feminino, neste contexto, a vida destas mulheres pode apontar para um sinal de resistência.

Ao contrário do que o imaginário social tem evocado como característica de quem vive nas ruas, por associar-lhes à inércia ou à dependência governamental, Pereira (2008) argumenta que a própria vida de quem está em situação de rua é testemunha de experiências de enfrentamentos e afirma não haver trégua para quem vive esta condição. Elza (E6) expressa a sua força de resistência frente ao cotidiano das ruas:

O pior dia é o final de semana, sábado e domingo. Mas na semana não, que a gente vai prum canto, um dá uma coisa, outro dá outra, né?! Ajuda com o que pode, mas no final de semana ninguém vê quais ninguém no mei de rua, que sábado e domingo. pra tomar banho, pra tomar banho, pra né... pra tomar banho, pra escovar o dente, essas coisa, né?! Outas coisa, né?! Porque ninguém dá não pra ir pra banheiro não! Ninguém dá não. A não ser que vá pro Hospital, né?! No Hospital, ou assim um canto, porque no caso em casa ou em restaurante ninguém dá não. (ELZA, E6)

Como alternativa a esse tipo de dificuldade relatada por Elza, uma solução estratégica é apresentada por Carmem (E2):

Dificuldade só é... no hospital, a gente já não entra. Tem alguns que deixa, dos vigia, e tem uns que não, não querem que a gente nem use o banheiro nem pegar a água. Ai nós falemo com o rapaz do posto, que é perto do hospital, aquele posto de gasolina, aí liberou pra nós banheiro e água pra nós cozinhar... Lá. Tudo nós faz lá, banha, água e tudo. Agora, no hospital a gente... um dos guarda deixa, outros não. Nós não podemos entrar lá.

As incertezas de um cotidiano marcado por privações se constituem como desafios para a realização de tarefas que para quem está distante do contexto da rua são atividades corriqueiras, para tais mulheres estas ações requerem um conjunto de estratégias que lhes permitam acessar espaços e lugares capazes de prover estas carências. Neste caso, os processos de resistência mesmo que não envolvam a superação da condição de rua, estão voltados a permitir resguardar, minimamente, aspectos que dizem respeito à alimentação e ao autocuidado. Os manejos feitos por estas mulheres coadunam com as observações de Kunz,

Heckert e Carvalho (2014) sobre os modos de sobreviver na cidade, pois são necessárias táticas e astúcias para desviar-se de proibições e dar novos usos e significados a objetos e lugares, de forma que se constroem desenhos diferenciados para os espaços urbanos.

As estratégias para preservar a própria integridade física, manter-se viva, diante das ameaças que circundam a rua também refletem esse movimento de resistência. A proteção contra possíveis ameaças que se apresentam nas ruas é prioridade para Chiquinha:

Ah, eu tinha uma colega minha (...) que ela já tava não só dois meses, ela já tava mais tempo do que eu, né? Mas só que, assim, ela não tinha lugar certo de ficar, né? Aí ela, ela fica muito distante de mim, né? A onde ela ficava era muito perigoso, aí eu não ficava no mesmo canto que ela, né? (CHIQUINHA, E3)

Esses movimentos e estratégias são formas de enfrentar riscos que moldam o cotidiano das mulheres que vivem na rua, a escolha de ficar só ou fazer parte de grupos, assim como os deslocamentos territoriais, muitas vezes são determinados pela necessidade de proteção. Visão compartilhada por Pereira (2008), que pesquisou a vida da população de rua de Brasília, afirma que há uma superexposição à violência, seja ela praticada pelos grupos de pessoas que vivem nas ruas, pela sociedade civil e pelo próprio Estado através de seus órgãos de segurança e como estratégia para conviver e resistir seria necessário manter-se escondido.

A própria trajetória que antecede a ida para as ruas pode revelar um comportamento de resistência frente às expectativas destinadas à mulher. Mesmo considerando que a família pode ser um lugar acolhedor e de transmissão de valores éticos, Marchi, Carreira e Salci (2013) chamam atenção para o fato de que num aspecto microsociológico a família tem importante papel no percurso que leva uma pessoa a viver na rua. Campos (2016) ressalta que, para além de uma situação imposta, a rua se apresenta como uma estratégia de resistência a violências sofridas. A experiência de Carmem (E2) é um exemplo da resistência ao modelo convencional, pois mesmo tendo uma casa, onde o marido mora com as filhas, a rua é para ela a opção mais viável:

eu prefiro tá na rua de que em casa, porque lá em casa eu sou mais discriminada de que na rua. Se eu vou comer é... lá é 'rapariga véia', 'vagabunda', 'vai pros teus mindingo', 'vai fumar tuas droga', mas não é essa realidade da minha vida, minha vida é na semana atrás de faxina¹⁵, tá aqui meu dedo, ó, é capinando". (CARMEM, E2)

Para a entrevistada a rua parece ser o espaço de exercício de sua liberdade, entendida como possibilidade de escolha e de exercer sua autonomia sobre as pressões que regulam seu comportamento no ambiente familiar, visão que coaduna com a percepção de Andrade, Costa e Marquetti (2014), para quem as pessoas em situação de rua são transgressores de um modo

¹⁵ Para obter renda, durante os dias da semana Carmem realiza trabalhos esporádicos e informais diversos, desde faxina, a atividades de jardinagem e acompanhamento de pacientes hospitalizados.

hegemônico de viver, pois modificam o cenário urbano ao trazer a vida privada para o espaço público, e com isso redimensionam práticas cotidianas, as relações sociais e os lugares. Enquanto Tiene (2004) argumenta que a despeito de situações de violência, humilhações e sofrimentos vividos na rua, a possibilidade de uma certa independência com relação às pressões da vida familiar e até da opressão de um cotidiano doméstico, faz com que a rua adquira um papel de reconstrução, o que reforça a rua também como espaço de resistência para essas mulheres.

Ainda no tocante à trajetória para rua como um modo de resistência, Bandeira (2009) adverte que a maior parte da violência de homens praticada contra mulheres está relacionada à divergência dessas mulheres a um padrão normativo de comportamento, que é atribuído a elas nas relações familiares. A rua pode representar o meio de negação desse lugar que é atribuído, e com o qual se associa a violência doméstica:

Pesquisadora: E pra você como é ser mulher e estar na rua?

Elza: né bom não, eu já vivi, doente das mão, eu já convivi com três homens, os três homi quase me mata. Um quase me mata de peia, quase me mata que eu tenho até os papel da delegacia, quais me mata de peia, fiquei com a cara quebrada, o outro quebrou minha mão, todo homi que eu arrumo quer judiar comigo, não sei porque.

Pesquisadora: E a senhora conheceu eles depois que a senhora tava na rua?

Elza: Eu conheci eles pa num ir pro mei da rua, ficava com eles pera casa, pera ajuda, né?! Mas foi melhor ficar na rua que ficar com eles.

A narrativa apresentada por Elza, traz à tona a realidade de violência doméstica, e mostra que aliada à condição de pobreza, esta violência impulsiona a mulher para a vida na rua, assim a rua figura como última alternativa para superar a trama de violência em que se encontra. Embora o Brasil conte com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar¹⁶, apenas o ditame normativo é insuficiente para coibir a violência perpetrada contra as mulheres no contexto familiar. As raízes históricas desse modelo que se circunscreve nas relações de conjugalidade deve considerar como marca as relações íntimas e pessoalizadas, e, como descreve Bandeira (2013), a relação conjugal permeada pela violência desloca o sujeito do amor para o objeto dos maus tratos, e está articulada a um contexto maior de violações direcionadas ao feminino.

¹⁶ O conceito de violência doméstica e familiar incorporada na Lei 11. 340/2006 (Lei Maria da Penha):

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Destaca-se que a complexidade do fenômeno da violência doméstica contra mulheres não pode ser entendida de maneira desarticulada do lugar ou do contexto que ocupa em uma rede mais ampla de violência estrutural, cuja interseção com outros fatores determinantes das dinâmicas sociais, tais como as condições de classe social, raça/etnia, geracionais, assim como representações sociais femininas e masculinas hegemônicas. (BANDEIRA, 2013, p. 63)

A violência direcionada à mulher transcende a violência doméstica e familiar, e nas ruas a violência sexual se converte no maior temor. Para enfrentar a ameaça e o medo as mulheres recorrem desde a força para lutar, como é o caso de Elza (E6) *“E ele quase me mata, me rasgou todinha, mas ele não transou comigo, eu lutei com ele”*, ou por meio do jogo de transformação com o próprio corpo: *“Me vestia como macho, com medo. Já fui tentada ser estuprada, mas num deu certo não, A vida né boa na rua não”* (JOANA, E7). Segundo Carvalho (2008), alguns modelos de resistência são percebidos pela forma como as pessoas dispõem de sua linguagem e seu corpo. Como destacado por Silva, Lemos e Galindo (2016), cada grupo social conta com modos específicos de uso do corpo, que se vincula ao contexto social desses grupos, e sendo assim são as expressões culturais são incorporadas à corporalidade por processos de adaptação.

Há ainda, diversas formas de violência urbana que transformam as noites nas ruas em lugar de incerteza e se materializam como risco:

Eu não durmo, eu passo a noite bebendo, com medo de alguém chegar e pegar nós dormindo e fazer besteira (...) Aí, como eu tô na rua, eu fico preocupada, principalmente com a pessoa que tá do meu lado, que não deve nada a ninguém. E eu, como eu devo, eu tenho medo, eu fico acordada, porque qualquer hora pode chegar alguém pra me fazer mal e fazer com a pessoa que tá do meu lado. E eu tano acordada, eu já grito, eu já chamo, pra se acordar, pra poder correr. (ALCIONE, E4)

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) definem o sono nas ruas como um desafio, que somente se torna possível se a pessoa estiver sob o efeito de alguma substância psicoativa, pois ela contribuiria para passar por essa hora, já que tenderia a permitir que, mesmo o sono turbulento, seja factível. Afirma, ademais, que para sobreviver nas ruas das cidades é preciso driblar os perigos e dar novos significados a lugares e objetos, de modo a produzir um novo desenho no espaço urbano. Driblar a noite e manter-se alerta era o recurso utilizado por Tereza (E5), enquanto Joana (E7) mostra que os obstáculos ao sono são permeados pela reação da sociedade civil à população de rua e ao uso do território.

Eu dormia ali na rodoviária. Tinha às vezes, tinha guarda que deixava eu dormir lá. Tinha alguns que deixava e outros não. Aí, quando num deixavam, aí era noite de passar a noite acordada, porque eu tinha medo. Eu já vi muita coisa feia, pessoa dormindo e a outra chegar, jogar uma pedra na cabeça sem a pessoa fazer nada. Aí isso eu temia. Aí eu ficava acordada, que tinha umas barraquinha lá. Eu ficava acordada, quando era de dia eu ia trabalhar, começava a trabalhar de manhã bem cedo. ” (TEREZA, E5)

Mulher as pessoas que vivem na rua é uma situação muito difícil, muito ruim, porque você vai dormir na porta de uma loja, de manhã o home lhe acorda esculhambando se você vai dormir noutra canto é capaz de ser morto de noite, se você dorme na praça o guarda bota você pra ir simhora, rapaz o jeito é ir pra beira da lagoa dormir, porque num tem um canto, ninguém deixa você dormir nas calçada. (Joana, E7)

O que mobiliza a força de algumas mulheres que estão nas ruas, por sua vez, é sua relação com a maternidade, podendo figurar como aquilo que as as impulsiona para sair da condição de rua. Beth (E1) demonstra o valor da relação com a filha: “*Tudo que eu tenho na minha vida é minha filha*”. Estar perto dos filhos proporcionando uma relação de afeto e segurança esteve presente na narrativa de Carmem (E2):

eu quero um trabalho, quero cuidar da minha fia (...)Na semana minha vida é só pra minha filha, que é direto porque é por isso mesmo que eu quero o aluguel social pra mim ajudar minha filha, porque por mim não. Por mim eu sou bem vinda, eu vou pra CEASA, por mim não falta nada. Eu chego é com sacola de roupa que o pessoal me dão, dão comida, dão tudo, o problema só é ela, porque se não fosse, eu tava de boa mesmo.

A relação com a maternidade é permeada pelas rupturas e violências, que orientaram a saída para as ruas. Isto fez com que algumas delas deixassem seus filhos aos cuidados de parentes. Biscotto (2016) menciona que algumas mulheres preferem deixar seus filhos para adoção ou com parentes. E mesmo quando os filhos permanecem na família ampliada, é difícil a manutenção de contatos e do vínculo, embora, como conta da Silva (2012), algumas mulheres mantenham contato, e procurem contribuir com alguma roupa ou outra necessidade que os filhos possuam. Nos relatos das mulheres entrevistadas por Rosário (2015) e Bortoli (2017) é recorrente a menção de que tem filhos e que estes estão com a avó, demonstrando que esta atitude se faz em função do cuidado com os mesmos. Estando expostas aos perigos da rua, as mães não querem o mesmo para seus filhos. E, mesmo que a situação lhes cause sofrimento, é preferível aos riscos inerentes à sua condição de vida.

Magno, Dourado e Silva (2018) associam a resistência à experiência de estigma, evidenciando que diz respeito a intensas relações de poder, e como resistência e poder coexistem, a experiência do estigma enseja possibilidades de resistência. Assim, a força da resistência estaria naquilo que, contrariamente, parece o seu oposto, a dominação, o que me leva a compreender que os modos de vida dessas mulheres carregam em si, modos de resistência, e que, mesmo não havendo um processo de organização coletiva, a resistência se materializa por meio do cotidiano e da vivência dessas mulheres. O preconceito e a discriminação podem se expressar de maneira explícita ou tácita e o confronto com as atitudes discriminatórias é um modo de resistência direta:

a gente vai querer conversar e as pessoa [fez um gesto agarrando a bolsa] Ei mulher eu num sou ladrona, não! Pode confiar que eu não sou ladrona. Pode procurar meu nome na delegacia que você num encontra não. Encontra de violência, mas de roubo não, viu?! E é desse jeito, é (...) Respondo. Pode olhar em qualquer delegacia que eu não sou ladrona não, agora a senhora não quer me atender, tem problema não, desculpa aí. É.. é desse jeito. (ELZA, E6)

4.3.1 Apoio social no enfrentamento à opressão e ao estigma

Ao configurar uma limitação de acesso a direitos, a discriminação, os estigmas e preconceitos têm uma carga de prejuízos sociais, sendo necessário empreender estratégias para seu enfrentamento. Ferreira et al. (2014) argumentam que uma rede de suporte social é capaz de funcionar como fator de proteção frente ao processo de estigmatização, e o definem como a percepção de estima e pertencimento a uma rede social da qual emergem deveres recíprocos. Em seus estudos os autores verificaram que o conceito de suporte social é cercado de variações.

Casaes (2007) apresenta duas abordagens do conceito, uma abordagem objetiva, que se concentra na estrutura da rede de apoio, e outra que denominou funcional, que lida com as percepções das relações sociais, e ao optar por uma abordagem funcional mostra que se trata de uma enunciação multidimensional, onde se inserem uma perspectiva de ajuda emocional e instrumental, que seria composta pela provisão material do suporte. De forma mais pragmática, Valla (2000) ressalta o caráter de reciprocidade do apoio e a produção de efeitos positivos para quem dá e quem o recebe.

Ao ponderar que o apoio social é de suma importância para que as pessoas possam lidar com eventos estressores, Marengo-Escuderos e Ávila-Toscano (2016) fazem referência ao conjunto de recursos emocionais, materiais e informativos que são dispostos numa rede de apoio. O cotidiano das mulheres que estão nas ruas é marcado pela instabilidade e sentimento de estarem ameaçadas, para se manter neste contexto é preciso encontrar estratégias de resistência que lhes garantam alguma proteção: *“Eu me sinto mais bem na rua de que em casa, porque entre nós, é seis, né? Nós fiquemo todo mundo junto. Ninguém mexe com a gente, é um defendendo o outro”* (CARMEM, E2).

A participação em um grupo de convívio na rua é o que garante proteção à Carmem, pois no coletivo as relações de convivência ultrapassam a demanda pelo provimento de necessidades fisiológicas e se revertem em anteparo e segurança. Silva (2012) destaca que há dois fatores de motivação para a formação de grupos no contexto das ruas, o compartilhamento de informações sobre as fontes de sobrevivência física, como por exemplo a alimentação, e a vinculação com pessoas que se encontram na mesma situação para

integração e constituição processos de ajuda, o que demarca a convivência como ponto para a construção de sociabilidade, pois ao fazer parte do grupo se estabelece uma rede de solidariedade e camaradagem, que atrelada ao pertencimento, promove proteção e segurança.

Martins (2005) evidencia o apoio social a partir da função que alguns grupos ou pessoas significativas desempenham para uma pessoa, sobretudo em determinadas situações de sua vida. O autor apresenta a classificação desenvolvida por Barrón e que tem por parâmetro suas funções e efeitos: apoio emocional, sendo aquele no qual se verifica a disponibilidade de ter alguém com quem falar e que contribui para o sentimento de bem-estar afetivo. O apoio material ou instrumental, é proporcionado pelas ações que acomodam a resolução de problemas práticos ou de tarefas cotidianas. Este tipo de apoio tem como objetivo reduzir a sobrecarga de tarefas. Sua efetividade somente é verificada quando o apoio é percebido como apropriado. Por fim, o apoio de informação, que se opera a partir de informações que contribuem para que o sujeito possa compreender seu mundo.

De maneira objetiva, essas formas de apoio estão reveladas na acepção de Valla (2000) sobre o tema, quando o autor atribui a qualquer informação falada ou não, ou auxílio material que impliquem em efeitos emocionais ou comportamentais positivos, a definição de apoio social. A relação com a comunidade, o conjunto de pessoas que circundam as ruas, pode trazer alguma estrutura para quem vive nas ruas: “*Nós passamos esses dias na rua, tudo tinha pra gente. Graças a Deus. Até porque também a gente fazia por onde, né? (...) Tudo tinha pra nós. Tava na rua sim. Inclusive a casa que eu aluguei foi o pastor que me deu o dinheiro, 300 reais*”. (BETH, E1)

Existe um círculo de ralações das pessoas em situação de rua com o seu entorno: comerciantes, trabalhadores de algumas instituições, entidades e alguns moradores que habitam os trajetos da rua, esse circuito está condicionado segundo Lima (2008), muitas vezes, por determinadas necessidades, que podem ser definidas como uma rede de solidariedade que se forma na rua, enquanto Campos (2016) destaca que tanto quanto a rede de apoio que se constitui entre os moradores de rua, há uma rede composta por pessoas que convivem diariamente com a população de rua no intuito de ajudá-las. Valla (2000) dá ênfase à necessidade que as pessoas têm umas das outras, e acrescenta que outro benefício do apoio seria a percepção de coerência e controle da vida, e conclui que em momentos de stress o apoio social, ao desempenhar uma função mediadora, contribui para a manutenção da saúde das pessoas.

Presencia-se o fortalecimento dos vínculos e o apoio quando algum usuário do Centro Pop indica o serviço a alguém que se encontra a pouco tempo na condição de rua ou de

migração, e, estando na rua mantém uma rede de solidariedade, acolhendo aqueles que chegam. Elza (E6) descreve bem essa situação:

Eu vou me sentar aqui perto de vocês, aí comecei a falar do Pop: vocês conhece o pop? Não!. Eu tô com cinco mês no mei da rua, ninguém me falou não. Pois então eu vou te falar. Então é assim, assim, assim, vim com eles. Eles me agradeceram foi muito, deram até um abraço. Tua acredita como é?! Pois é! É assim que a gente deve fazer. Uns ajudar os otos. Assim também uma pessoa eu falei me trouxe, aí então essa palavra eu trouxe pra outras pessoas, tá entendendo?! Eles me agradeceu, até me abraçou. Muito obrigado por você ter me ajudado. Eu nunca ia saber na minha vida, tu tá entendendo?! Foi o meu caso, eu morria e num sabia que existia isso aqui, eu morria e num sabia que tinha Pop no Centro. Ninguém fala. Ninguém morador de rua fala de Pop. (ELZA, E6)

Se, em alguns casos, pode permear a contradição entre apoio social e ameaça, já que mesmo os grupos na rua podem constituir-se como produtores de situações de risco, há o outro lado, a perspectiva do acolhimento e até da reprodução de laços que Escorel (1999) nomeou família da rua, nestas famílias, quando uma mulher passa a estar no contexto das ruas, muitas vezes o grupo a acolhe num sentido de proteção. Martín-Baró (2017) aponta que no processo de interação humana, as necessidades de membros de um grupo criam as normas de convivência e comunicação, de forma que é possível perceber que na população em situação de rua essa acolhida de quem chega na rua com indicação dos pontos de apoio se constitui como um modelo de convivência.

Ao considerar os efeitos positivos que contribuem com enfrentamento à condição de rua, identifica-se principalmente duas fontes de apoio: institucional, que advém das organizações governamentais ou não governamentais, e fontes informais, que se constituem pelo coletivo da população de rua, familiares com quem se mantém algum vínculo, e comunidade de um modo geral. Carmem (E2) e Joana (E7) expressam como se dá esse apoio em seu cotidiano:

[Refere-se ao Centro Pop] Recebem a gente bem, sabe? Não tenho o que reclamar daqui. É o povo que não sabe, é, como é que se diz? Preservar o seu ambiente, o seu lar, que aqui é o nosso lar. Vamos ter higiene pelo nosso canto, porque se não fosse aqui, o que seria deles, de nós, né? Que aqui é apoio da gente, porque se não, não zela pelo nosso canto, né? Ai quando acaba reclama, mas é, digamos, é nós mesmo que não sabe. (CARMEM, E2)

Pesquisadora: E como era o dia a dia?
(...) Eu pedia Deus quando eu entrei naquela [pausa]. minha, minha nã, eu tava dizendo ontem pra menina lá, quase chorando, eu agradeço muito vocês [profissionais da coordenadoria de habitação de Maracanaú] e lá no Centro Pop porque me ajuda porque, olha, as coisa que eu consigo hoje ou é pra comprar algum alimento, ou é pra compra alguma coisa de higiene pra mim. (...) Então o mais que é bom eu achei aqui porque se eu não tiver uma palavra de conforto a gente volta [refere-se ao consumo de drogas]. (JOANA, E7)

Tanto Carmem como Joana narram situações em que o apoio instrumental se efetiva

pela via de um apoio institucional, especificamente o apoio prestado por meio da execução de políticas públicas. Percebe-se que os deslocamentos e a configuração das relações nas ruas podem favorecer a que as redes de apoio social sejam pontuais ou fragilizadas, e isso exige que o poder público, através de sua função de proteção social, implemente as ações (serviços, programas, projetos e benefícios) que atendam a especificidade da população em situação de rua, em especial das mulheres que tem, não raras vezes, suas necessidades diluídas no contexto das demandas gerais, de modo que as necessidades singulares das mulheres acabam não sendo atendidas. As redes institucionais atuam no sentido de atender a demandas específicas de fornecimento de bens e serviços que podem garantir a sobrevivência da população em situação de rua. Porém desafia-se a superar a visão fragmentária do atendimento pontual de necessidades e contribuir, enquanto apoio social capaz de identificar demandas específicas das mulheres que vivem nas ruas, além de promover espaços de encontros nos quais seja possível reposicionar-se frente aos estigmas que lhes são imputados.

É importante salientar que mesmo que as instituições tenham um papel importante de apoio social, esse papel pode ser explorado com maior amplitude, de modo a efetivar um suporte mais intenso às mulheres em situação de rua. As limitações presentes no setor público como parte da rede de apoio se ordenam tanto num campo mais estrutural, visto que a disponibilidade dos serviços é limitada quanto à localização e insuficiência de equipamentos, pois considerando o porte e as características de Maracanaú, o Centro Pop não tem alcance para atender a demanda de pessoas que vivem nas ruas em espaços mais distantes do Centro da Cidade, além de que, como já mencionado, há uma limitação em políticas setoriais e equipamentos públicos que atendam à esta população. Ainda no campo estrutural, os espaços existentes não comportam da dinâmica da vida nas ruas, visto que os horários de atendimento não contemplam as necessidades e rotinas de quem vive as ruas, e é possível verificar que tanto postos de saúde, Centro Pop e até mesmo Restaurante Popular funcionam exclusivamente em período diurno e em dias úteis. Além de aspectos estruturais, é comum verificar que a postura de profissionais no atendimento à população em situação de rua, sendo atravessadas por construções de cunho moral e moralizante e, em consequência, por posturas discriminatórias, pode ser condutora das violências estruturais presentes na dinâmica social e afastarem a construção de ações de apoio institucional.

Na identificação de demandas das mulheres em situação de rua é imperativo considerar, como apontado por Goes, Ximenes e Moura Jr (2015), que os sujeitos submetidos à dialética dominação-opressão, são capazes de efetivar o rompimento com estas forças. Isso implica que as mulheres em situação de rua são detentoras de potencialidades para o

enfrentamento aos processos opressivos a que estão submetidas. Todavia, estas assertivas estão situadas na concepção de que somos seres de relações, e não é do ponto de vista individual que se opera este enfrentamento.

No cenário das ruas, as ações das mulheres são de enfrentamento aos impactos da vivência de pobreza e aos efeitos que uma sociedade organizada em torno de hierarquias de gênero produz em seu cotidiano. É, portanto, indispensável que estas mulheres sejam consideradas em suas potencialidades. Iparraguirre (2007) refere-se a uma concepção positiva da subjetividade feminina para discutir a necessidade de perceber as mulheres como agentes ativas do processo de subjetivação, em oposição a ideia vitimizante de mulheres como sujeitos passivos diante da realidade social.

No contexto do trabalho desenvolvido em Maracanaú, tenho percebido que tanto quanto necessário, o processo de participação e de apropriação de uma perspectiva de coletividade das mulheres que vivem nas ruas e são referenciadas no Centro Pop ainda se faz embrionário. A busca por soluções individuais e individualizantes convive com estratégias de compartilhamento e solidariedade intergrupais. A percepção de que a condição de opressão em que se encontram faz parte de um sistema que se organiza em torno destas estruturas passa ao largo dos diálogos destas mulheres, assim como dos demais frequentadores do Centro Pop.

Vieira e Ximenes (2008) ressaltam a relação entre o desenvolvimento pessoal e as mudanças nas estruturas opressoras. Desta forma, pensar nos processos de enfrentamento e resistências vivenciados por mulheres em situação de rua pressupõe a articulação de suas vivências cotidianas com as percepções acerca das estruturas de dominação e opressão que incidem sobre suas vidas. Assim ao considerar as histórias das mulheres em situação de rua está nítido como seus modos de vida são construídos em meio a entrelaçamentos de opressões que são incorporados ao seu cotidiano, mas que são também portadores das artimanhas que coadunam práticas de resistências, numa relação dialética onde as estruturas de opressão apresentam os meios para que se constituam processos de libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse processo de pesquisa foi para mim como trilhar um caminho que não estava pronto, que foi sendo construído ao longo do percurso, cercado de provocações, mas igualmente rico em encantos. Minha aproximação com os modos de vida das mulheres em situação de rua foi um processo desafiador, em primeiro lugar porque o universo masculino das ruas não é predominante apenas no seu quantitativo numérico e simbólico, mas no domínio da produção acadêmica. Chegar até as mulheres foi, portanto, uma tarefa que precisou contar com teimosia e disponibilidade, o que me fez cada vez mais estar vinculada ao campo da pesquisa e ao meu exercício profissional.

Inicialmente, por trabalhar no Centro Pop, pude estar numa convivência frequente com as mulheres que estavam acessando os serviços ofertados, e isto se constituiu em um potencial porque me oportunizou um espaço privilegiado de observação das rotinas, das demandas e das relações que ocorriam neste espaço. Os momentos das atividades coletivas puderam ser momentos em que algumas narrativas faziam os cenários das ruas vir para o espaço do trabalho, assim como, o uso dos espaços coletivos, dos banheiros e das lavanderias foram palco de negociações e conflitos que me permitiram perceber suas estratégias. A escolha desse lugar como campo de pesquisa também se revelou como um limite, já que circunscreveu o universo deste estudo a um grupo de mulheres que têm acesso a política pública de assistência social, e não atingindo aquelas que por motivos de informação, ou outros que por ventura possam atravessar suas experiências, não busquem essa política.

Ao me orientar pela pergunta: Como se constituem os modos de vida das mulheres em situação de rua a partir do seu cotidiano no espaço público? Foi preciso ter a dimensão da complexidade desses modos de vida, com experiências diversas e cercados de polissemias, que constituem várias formas de estar em situação de rua, para evitar os olhares lineares que tendem a reforçar uma imagem estereotipada da vida delas. Foi premente ainda, atenção à fronteira que separou a necessidade de apreender e dar significado aos seus modos de vida sem, contudo, cair em respostas simplificadas. Não seria justo com a vida das mulheres em situação de rua me contentar em apresentar uma descrição de suas rotinas, pois isso encobre a diversidade de suas vivências. Com isto, apreender seus modos de vida implicou compreender a relação com o espaço da rua, as artimanhas que se fazem resistências, assim como os sentidos que a rua vai assumindo nesse cotidiano.

Retomo o objetivo geral proposto nesta pesquisa, o qual se volta a “compreender os modos de vida das mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano no espaço público”,

destacando que para sua consecução é preciso delinear cada um dos objetivos específicos. O primeiro objetivo específico “descrever os modos de vida das mulheres em situação de rua” pôde ser alcançado por meio das narrativas presentes nas entrevistas realizadas. Foi adotada uma forma de abordar o conceito de modos de vida capaz de transpor a repetição de hábitos. Esta perspectiva organiza uma compreensão apta a uma composição de experiências que contemple práticas cotidianas, mas igualmente valores que dão significado a essas práticas. Ficou evidenciada a diversidade de trajetórias e motivações que implicam em transpor o limiar da casa para a vida nas ruas, verifico que cada itinerário tem desenhos muito singulares o que faz antever que quando se apresenta uma definição de população em situação de rua marcadamente heterogênea, não se trata de uma retórica, mas de um signo próprio da história de vida de cada uma. E que têm em comum a necessidade de ruptura com o modo de vida anterior.

Sobre os seus modos de vida é pertinente salientar o espaço ocupado pela imposição de manutenção das necessidades de alimentação e abrigo, sendo estes os elementos que conduzem a rotina e a dinâmica, e tem centralidade no cotidiano. Cada dia é vivido como um desafio, e ordena as táticas para garantia de sobrevivência, que pode contar com a obtenção de renda por meio de trabalhos informais e da mendicância ou o auxílio de entidades assistenciais públicas ou privadas. Para isso, ao se inserir no meio da rua, como elas costumam se referir, é primordial que se desenvolvam outras aprendizagens e a construção de novos hábitos. A rua passa a ser o espaço onde serão construídas relações sociais diversas. Neste contexto, ampliam-se os deslocamentos e a percepção de território ganha significados vinculados a arte de sobreviver, e isso desconstrói fronteiras formais e demarcações relacionais ordenadas pelos acessos a bens e serviços, assim como pelos limites do tráfico ou das facções. É um reinventar-se a cada dia.

De maneira geral estar na rua na condição de moradia ou de sobrevivência é um fenômeno, em última instância associado à condição de pobreza, pois mesmo que situações da história pessoal destas mulheres apontem o motivo para romper com o ambiente familiar, a rua se apresenta como alternativa em virtude de carências, inclusive a de renda, mas marca também a desigualdade de acessos. Além disso, no modelo de organização social capitalista, onde cada vez mais homens e mulheres são postos ao largo dos processos produtivos e das possibilidades de acesso, e as políticas públicas que deveriam efetivar proteção social se mostram limitadas, e muitas vezes são operacionalizadas de modo a intensificar os processos excludentes.

E isto implica um cotidiano composto por uma grande quantidade de entraves e

permeado por violências que para algumas antecedem a vivência na rua, mas que também podem percorrer todo o itinerário das mulheres na rua, seja na relação com seus parceiros, com as pessoas que circulam pela rua, e por agentes de segurança. A violência sexual está presente na vida dessas mulheres, seja como ameaça cotidiana, seja como ato concretizado. Nas entrevistas, ao contrário de alguns estudos consultados a título de referência, não foi verificada a busca por parceiros com intuito de proteção, dentre as 7 entrevistadas, apenas uma delas possui relação conjugal estável, e as demais ou vivem só ou se organizam em grupo, e o grupo para elas se apresenta como espaço protetivo.

A percepção de que as relações de gênero são, por excelência, relações de poder mostra como se naturalizou a mulher como representante do mundo privado e posiciona a situação de rua vivida pelas mulheres no contexto de relações assimétricas, sem perder de vista que essa hierarquia de gênero antecede a vida nas ruas e quando o contexto de rua se faz presente em suas vidas. A mulher traz em seus modos de vida papéis sociais definidos por essa ordem patriarcal e transfere para a rua, adaptando-o a um novo contexto. Assim, para compreender os seus modos de vida foi necessário considerar a perspectiva interseccional como balizador analítico capaz de situar o jogo de opressões em que estão postas, e que ultrapassa a condição de gênero e classe, mas tem a rua e seu modo de vida como marcador dessa opressão.

Efetivar o segundo objetivo específico que consistiu em “analisar as implicações dos estigmas e dos preconceitos na vida das mulheres em situação de rua”, tornou-se possível mediante a compreensão de que estruturas opressivas sustentam padrões de dominação e agem de maneira a manter esse *status quo*. Estas mesmas estruturas são constitutivas e fundamentam a existência dos estigmas e dos preconceitos, que são materializados por meio de práticas discriminatórias dirigidas a estas mulheres. E assim como indicado por Martín-Baró, o compromisso do trabalho científico deve voltar-se à desideologização, e para isso deve contar com o processo de desmistificar as racionalizações sobre as quais se sustentam estes estigmas e preconceitos.

Na intenção de desvelar os estigmas vivenciados pelas mulheres que se encontram em situação de rua as experiências vividas e retratadas através de discursos contundentes que trazem à tona um cotidiano marcado pela desqualificação de seus modos de vida. E se expressam através da falta de acesso a possibilidades de trabalho, às políticas públicas, em especial a de saúde, às relações familiares e contam com o olhar julgador da sociedade. A imagem vinculada à marginalidade e ao uso de drogas não traz a verdade absoluta sobre essas mulheres.

A relação visibilidade e invisibilidade na vida das mulheres em situação de rua é mediada pelos interesses e agentes locais, hora sendo evidenciada sua presença pela estranheza, hora ocultada, mas incluída no quesito da menos valia: essas mulheres reproduziram falas onde foram igualadas a lixo, ou seja, foram postas num lugar que está fora do humano, e desse lugar muitas vezes incorporaram o descrédito. Puderam exprimir sentimentos de humilhação e vergonha que estavam relacionados à discriminação sofrida e que marca tanto mais o corpo que o cotidiano.

O terceiro objetivo específico que pretendeu “analisar os processos de resistências no enfrentamento aos estigmas e preconceitos” contou com a compreensão de resistência como uma categoria de enfrentamento que demarca o campo da metodologia feminista, mas além disso, é capaz de apreender as estratégias cotidianas adotadas pelas mulheres frente às limitações impostas pelas estruturas opressivas que se materializam pelos estigmas e preconceitos. O próprio ato de romper a fronteira do mundo privado pode se constituir em uma ação de resistência frente a um cotidiano opressivo, e às expectativas que vinculam a ideia de feminino ao espaço da casa e da família. E, mesmo com todos os reveses que se mostram numa vida a céu aberto, algumas mulheres experimentam a rua como um espaço de liberdade.

Por ter em conta que a rua apresenta perigos constantes, os quais podem atingir cada uma das pessoas, que por vivenciarem a vida privada neste espaço estão muito mais expostas às diversas formas de violência. Além de submetidas às incertezas sobre as alternativas para suprir suas necessidades de alimentação, higiene e abrigo, assim, reconheço que o ato de se manterem vivas é por excelência um ato de resistência. A exposição a diversas formas de violência demanda estratégias que vão desde a busca de parcerias e referências protetivas na rua à masculinização do corpo.

O apoio social é igualmente uma categoria de resistência que possibilita o enfrentamento aos prejuízos que os estigmas e preconceitos transformam em limitações de acesso a direitos e à dignidade. De modo que foi possível identificar como as mulheres são capazes de construir uma rede de suporte que, minimamente, as permitam transitar pelo universo de domínio masculino que as ruas apresentam. Uma rede que transpõe as necessidades materiais e efetiva um suporte emocional. Contudo, mais uma vez, a expressão do apoio instrumental decorrente de políticas públicas é limitada. O que denota sua restrita capacidade em criar condições para a superação da situação de rua tanto quanto de outros agravos, consequência das desigualdades sociais e da pobreza. Fui convocada, pela experiência da pesquisa, a afirmar a potência dessas mulheres e afirmar que ao manter a

capacidade de sonhar diante de um cotidiano que se agiganta é também um grande ato de resistência dessas mulheres. Ainda no tocante aos processos de resistência, foi percebido que a busca por soluções individualizadas se sobrepõe a atividades e estratégias coletivas.

Na trajetória construída por esse estudo foram expressivos os aspectos que contribuíram para facilitar o percurso empreendido. A possibilidade de trabalhar no mesmo espaço que é campo de investigação científica oportunizou que o trâmite de autorização para pesquisa ocorresse de forma ágil. Abriu um espaço para o contato com as pessoas que frequentam as atividades do Centro Pop, o que favoreceu a aproximação com as mulheres entrevistadas. Esta experiência foi fundamental para que ao longo da pesquisa a articulação entre o arcabouço teórico fosse articulado com os elementos da vivência de rua presentes nos discursos das pessoas que frequentavam o Centro Pop.

Dentre as dificuldades credito a submissão ao tempo e à rotina político-administrativa do serviço público, que conta com nuances que interferem no acesso e na organização das pessoas e do próprio espaço como campo de pesquisa, e cito como exemplo a mudança de prédio do Centro Pop que prevista para ocorrer em agosto de 2018 e veio a se efetivar nas primeiras semanas de outubro do mesmo ano, o que ocasionou mudança no fluxo de atendimento das pessoas em situação de rua e postergou a realização de algumas entrevistas. Além disso, a própria mobilidade da população em situação de rua que precisa se organizar de acordo com suas possibilidades de acessos aos bens e serviços que lhes garantem a sobrevivência. Todavia, a despeito das dificuldades a relação com as pessoas em situação de rua, e em especial as mulheres, que como verificado neste e em outros trabalhos, acessam pouco e quando o fazem têm participação tímida nas atividades propostas

Por fim considero importante salientar que o processo desenvolvido no decorrer desta pesquisa produziu não só inquietações, como por meio delas me fez rever como estudante e pesquisador, como profissional, militante e, principalmente como mulher que ocupa estes papéis. Os passos dados em meio a lágrimas, coração acelerado e também repleto de alegrias fizeram com que eu me sinta cada vez mais tocada pela vida das mulheres que vivem esta condição, e me instiguem e mobilizem outros questionamentos que não foram objeto de investigação nesta pesquisa, mas que no seu decorrer foram se apresentando. Pensar a relação das mulheres que vivem nas ruas e a sua relação com a maternidade, do ponto de vista da manutenção e do ocultamento dos vínculos familiares, em especial com os filhos. Um relacionamento que é atravessado pela incidência da lei, que sob a perspectiva da rua como ambiente ameaçador, justifica práticas de desvinculação desta relação mãe e filhos. A imposição de um sistema judicial, mesmo em um conjunto normativo que se propõe

igualitário e protetivo, pugna por meio de suas práticas pela criminalização da pobreza, posto que retira os filhos das mulheres que vivem em situação de rua sob a justificativa de serem negligentes. Estas práticas ignoram a desproteção estatal e as relações de opressão que atingem cotidianamente estas mulheres. E além da incidência do sistema de justiça cabe pensar como profissionais de psicologia lidam com essa realidade e sob quais argumentos.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. Representações Sociais da Pobreza. In: XIMENES et al. *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 67-94.

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A Naturalização da Pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia e Sociedade*. v, 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07. nov. 2018

AFECHÉ PIMENTA, M. C. A.; FUGAZZOLA PIMENTA, L.F. Globalização e os Desafios Urbanos: políticas públicas e desigualdade social nas cidades brasileiras. *EURE*, Santiago, v. 37, n. 112, p. 43 – 61, set. 2011. Disponível em: <http://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612011000300003&lng=en&nrm=iso. > Data de Acesso: 18. Mar. 2018.

AKOTIRENE, C. *O que é Interseccionalidade*. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento:Justificando, 2018.

ALENCAR, H. M.; LA TAILLE, Y. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 2, p. 217-231, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672007000200011> Acesso em: 25. mar.2018

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A Rua Tem um Ímã, Acho que é a Liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.23, n. 4, p. 1248 – 1261, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000401248&script=sci_abstract&tlng=pt> Data de acesso: 24. Mai. 2018

ARAÚJO, M.F. Diferença e igualdade nas Relações de Gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, V. 17, n. 2, p. 41 – 52, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso > Data de acesso: 03. Abr. 2018

AUGÉ, M. *Não Lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade*, 9ª ed. Campinas; Papyrus, 2012.

ÁVILA, M.B.M. A dinâmica do Trabalho Produtivo e Reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTIRI, G.; GODINHO, T. (Orgs). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Edições Sesc, 2013. P. 231 – 255.

BANDEIRA, L. Três Décadas de Resistência Feminista contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976-2006. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.2, p.401-438, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20.fev.2019.

_____. A Violência doméstica: uma fatura social nas relações vivenciadas entre homens e

mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013. P. 63-78.

BANDEIRA L.; BATISTA, A. S. Preconceito e Discriminações como Expressões da Violência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 25. Jan. 2019

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogene*, n. 225, jan./mar., 2009. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm>> Acesso em: 12.abr.2018

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho. In: *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F. MIGUEL, L.F. Gênero, Raça, Classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. v. 20, n. 2, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20converg%C3%Aancias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>> Acesso em: 18.mar.2018.

BISCOTTO, P. R. *Viver em Situação de Rua: mulheres que utilizam o albergue para pernoitar*. 2015, 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BLANCO, A.; DÍAZ, D.. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007.

BORSOI, I.C.F. *O modo de vida dos novos operários: quando o purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BORTOLI, S.R. *Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas*. 2017. 217 f. Tese (Doutorado em Estudo dos meios de produção Mediática) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

BOURDIER, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus; 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua*. Brasília: MDS, 2009.

_____. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 dez. 2009a, p.16-17. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=24/12/2009> Acesso em: 26.nov.2017.

_____. IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 22.mar.2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua*. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/populacao-derua/perguntas-e-respostas-centro-pop-rua.pdf>

_____. IBGE. Sínteses de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**, Rio de Janeiro, n. 34, 2014.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Ética e Responsabilidade na Pesquisa em Psicologia: Considerações Preliminares. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v.21, n. 1, p. 7-10, jan/jun, 2006.

BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BUTTLER, J. P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, D. A. *Os Efeitos das Relações de Gênero nas trajetórias dos Moradores de Rua do Município de Florianópolis (SC)*, 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M.I. Entre Batalhas e Pedras: histórias de vida de moradores de rua, usuários de crack. *Hacia la Promoción de la Salud*, v. 20, n. 1, já/jun, p. 49-66, 2015.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASAES, N. R. R. *Suporte Social e Vivências de Estigma: um estudo entre pessoas com HIV/AIDS*. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CERTEAU, N. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1996.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios, *Revista Espaço Acadêmico*, n. 128, p. 63-70, 2012.

CIDADE, E. C. *Juventude em condições de pobreza, modos de vida e fatalismo*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

CORRIGAN, P.w.; WATSON, A. C. Understanding the Impact of Stigma on People with Mental Illness. *World Psychiatry*, v1,n1, feb., 2002. Disponível em:<
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1489832/>> Acesso em: 19.nov.2018.

COZBY, P.C. *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. Tradução Paula Inez Cunha Gomide. São Paulo, Atlas, 2011.

COSTA, A. O. Felizes, Contentes e Feministas. In: In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Edições SESC SP, 2013. P. 37-46.

COSTA, S. L., et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, 2015.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. VVAA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa - Métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. Tradução: Magda Lopes. 2 ed. Porto Alegre – Artmed, 2007.

DAMATTA, R. *A Casa e a Rua*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELFIN, L.; ALMEIDA, L. A. M.; IMBRIZO, J. M. A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, e158583, p. 1-10, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100226&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12.julho.2018

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIOGO, N.M.F. *Sísifo e Pandora: identidade pessoal e a primeira inserção profissional de dois jovens do município de Maracanaú-Ce*. 2005. 245f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

DONOSO et al. Estudo Etnográfico sobre Pessoas em situação de Rua em um Grande Centro Urbano. *Revista Mineira de Enfermagem*. v. 17, n. 4, p. 894-901, out/dez, 2013. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/894>> Acesso em: 12. Jul.2018

SCOREL, S. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ESMERALDO FILHO, C. E. *Necessidades de Saúde dos Moradores de Rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE*. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de Vergonha e Humilhação: uma análise

em contextos de pobreza. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J.F. *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 121 – 146.

FACURI, C. O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 889-898, mai, 2013. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2013000500008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 08. Nov. 2018

FELICÍSSIMO et al. Estigma internalizado e Autoestima: uma revisão sistemática de literatura. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.15, n. 1, p. 116-129, 2013. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-36872013000100010&lng=pt&nrm=is-> Acesso em: 12.nov.2018.

FERNANDES, P. T.; LI, L.M. Percepção de Estigma na Epilepsia. *Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology*. V. 12, n.4, 2006. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-26492006000700005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 19.nov.2018.

FERNANDEZ, R.G. Atribuiciones Naturalizadoras: notas em torno a algunos procesos de estigmatización. In: FERNANDEZ, R. G.; MANEIRO, B. L.; MAESTRO, J. I. C. (Coords.). *Psicología del Estigma: ensayos sobre la diferencia, el prejuicio y la discriminación*. Madrid, Universitas, 2008.

FERREIRA, C. P. S.; ROSENDO, C. A.; MELO, G. B. Consultório na Rua em uma Capital do Nordeste Brasileiro: o olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, ago, 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2016000805003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 13. dez. 2018.

FERREIRA, G. C. L. et. al. Implicações da Relação Estigma Internalizado e Suporte Social para Saúde: uma revisão sistemática da literatura. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 19, n. 1, jan./mar., 2014. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24. Abr. 2018.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, T. M. G. Psicologia e Relações de Gênero; o gênero da ciência psicológica, In: ZANELLA et al. (Org.). *Psicologia e Práticas Sociais*. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*, 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GALDÓS, J.S. El Estigma del Drogadicto. In: FERNANDEZ, R. G.; MANEIRO, B. L.; MAESTRO, J. I. C. (Coords.). *Psicología del Estigma: ensayos sobre la diferencia, el prejuicio y la discriminación*. Madrid, Universitas, 2008.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-63.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo; Atlas, 1989

GIORGETTI, C. *Moradores de Rua: uma questão Social?*. São Paulo: FAPESP, 2014.

GOES, N. A.; XIMENES, V.M.; MOURA JR. J. F. Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da Dialética Dominação-Opressão. *Teoria e Critica de la Psicologia*, Morelia, n. 6, p. 140-161, 2015. Disponível em: <
<http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/60>> Acesso em 31.mai.2018.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.158p.

GOIS. Por uma Psicologia Popular. In: GOIS, C. *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.

GRAHAM, N. et al. Redução da estigmatização e da discriminação das pessoas idosas com transtornos mentais: uma declaração técnica de consenso. *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 39-49, 2007. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000100006> Acesso em: 21. nov. 2018.

GUARESCHI, P.A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão; competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B.B. (Org). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 143-158.

GUZZO, R. S. L. A (des)igualdade Social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: XIMENES, V.M. et al. *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. P. 149 – 164.

GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR, F. Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: reflexões sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira, *Revista Interamericana de Psicologia*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 231-240, ago. 2007. Disponível em <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200014&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 02. Jun. 2018.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 20, jul./dez. 2015. Disponível em: <
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>> Acesso em: 03. abr. 2018.

HERCULANO, C. V. C. *A Representação do Diferente – Uma Representação Construída via Decretos*. 2007, 115 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça: interseccionalidades e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v.26, n. 1, p. 61 – 73, 2014.

IBANEZ, L.D.C. La Psicología de Ignacio Martín-Baró como Psicología social crítica: una presentación de su obra. *Revista de Psicología General y Aplicada*, v.3, n.53, p. 437-450, 2000.

IPARRAGUIRE, C. A. La Psicología Social: entre la acción social comprometida y el assistencialismo. *Revista de Investigación em Psicologia*, Lima, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/psico/article/view/3904/3128>> Acesso em; 02. Jun. 2018.

IPECE. *Perfil Municipal 2017- Maracanaú*. Ano I, jan., 2018.

JODELET, D. Os Processos Psicossociais de Exclusão. In: SAWAIA, B.B. (Org). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*.14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 55-68.

KUNZ, G. da S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de Vida da População em Situação de Rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal Revista de Psicologia*. Niteroi, v. 26, n.3, set./Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000300919&script=sci_abstract&tlng=pt> Data de Acesso: 10. Mar. 2018.

LAGE, M. C.; GODOY, A. S. O Uso do Computador na Análise de Dados Qualitativos: questões emergentes, *Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 75-98, June, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712008000400006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 02.jun.2018.

LA TAILLE, Y. o Sentimento De Vergonha e suas Relações com a Moralidade. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v. 15, n.1, p. 13-25, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 22.mar.2019.

_____. Moralidade e violência: a questão da legitimação de atos violentos. *Temas em Psicologia*, v. 17, n. 2, p. 329-341, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2009000200005&lng=pt&nrm=i> Acesso em: 22.mar.2029

LIMA, S. G. A. *Vidas do Meio Fio: os moradores de rua de Fortaleza no contexto da formulação de uma política pública*. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de políticas públicas), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. *Annual Review of sociology*, v. 27, 2001. Disponível em:<<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.27.1.363>> Acesso: 04. fev. 2019

MACHADO, L.A.; LACERDA JR., F. Jogos virtuais: Constituindo a dualidade de gênero a partir de estereótipos femininos. *Revista de Psicologia*. Fortaleza, v. 4, n. 1., p. 97 – 111, Jan./jun., 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279852527_Jogos_Virtuais_Constituindo_a_Dualidade_de_Genero_a_Partir_de_Estereotipos_Femininos> Data de Acesso: 01. Abr. 2018.

MAGALHÃES NETO, F. *a Gestão Ambiental no Distrito Industrial de Maracanaú Região metropolitana de Fortaleza – Ce.* 2013, 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2013.

MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e Resistência entre Travestis e Mulheres Transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, mai., 2018. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2018000505018&lng=en&nrm=iso&tlng=es> Acesso em: 20.02.2019

MARCHI, J. A.; CARREIRA, L.; SALCI, M.A. Uma casa sem Teto; influência da Família na vida das pessoas em situação de Rua. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 12, n.4, out/dez,2013. Disponível em; <
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/22554>> Acesso em; 27.11.2018.

MARENCO-ESCUDELOS, A. D.; ÁVILA-TOSCANO, J.H. Dimensiones de apoio social associadas con síndrome de burnout en docentes de media académica. *Pensamento Psicológico*, Cali, v. 14, n. 2, p. 7-18, dec., 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-89612016000200001&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01.dez.2018

MARTÍN-BARÓ, I. El Complejo de Macho o el “Machismo”. *Estudios Centroamericanos*, El Salvador, v. 23, n. 235, p. 38-42, 1968/1983.

_____. *Acción y Ideología – Psicología social desde Centroamérica*. São Salvador: UCA, 1990.

_____. Para uma psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Org.). *Psicologia social para America Latina: o resgate da psicologia da libertação*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

_____. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Tradução de Fernando Lacerda Jr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

MARTINS, A. C. R. A Origem do Preconceito em Allport como Obstáculo ao Diálogo Interreligioso. *Sacrilegens*. Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 45-64, 2017. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/sacrilegens/anteriores/volume-14-2/> Acesso em: 18. fev.2019.

MARTINS, R. M. L. A Relevância do Apoio social na Velhice. *Educação, Ciência e Tecnologia*. p. 128-134, 2005. Disponível em:<
<http://www.ipv.pt/millenum/millenum31/9.pdf>> Acesso em: 19. Nov.2018.

MARTINS, K. O.; LACERDA JR, F. A Contribuição de Marín-Baró para o estudo da Violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n.31, p.579-589, 2014.

MAY, T. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira neto Soares. 3ª ed., Porto Alegre, Artmed, 2004.

MAYORGA, C. Algumas Contribuições do Feminismo à Psicologia Social Comunitária. *Athenea Digital*, Barcelona, v. 14, p. 221-236, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MDS. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua – Síntese de resultados. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Rua aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua. Brasília: MDS, 2009.

MONTERO, M. *Hacer para Transformar: El método em Psicología Comunitaria*. Paidós: Buenos Aires, 2006.

MOURA JÚNIOR. J. F. *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. 2012, 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

_____. *Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação*. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOURA JÚNIOR., J.F.; XIMENES, V.M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan/abr. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0076.pdf>> Acesso em: 04. nov. 2018.

MOURA JÚNIOR. J.F.; XIMENES, V.M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, Santiago, v. 22, n. 2, p. 18-28. 2013. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/resumen.oa?id=26430690003>> Acesso em: 03. Jan.2019.

_____. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*. v. 16, n. 2, p. 85-93, 2014. Disponível em:< <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v16-n2-moura-ximenes-sarriera>> Acesso em: 03.jan.2019.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.p. 56-87.

NASCIMENTO et. al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares, *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.71, n.1, Jan./Feb. 2018.

NAVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. metodologia Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n.3, p. 647 – 654, set/dez. 2006.

NEPOMUCENO, B.B. *Pobreza e Saúde mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, L. B.; XIMENES, V. M. Estratégias de Enfrentamento à pobreza: uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. In: XIMENES et al. *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 337-366.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias Feministas: a reflexividade ao serviço de investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, p. 498-412, 2005.

OLESEN, V. L. os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, L. B. *FEBEMCE Entre Meninos e Histórias: um resgate da memória da Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará*. 2007. 82 f. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, 2007.

OLIVEIRA, M.C.; RONZANI, T.M. Estigmatização e Prática de Profissionais da APS Referentes ao Consumo de Álcool. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, v. 32, n. 3, p. 648-661, 2012. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300010&lng=en&nrm=iso> Acesso em; 24.abr.2018.

OSTERNE, MARIA DO SOCORRO F. Violência Contra Mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. *O Público e o Privado*. Fortaleza: UECE, ano 4, n.8, p. 163-176, Jul./Dez.2006.

PACHECO, A. L. P. B. *Mulheres pobres e chefes de família*. 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2005.

PARKER, R. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, S. VILLELA, W. *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 25-46.

PARKER, R. & AGGLETON, P. Estigma, discriminação e AIDS. Rio de Janeiro: ABIA. (2001).

PAZ, A. F. C. *Liberdade ou Sofrimento Urbano? Um estudo da estima de lugar de pessoas em situação de rua*. 2016, 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2016.

- PEREIRA, C. P. *Rua Sem Saída: um estudo sobre a relação entre o estado e a população em situação de rua*. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- PEREIRA, E. A. Construção Social do Sujeito Feminino e Hermenêutica do Cotidiano: reflexões teóricas. *Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão*, v.1, n.1, 2012.
- PINHEIRO, Y.; SARAIVA, R. 1º Distrito Industrial do Ceará Faz 50 Anos; Setor Inicia nova Era. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 21. Mai.2016.
- PINTO, R. M. P. *Fenômeno População em Situação de Rua à Luz da Questão Social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú*. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- PRATES, J.C.; PRATES, F.C.; MACHADO, S. Populações em Situação de Rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*. Brasília, v. 1, n. 22, p. 191-215, dez, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>> Data de acesso: 18. Out.2016
- REY, F. G. *Investigación Cualitativa y Subjetividad*. Guatemala: Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala, 2006
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. Colaboradores José Augusto de Souza Peres et al. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RODOLPHO, P. Encontrando Imagens na e da Rua da Praia: relato de uma etnografia de rua. In: ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. (Orgs.). *Etnografia da Rua; estudos de antropologia urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. P. 47 – 67.
- RODRIGUES, L. V. B. P. *Vida nas Ruas, Corpos em percurso no cotidiano da Cidade*. 2005, 187 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES, J. A. o Desafio de Pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero - Desafios Atuais dos Feminismos, 10, Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2013, p. 1-11.
- ROMANNI, M.; DETONI, P.P. A culpabilização como efeito do modo indivíduo de subjetivação nas políticas sociais. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 4, n.2, 2014. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/51093/pdf_64> Acesso em: 30.mai .2018.
- RONDON FILHO, E. B. Polícia e Minorias: estigmatização, desvio, discriminação. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, n. 2, p. 269-293, abr. 2013. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7427>> Acesso em 24.jan.2019.
- RONZANI, T. M.; FURTADO E. F. Estigma Social sobre uso de Álcool. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v. 59, n. 4, p. 326-332, 2010. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400010>
Acesso em: 30.nov.2018.

ROSA, C.M.M.; BEZERRA, E. M. R.; VIEIRA, M.A.AC. *População em Situação de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A.C.P. A Violência na Vida de Mulheres em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, Brasil. *Interface*, Botucatu. V. 19, n. 3, p. 275-285, 2015.

ROSÁRIO, G. O. *Análise da Condições e Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre*. 2015, 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, C. L. A.; ROSA, A. S. *Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua : conceitos e práticas para profissionais da assistência social*. São Paulo : Epidaurus Medicina e Arte, 2016

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, M. et al. *Território, Territórios; ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAUER, Carl. A noção de modo de vida: exposição e crítica. In: SAUER, Carl. *Os pensadores*. São Paulo: Editora abril, 1995. p. 169 – 201.

SAWAIA, B. B. Identidade – uma ideologia separatista?. . In: SAWAIA, B.B. (Org). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*.14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 121-130.

SCHILLING, F.; MIYASHIRO, S.G. Como Incluir? O debate sobre o Preconceito e o Estigma na Atualidade. *Educação e Pesquisa*. v. 34, n.2, p.243-254, 2008. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 02. mar.2019.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, jul/dez, p. 5-22, 1990. Disponível em:
<<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/.../Gênero-Joan%20Scott.pdf>> Data de Acesso: 24. Out.2016.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. L. L. *Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno população em Situação de Rua no Brasil 1995 - 2005*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*, São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, T. L. *Família, Rua e Afeto: etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua*. 2012, 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) – Instituto de Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

SILVA, L.B. *Implicações Psicossociais da Violência nos Modos de Vida de Prostitutas Pobres*. Dissertação . (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, G. G. S. *Indústrias e Segurança Ambiental no Município de Maracanaú*, 2015, 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Quali@s Revista Eletrônica*, Campina Grande, v. 17, n. 1, jan./jun, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>> Acesso em 01.jun.2018.

SILVA, D. G.; LEMOS, F. C. S; GALINDO, D. Corpos em Situação de Rua; entre normalização e resistência. *Contemporânea; Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/431/186>> Acesso em; 20.fev.2019.

SILVA JÚNIOR., R. História e Memória do Instituto Carneiro de Mendonça. In.: XII Encontro Cearense de História da Educação, 2013, Fortaleza. *Comunicações*, Fortaleza, 2013, p. 495 – 505. Disponível em; <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39136/1/2013_eve_rsilvajunior.pdf> Acesso em: 04.jun.2019.

SOLDERA, L. M.; HASHIMOTO, F. Desvelando a Vergonha da Vivência de Trecheiros na Contemporaneidade. *Gerais: Revista interinstitucional de Psicologia*, v. 5, n. 2, p. 146-164, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202012000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 29.mar.2019

SOUSA, A. G. L. “EU SOU DE RUA, MAS TAMBÉM SOU GENTE” *Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB*. 2012. 245 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUZA, M. R. R. et al. Gênero, Violência e Viver na Rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, v. 27, n.3, p.1 – 9, set, 2016. Disponível em; <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-1983-144720160359876.pdf>> Acesso em: 24. Nov. 2018.

SPIASSI, A.L. *A Violência como Fator de Vulnerabilidade para a saúde de mulheres usuárias de drogas do Centro do Município de São Paulo*.2016. 168 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SPOSATI, A. Prefácio. In: TIENE, I. *Mulher moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas,SP: Editora Alínea, 2004.

TAIAR, E. Número De Lares Chefiados por Mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos.

Disponível em : < <https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos>> Acesso em 16. Set. 2018.

TIENE, I. *Mulher moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas,SP: Editora Alínea, 2004. 171p.

TÍLIO, R.; OLIVEIRA, J. Cuidados e atenção em Saúde da População em Situação de Rua. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 1, p. 101 – 113, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2013.

VALLA, V. V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface – comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 4, n. 7, p. 37-56, 2000.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio da política de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan./abr., 2004.

VIEIRA, E. M.; XIMENES, V.M. Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 26, n. 52, jan./mar., 2008. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/about/contact>> Acesso em; 02. Jun.2018.

VOSGERAU, D. S. R.; MEYER, P. CONTRERAS, R. Análise de dados qualitativos nas pesquisas sobre formação de professores. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 17, n. 53, 2017. Disponível em: < [file:///C:/Users/andre/Downloads/9237-31194-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/andre/Downloads/9237-31194-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em 31.mai. 2018

WACQUANT, L. J. D. Três Premissas Nocivas em el Estudio del Gueto Norteamericano. *Revista Invi*.Santiago. v. 28, n. 79, nov. p. 165-187, 2013. Disponível em< <http://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/860/1119>> Acesso em 21.nov.2018.

WOLF, S. C. Pedacos de Alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas, (on line)*, v.23, n.3, p. 975-989, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000300975&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20.fev.2019.

ZANATTA, J. A.; COSTA, M. L. Algumas Reflexões sobre a Pesquisa Qualitativa nas Ciências Sociais. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, mai./ago., 2012. Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br/>> Acesso em: 02. jun. 2018.

ZAVALETA, The ability to go about without shame: A proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. *OPHI Working Paper* n. 3. 2007. Disponível em: <<https://ophi.org.uk/working-paper-number-03/>>.Acesso em: 25. mar 2019.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Modos de vida (trazer para a experiência na rua)

- Como é viver na rua?
- Comente como é o seu dia-a-dia.
- Para você, como é ser mulher e viver na rua?

2. Preconceito e estigma (mulheres)

- Diga o que você acha que as pessoas que não vivem na rua pensam a seu respeito.
- Por que acredita que elas pensam isso?
- Como elas te tratam?
- O que sente a respeito?
- E você, o que pensa das pessoas que vivem na rua?
- E das mulheres que vivem na rua?
- Existe alguma coisa que só as mulheres precisam passar?

3. Enfrentamento

- Quais os problemas mais comuns no seu dia a dia? E como lida com eles?
- Como você passa por essas situações?
- Diante de uma dificuldade, com quem pode contar?

Agora eu vou contar uma história e você vai me dizer sua opinião sobre ela, certo? É a história de uma mulher chamada Graça que tem 33 anos e ela mora na rua, mora sozinha e

trabalha com reciclagem. Dorme no centro perto de uma farmácia, e ela reclama que quando ela tá dormindo na rua, as pessoas passam e não veem ela, nem notam que ela tá lá, Só notam quando é pra mexer com ela. O que que você acha dessa história?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PESQUISA: A Vida nas Ruas e os Desafios do Feminino; um olhar a partir das usuárias do Centro Pop de Maracanaú - Ce

Responsável: Andréa Esmeraldo Câmara e Verônica Moraes Ximenes

Prezado (a) colaborador (a),

Você está sendo convidado (a) como participante a contribuir com a pesquisa intitulada “A Vida nas Ruas e os Desafios do Feminino: um olhar a partir das usuárias do Centro Pop de Maracanaú – Ce.”

1. OBJETIVOS DA PESQUISA: A pesquisa visa compreender os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir do seu cotidiano no espaço público. Além disso, objetiva descrever modos de vida de mulheres em situação de rua em Maracanaú – Ceará, analisar as implicações dos preconceitos e dos estigmas na vida das mulheres e analisar os processos de enfrentamentos vivenciados por mulheres em situação de rua.

2. PARTICIPANTES DA PESQUISA: A pesquisa será realizada com usuárias do Centro Pop de Maracanaú - Ce. Como critérios de inclusão dos participantes, optou-se por mulheres adultas (maiores de 18 anos), que usam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência e sejam frequentadoras dos serviços ofertados pelo Centro Pop de Maracanaú - Ce. **As entrevistas poderão ser realizadas em sala de atendimento do Centro Pop de Maracanaú. O grupo de mulheres terá 6 encontros, com periodicidade semanal, e ocorrerá em sala de grupo do Centro Pop de Maracanaú.**

3. BENEFÍCIOS: Pretende-se com esta pesquisa colaborar com a discussão acerca dos modos de

vida de mulheres em situação de rua de Maracanaú, contribuindo para que saiam da invisibilidade e que políticas públicas e serviços específicos sejam destinados a esse público.

4. RISCOS E DESCONFORTOS: A metodologia escolhida neste estudo, em geral, não apresenta riscos à integridade dos participantes, salvo a possibilidade submetê-los a possível constrangimento ao relatarem questões pessoais durante as entrevistas ou participação nas atividades grupais. Caso isso ocorra, será garantida a sua liberdade de não participar do grupo ou entrevista, assim como desistir de colaborar com a pesquisa.

5. GRAVAÇÃO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES: Pedimos, desde já, a permissão para realização de gravação em áudio das entrevistas, para que não seja perdida nenhuma informação. Nessa gravação não serão colocadas seu nome e sim um número. Dessa forma, sua identidade será mantida em sigilo e os dados a serem utilizados serão anônimos, ou seja, não será possível identificar os participantes. Ao final da pesquisa, a gravação será destruída.

6. PARTICIPAÇÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA: Você é livre para escolher participar da pesquisa e sua decisão será respeitada sem qualquer prejuízo, assim como pode decidir desistir a qualquer momento e pedir informações sobre esse estudo e seus resultados. Sua participação é voluntária, sendo assim isenta de pagamento.

7. DIVULGAÇÃO E RESULTADO: Esse estudo vai produzir informações para construção de uma dissertação de mestrado para obtenção do título de mestre em psicologia e será apresentado para uma banca de professores e para o público interessado. Essa pesquisa pode também gerar trabalhos científicos que, por ventura, serão apresentados em congressos e ou publicados em revistas científicas. Os resultados serão apresentados ainda às participantes da pesquisa. Não citaremos nomes ou quaisquer fontes que possam identificá-los.

8. ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA: As entrevistas terão tempo médio de duração entre 60 a 120 minutos. Os encontros do grupo de mulheres terão duração média entre 60 e 90 minutos. Ao participar da entrevista, você responderá a 19 questões. Você terá esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer ponto que desejar, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Você receberá também uma via deste termo.

Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre sua participação na pesquisa, entre em contato com o comitê de ética e pesquisa da UFC/PROPESQ - Rua coronel Nunes Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, Fone: 3366-8344 (Horário de funcionamento: 08:00 - 12:00 de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas

envolvendo seres humanos.

Você também poderá entrar em contato com os responsáveis da pesquisa através dos contatos:

Pesquisador principal: Andréa Esmeraldo Câmara

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da universidade, 2762 - Benfica, Fortaleza-CE

Telefones para contato: (85) 3366 7729

Pesquisador Orientador: Verônica Moraes Ximenes

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da universidade, 2762 - Benfica, Fortaleza-CE

Telefones para contato: (85) 3366 7729

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do Participante: _____

RG Participante: _____

Local e Data: _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador Orientador: _____

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.897.647

mulheres em situação de rua em Maracanaú; b) analisar os preconceitos e estigmas na vida das mulheres; c) analisar os processos de enfrentamentos vivenciados por mulheres em situação de rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pesquisa de risco mínimo. Poderá haver riscos ou desconfortos causados pela pesquisa, pois algumas perguntas podem causar constrangimento em algumas pessoas. No entanto, isso poderá ser sanado com a interrupção imediata da coleta de informações e, caso necessário, será realizado apoio psicológico pela pesquisadora e sua orientadora, já que ambas são psicólogas, sendo ainda realizado encaminhamento para atendimento psicológico nos serviços públicos nas situações necessárias.

Como benefício, as pesquisadoras pretendem colaborar com a discussão acerca dos modos de vida de mulheres em situação de rua de Maracanaú, contribuindo para que saiam da invisibilidade e que políticas públicas e serviços específicos sejam destinados a esse público.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa apresenta conformidade com as exigências éticas de pesquisa com seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios estão apresentados e contemplam devidamente as exigências da Resolução 510/16 do CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1141912.pdf	25/07/2018 18:38:38		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto para Plataforma 2.pdf	25/07/2018 18:38:11	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA ASSINADO 2.pdf	25/07/2018 18:36:55	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL 2.pdf	25/07/2018 18:08:33	ANDREA ESMERALDO	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Vida nas Ruas e os Desafios do Feminino: um olhar a partir das usuárias do Cento Pop de Maracanaú - Ce.

Pesquisador: ANDREA ESMERALDO CAMARA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 94848218.1.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.897.647

Apresentação do Projeto:

A pesquisa "A Vida nas Ruas e os Desafios do Feminino: um olhar a partir das usuárias do Cento Pop de Maracanaú - Ce." será desenvolvida como produto de um Mestrado em Psicologia, conduzida e orientada por psicólogas do Departamento de Psicologia da UFC. O projeto questiona como se constituem os modos de vida das mulheres em situação de rua. Tem como objetivo geral compreender os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano no espaço público, e como objetivos específicos a) descrever os modos de vida de mulheres em situação de rua em Maracanaú; b) analisar os preconceitos e estigmas na vida das mulheres; c) analisar os processos de enfrentamentos vivenciados por mulheres em situação de rua. Como metodologia, propõe-se uma investigação qualitativa, por meio da observação participante. Serão realizadas 6 rodas de conversa semanais com 9 mulheres adultas, usuárias do Centro Pop de Maracanaú, e entrevista semiestruturada com 3 destas. Os registros das atividades realizadas serão feitos por meio de diários de campo e gravação das entrevistas. A análise dos dados contará com a técnica de análise de conteúdo para interpretação de registros de diário de campo e de entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

objetivo geral compreender os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano no espaço público, e como objetivos específicos a) descrever os modos de vida de

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.897.647

Justificativa de Ausência	AUTORIZACAOINSTITUCIOANAL2.pdf	25/07/2018 18:08:33	CAMARA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDO2.pdf	25/07/2018 18:05:27	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Outros	TermodeComproissoassinado.pdf	19/06/2018 10:57:20	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaodeConcordanciaassinada.pdf	19/06/2018 10:54:49	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Outros	Cartadesolicitacaoassinada.pdf	19/06/2018 10:53:31	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTA.pdf	19/06/2018 10:51:23	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/06/2018 10:50:46	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	19/06/2018 10:16:42	ANDREA ESMERALDO CAMARA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 17 de Setembro de 2018

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br